

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGLETRAS
CURSO DE MESTRADO

MICHELLE ARANHA COELHO DOS SANTOS

**POLÍTICA E GÊNERO ENTRE VOZES E LENTES DO PODER JUDICIÁRIO:
PRODUÇÃO DE DISCURSOS E IMAGENS DE *MULHERES POLÍTICAS* EM PEÇAS
PUBLICITÁRIAS DO TSE (2014 E 2016)**

SÃO LUÍS/MA
2019

MICHELLE ARANHA COELHO DOS SANTOS

**POLÍTICA E GÊNERO ENTRE VOZES E LENTES DO PODER JUDICIÁRIO:
PRODUÇÃO DE DISCURSOS E IMAGENS DE *MULHERES POLÍTICAS* EM PEÇAS
PUBLICITÁRIAS DO TSE (2014 E 2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Letras, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Mônica da Silva Cruz.

Linha de Pesquisa: Discurso, Literatura e Memória

SÃO LUÍS/MA
2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

SANTOS, Michelle Aranha Coelho dos.

POLÍTICA E GÊNERO ENTRE VOZES E LENTES DO PODER
JUDICIÁRIO: Produção de discursos e imagens de "mulheres
políticas" em peças publicitárias do TSE (2014 e 2016) /
Michelle Aranha Coelho dos Santos. - 2019.
186 f.

Orientador(a): Mônica da Silva Cruz.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras/CCH, Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2019.

1. Discurso. 2. Dispositivos. 3. Gênero. 4. Imagem.
5. Política. I. Cruz, Mônica da Silva. II. Título.

MICHELLE ARANHA COELHO DOS SANTOS

**POLÍTICA E GÊNERO ENTRE VOZES E LENTES DO PODER JUDICIÁRIO:
PRODUÇÃO DE DISCURSOS E IMAGENS DE *MULHERES POLÍTICAS* EM PEÇAS
PUBLICITÁRIAS DO TSE (2014 E 2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Letras.

Linha de pesquisa: Discurso, Literatura e Memória

Orientadora: Professora Doutora Mônica da Silva Cruz

DATA DA DEFESA: 29/04 /2019.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Profa. Dra. Mônica da Silva Cruz
Universidade Federal do Maranhão

Membro titular: Profa. Dra. Ivânia dos Santos Neves
Universidade Federal do Pará

Membro titular: Profa. Dra. Ilza do Socorro Galvão Cutrim
Universidade Federal do Maranhão

Suplente: Profa. Dra. Maria da Graça dos Santos Faria
Universidade Federal do Maranhão

Local: Universidade Federal do Maranhão
Centro de Ciências Humanas
UFMA – Campus Bacanga

À D. Joana, minha mãe, pessoa incrivelmente política, inspiradora, atenta às causas sociais, sonha em mudar o mundo e tem batalhado arduamente em torno disso.

Às leitoras e aos leitores inquietos, curiosos, arqueólogos do saber.

À Marielle Franco (*In memoriam*) assassinada abruptamente em 14 de março de 2018, no exercício de sua profissão.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi possibilitada pelo apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), que, através de auxílio financeiro desde dezembro de 2017 até fevereiro de 2019, oportunizou a minha participação em eventos científicos, ocasiões em que foram promovidos diálogos com mestrandas/os de outras áreas e/ou instituições, compartilhados entusiasmos, problemas e, ainda, frustrações de nossas pesquisas – verdadeiro fazer e desfazer, um constante descontínuo. Além disso, a bolsa beneficiou a compra de materiais e supriu necessidades pessoais e acadêmicas.

Devo registrar a minha gratidão ao Grupo de Pesquisa em Linguagem e Discurso do Maranhão (GPELD), pela acolhida e também pelos debates, os quais sempre se puseram a estimular o pensamento crítico e certamente me conduziram para a minha escolha de permanecer na análise de discursos. Especialmente às minhas queridíssimas Mônica Cruz e Ilza Cutrim, cujos nomes eu ponho juntos assim, quase que automaticamente, para ressaltar a parceria de mulheres intelectuais maranhenses no âmbito da pesquisa científica. À professora Ilza, pelos importantes questionamentos, valiosos comentários, pelo empréstimo de livros e indicação de materiais durante o meu Exame de Qualificação e todo o apoio nos últimos anos. À Mônica, minha orientadora, especialmente por concordar em orientar um tema tão desafiador e conduzir este processo sempre respeitando o meu ritmo de aprendizagem, pelos pontos de vista e de escuta, desde a ideia desta pesquisa, em 2016, até a sua síntese, em 2019.

Às sociólogas Sandra Nascimento e Juciana Sampaio, às quais devo grande parte do que sei sobre Gênero. Às/aos integrantes do Grupo de Pesquisa em Gênero, Memória e Identidade (GENI), dentre os/as quais cito nominalmente Marília Milhomem, pelo convite e preocupação em vários momentos, e mais uma vez à professora Sandra, pelas preciosas contribuições no Exame de Qualificação.

Às professoras Marize Aranha, Graça Faria e Veraluce da Silva, pelas colocações e indagações durante o desenvolvimento da pesquisa. Às/aos companheiras/os de mestrado: Evaldo Carlos, Nathiele Cunha, Maxhemyliano Marques, Silvia Piquiá, Graça Campos e Keila Ribeiro. Agradeço a parceria de Gleice Almeida, Líssia Maria, Isabele Melo, Wallysson Santos, Conceição Pinho, Luana Aranha, Jhoie Araujo, Patrícia Santos, José Uchôa, Laurinho Fonseca, Cássio Sousa, Conceição Castelo Branco, Thayane Soares e Claudemir Sousa. A Deus, especialmente, muito obrigada!

*Discursos, na verdade, habitam corpos.
os corpos (...) carregam discursos
como parte de seu próprio sangue
(BUTLER, 2002).*

RESUMO

Análise da produção de discursos e imagens de mulheres políticas em propagandas do Poder Judiciário, veiculadas nos anos de 2014 e 2016, marcados por eleições presidenciais e municipais, respectivamente. Parte-se dos estudos do filósofo francês Michel Foucault sobre a constituição dos sujeitos e a produção de discursos, por meio de mecanismos de poder que possibilitam novas dimensões dos processos de subjetivação, ao selecionar alguns discursos fazendo-os atuar como verdadeiros, enquanto silenciam e interditam outros. A temática é estudada à luz da Análise do Discurso de linha francesa (AD), sobretudo na sua configuração da terceira fase, marcada por reflexões foucaultianas (2015a, 2015b, 2014, 2013a, 2013b, 2017a, 2017b, 2010a, 2010b, 2004, 1984, 1982) em confluência com reflexões e conceitos propostos pela análise videográfica (DUBOIS, 2004; GERBASE, 2012), dada a natureza audiovisual do *corpus*. Mobilizam-se, ainda, reflexões da Semiologia Histórica, uma vez que ela permite olhar para o objeto da AD enquanto um objeto, sobretudo, semiológico e de dimensão histórica (COURTINE, 2011; BERNARDES & SARGENTINI, 2014). Para o entendimento das questões de Gênero, serão bases para este estudo teorias feministas pós-estruturalistas (BUTLER, 2017a, 2017b, 2001; LOURO, 2014), que problematizam o objeto mulher, ao tomá-lo em sua diversidade e pluralidade. A metodologia é de base qualitativa e procedimentalmente consiste na análise de três propagandas veiculadas no meio televisivo, as quais insurgiram a partir da campanha *Mulher na Política*, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2014, e que se seguiram em 2016 como parte da Campanha *Igualdade na política*. Busca-se observar como as mulheres estão sendo representadas em propagandas do Tribunal Superior Eleitoral e Justiça Eleitoral brasileira, especialmente quais imagens estão sendo ali produzidas mediante certos mecanismos e relações de poder e, ainda, como os discursos ali circulam para constituir o objeto do qual se fala. Desse modo, o objetivo geral deste trabalho é compreender a produção do sujeito-mulher-política em propagandas do Poder Judiciário como um processo discursivo que se dá através de normas, disciplinas, visibilidade e invisibilidade. Nessa investigação, procurar-se-á discutir a que disciplinas as “mulheres” devem obedecer para se tornarem sujeitos políticos, e que enunciados são postos a exercer esse disciplinamento em peças publicitárias desse órgão. Pensa-se, ainda, quais sentidos essas instituições não preveem, ao visibilizarem certos tipos de mulher, retomando uma memória discursiva do senso comum midiático que privilegia certos corpos, ao conferir a falsa ilusão de visibilidade. Nesse sentido, observa-se que em nome de uma suposta democracia, a justiça produz um sujeito que será representado.

Palavras-chave: Discurso; Dispositivos; Gênero; Imagem; Política.

ABSTRACT

Analysis of discourse's production and images of political women in Judiciary's propagandas that circulated in TV in the years 2014 and 2016, marked presidential and municipal, respectively. It begins with the studies of the philosopher Michel Foucault on the constitution of the subjects and the production of discourse, through mechanisms of power that allow the new actions of the processes of subjectivation, when selecting some discourses making us as affirmative, while silencing and interdicting others. The theme is studied in the light of the French Discourse Analysis (AD), especially in its third phase, marked by foucaultian reflexes (2015a, 2015b, 2014, 2013a, 2013b, 2017a, 2017b, 2010a, 2010b, 2004, 1984, 1982) in conjunction with reflections and concepts (DUBOIS, 2004; GERBASE, 2012), because of the nature audiovisual of the *corpus*. There is also mobilization of reflections from Historical Semiology, since it allows us to look at the object of the AD as an object, especially semiological and historical dimension (COURTINE, 2011; BERNARDES & SARGENTINI, 2014). For the understanding of Gender issues, post-structuralist feminist theories will be bases for this study (BUTLER, 2017a, 2017b, 2001; LOURO, 2014), that problematize the woman object, taking it in its diversity and plurality. The methodology is qualitative and procedurally based on the analysis of three propagandas transmitted in the television business, which emerged from the Women in Politics campaign of the Supreme Electoral Tribunal (TSE) in 2014 and followed in 2016 as part of the Campaign Equality in politics. It seeks to observe how women are being represented in propagandas of the Superior Electoral Tribunal and Brazilian Electoral Justice, especially which images are being produced there through certain mechanisms and power relations, and also, as the discourses circulate there to constitute the object of which it is spoken. Thus, the general objective of this work is to understand the production of the subject-woman-politics in propagandas of the Judiciary as a discursive process that takes place through norms, disciplines, visibility and invisibility. In this investigation, it will be tried to discuss to what disciplines the "women" must obey to become political subjects, and that statements are put to exercise this discipline in publicity pieces of this organ. It is also thought that these institutions do not envisage senses in the visibilization of certain types of women, recovering a discursive memory of the common sense media that privileges certain bodies, when conferring the false illusion of visibility. In this sense, it is observed that in the name of a supposed democracy, justice produces a subject that will be represented.

Keywords: Discourse; Apparatus; Gender; Image; Politics.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Número de candidaturas de mulheres e candidatas eleitas nas eleições federais para a câmara dos deputados entre 1932 a 1998, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, dez. 2000.....	103
TABELA 2 – Distribuição dos candidatos por sexo e cargo nas eleições de 1998, Brasil, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral, Dez 2000.	104
TABELA 3 – Quadro de mulheres eleitas entre 1982 a 2012 para o Senado Federal Brasileiro, elaboração em 2014.	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	19
1. MULHERES EM DISCURSO: FILIAÇÕES TEÓRICAS DA PESQUISA	19
1.1. Da Análise do Discurso francesa ao método arqueogenalógico.....	19
1.2. (Bio)Política: questões de poder e o lugar da mulher.....	35
1.3. Gênero, um campo de disputas: produções biopolíticas e subversão de paradigmas	46
1.4. Imagem, Vídeo, Mídia: dispositivos de visibilidade e enunciabilidade	56
CAPÍTULO II.....	71
2. HISTÓRICO DAS LUTAS DAS MULHERES EM TRÊS ACONTECIMENTOS:	71
2.1. Feminismo e movimento sufragista.....	71
2.2. Direito ao voto feminino no Brasil	84
2.3. Participação das mulheres na política partidária brasileira	97
CAPÍTULO III	108
3. DA COZINHA AO PALANQUE: PRODUÇÃO DE IMAGENS, LUGARES E REPRESENTAÇÕES DE MULHERES.....	108
3.1. Gênero e divisão do trabalho.....	108
3.2. Metodologia e análise do <i>corpus</i>	113
3.3. “Agora é lei”: dispositivos jurídicos na representação de <i>mulheres políticas</i> no Brasil	152
3.4. Repercussão das campanhas da Justiça Eleitoral e efeitos de sentidos em propagandas do TSE.....	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
REFERÊNCIAS	172
SITES CONSULTADOS	179
ANEXOS	181

Anexo A – Eleições 2018, Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa do DF - Eleitos(as).....	182
Anexo B – Eleições 2018, Câmara dos Deputados – Eleitos(as).....	183
Anexo C – Eleições 2018, Senado Federal – Eleitos(as)	184
Anexo D – Eleições 2018, Governos Estaduais – Candidaturas	185
Anexo E – Eleições 2018, Governos Estaduais – Eleitos	186

INTRODUÇÃO

Neste estudo, entende-se que os modelos de “ser mulher” são definidos por construções discursivas e modificados conforme as dinâmicas dos “regimes de verdade” de cada época, os quais provocam alterações nas formas de se constituírem os objetos dos quais se falam. Os regimes de verdade partem de poderes, técnicas, procedimentos, e acolhem alguns discursos fazendo-os funcionar como verdadeiros, enquanto interditam e silenciam outros. Em torno da “verdade” há “o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 2015a, p. 52).

Dentro dessa perspectiva, observa-se que, durante longa parte da história da humanidade, as mulheres tiveram seus desejos, direitos, interesses, aspirações e deveres vinculados aos interesses do patriarcado. Segundo Aranha (2006), nesse regime social, o pai exerce autoridade preponderante, logo, o poder do homem sobre a mulher é concebido como regra. Ao longo do tempo, as instituições patriarcais foram transformadas, mas permanece a dominação masculina, configurada no exercício de autoridade, a qual, na maioria das sociedades, é praticada por homens.

Ainda na visão de Aranha (2006), em todos os povos, com pequenas variações, as modalidades de educação da mulher testemunharam a estreiteza de horizontes em que ela se achava aprisionada (geralmente confinada a certos espaços da casa, diga-se de passagem). Neste caso, sobressai-se o caráter androcêntrico da educação. A história é narrada por homens, e a “construção” social da mulher é subordinada a um rígido controle da sexualidade. Para a autora impôs-se um modelo que, embora comporte algumas variantes em relação a cada sociedade, conserva intacta a subordinação da mulher pelo homem (ARANHA, 2006, p. 137). Essa posição subalterna em que a mulher é inserida e imaginada é o foco da problematização do feminismo, pois este questionará política e historicamente a subordinação legal da mulher, a desigualdade quanto à divisão sexual do trabalho e a dicotomia entre público e privado atribuída ao Gênero¹.

¹ A palavra gênero possui significação polissêmica, e pode significar, para as ciências naturais, grupos comuns de coisas ou seres, espécie ou tipo, enquanto que para as ciências humanas e sociais designa, segundo Aranha (2006, p. 137), o masculino e o feminino entendidos do ponto de vista da elaboração das relações sociais em torno do sexo com base nas diferentes culturas e sociedades.

Contudo, desde as suas origens, o feminismo tem sido alvo de contestação, depreciação e interdição. A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, em seu livro *We should all be feminists*², relata que os termos feminismo e feminista são alvos de rótulos, cuja projeção transita a partir da ideia de que ser “feminista” é ser agressiva, radical, malquista e masculina. Em vista disto, sublinha-se que a “figura feminina” está relacionada à subalternidade, por isso permanece marcada por estereótipos (ARANHA, 2006), tais como delicadeza, sensibilidade, instinto materno, fragilidade às emoções e outros. Assim, Soihet (2001, p. 99) afirma que o comportamento feminino reivindicador é visto como uma ameaça à ordem constituída, “sob o signo dos interesses masculinos, na qual se teme a perda de seu predomínio nas relações de poder entre os Gêneros”.

Existe uma gama de atividades que ainda demarca fronteiras sociais entre homens e mulheres em nossa sociedade, e um exemplo dessa divisão, que inclusive dá ensejo ao desenvolvimento desta pesquisa, é o espaço político. Ao examinar documentos oficiais (como exemplo, a Constituição Federal Brasileira de 1891) acerca dos direitos das mulheres, Schumacher & Ceva (2015) constatam que os direitos ao voto e à participação na política eram de domínio exclusivamente masculino, foi somente a partir de 1946 que todas as restrições ao voto feminino foram eliminadas do Código Eleitoral Brasileiro, e foi instituída a obrigatoriedade plena a todas as mulheres.

Contudo, atualmente, vive-se um momento de busca de ampliação em relação aos direitos das mulheres: algumas passam a ocupar espaços de participação na produção social, sobretudo uma parcela atinge altos cargos profissionais ou de visibilidade política de destaque, como no caso brasileiro, a primeira mulher a ocupar a presidência da República Federativa do Brasil. Apesar disso, em geral, a participação das mulheres nos poderes legislativo, judiciário e executivo ainda é baixa, e, no intuito de combater essa limitada representatividade no cenário da política constitucional brasileira, algumas iniciativas são levantadas, tanto por movimentos sociais, organizações internacionais, quanto por órgãos dos poderes públicos.

Nessa direção, nota-se o surgimento de propagandas governamentais que convidam as mulheres a participarem da vida política no Brasil, em 2014 e 2016. De

² Em Português-brasileiro, *Sejamos todos feministas* (2014), traduzido no Brasil pela Editora Companhia das Letras.

acordo com o Tribunal Superior Eleitoral³ (TSE), tais peças publicitárias partem das campanhas da Justiça Eleitoral em prol da presença feminina na política nacional, as quais estão *previstas* no art. 93-A da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), introduzido pela Lei nº 12.891/2013 conhecida como minirreforma eleitoral. A partir da Reforma Eleitoral de 2015 (Lei nº 13.165/2015), as campanhas passaram a ser *obrigatórias*, e as propagandas (facultativas) foram acionadas pelo TSE, em 2014 e 2016, como ferramentas de comunicação a fim de que as campanhas pudessem alcançar seu público alvo.

Destaca-se a campanha “Mulher na política” (lançada no Congresso Nacional em março de 2014⁴, ano marcado por eleição para a Presidência, o Senado e os governos dos estados), cuja propaganda publicitária teve como *slogan* “Faça parte da política”, e objetivava incentivar as mulheres a candidatarem-se aos cargos políticos. Naquele ano, o então presidente do TSE, o ministro Marco Aurélio de Mello, enfatizou que a propaganda⁵ se principiou devido ao crescente número de violência contra as mulheres, por isso, durante discurso de lançamento da campanha “Mulher na política”, afirmou: "Todo poder à mulher e a esperança de um Brasil mais equilibrado". A mesma peça, que também foi veiculada nas emissoras de televisão, bem como na *internet*, é apresentada por uma mulher, e o que chama a atenção, inicialmente, é o fato de, ao falar, a voz não ser dela, e sim de um homem. Ao final da propaganda, a apresentadora adquire voz e enuncia: “Até quando vamos deixar que eles falem por nós? A nossa voz precisa ser ouvida. Vamos fazer parte da política, vamos fazer parte da solução”.

Em 2016, ano marcado por eleições municipais (para escolha de prefeitos, vices e vereadores das cidades do Brasil), propagandas como essa continuaram em circulação nas mídias. O dispositivo jurídico (a Justiça com suas leis, campanhas, regulamentos) apoia-se no dispositivo midiático (TV, *internet*, rádio), considerando seu estatuto de verdade, para produzir efeitos de sentido sobre o universo político. Inclusive, conforme Sargentini (2011), a política vem se modificando significativamente em decorrência das

³ TSE. Participação feminina na política brasileira é defendida e incentivada pela Justiça Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Marco/participacao-feminina-na-politica-brasileira-e-defendida-e-incentivada-pela-justica-eleitoral>>. Acesso em: 22 Dez 2018.

⁴ Youtube. #vempraurna – TSE lança no Congresso Nacional campanha que convoca mulheres para a política. Vídeo (32s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kzyLoDW4q3Y>>. Acesso em: 01 Out 2016.

⁵ TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/internet/midia/campanha/2014/incentivo-participacao-mulher-politica/release-campanha-participacao-mulher-politica.pdf>>. Acesso em: 19 Jun 2018.

dinâmicas que os meios de comunicação imprimem ao fazer político, que se torna uma grande plataforma de embates discursivos. O espaço midiático, como todos os outros, é regido por poderes que disciplinam sujeito e sociedade, conduzindo os indivíduos a padrões de comportamento, interferindo na visão de mundo e regulando a sua existência.

Nessa perspectiva, com o intuito de investigar o que está sendo designado/posto/representado como “mulheres políticas” em propagandas do Tribunal Superior Eleitoral, busca-se verificar discursivamente a que disciplinas, regimes de enunciabilidade e visibilidades as “mulheres” devem obedecer para se tornarem sujeitos políticos, segundo algumas peças publicitárias desse órgão. Pois se os espaços sociais selecionam discursos, instituições do Poder Judiciário, além de definir os temas a serem discutidos, constituem instâncias de poder que participam dos modos de ver e de representar os sujeitos. Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é compreender a produção do sujeito-mulher-política em propagandas do TSE como um processo discursivo que se dá através de normas, disciplinas, visibilidade e invisibilidade. As peças publicitárias analisadas correspondem a propagandas que promovem a inserção de mulheres na política do país, e se dispõem em dois períodos: 2014 e 2016.

A temática será estudada à luz da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, sobretudo na sua configuração da terceira fase, abalizada por reflexões foucaultianas (2015a, 2015b, 2014, 2013a, 2013b, 2017a, 2017b, 2010a, 2010b, 2004, 1984⁶, 1982). Acionam-se também reflexões da Semiologia Histórica (COURTINE, 2014, 2011) a partir de trabalhos atualmente desenvolvidos no Brasil (BERNARDES, SARGENTINI, 2014; PIOVEZANI, CURCINO, SARGENTINI, 2011), uma vez que ela permite a compreensão do discurso político enquanto um objeto, sobretudo, semiológico e de dimensão histórica. Dada a natureza audiovisual do *corpus*, são acionados conceitos da análise cinematográfica (GERBASE, 2012) e a reflexão da imagem como um dispositivo (DUBOIS, 2004) repleto de construções simbólicas (BARTHES, 2010), funcionando como um enunciado (FOUCAULT, 2015b) produzido historicamente. Serão também bases para este estudo teorias feministas (BUTLER, 2017, 2014, 2002, 2001; LOURO, 2014; LAURETIS, 1994) em confluência com os Estudos Culturais (HALL, 2015, 2014).

⁶ Dossiê que reúne as últimas entrevistas do autor.

Para o entendimento dessa produção nas propagandas, buscar-se-ão, dentro de uma dispersão tempo-espacial, alguns acontecimentos que de algum modo problematiza(ra)m o lugar da mulher na sociedade. Um desses acontecimentos é o movimento social conhecido como feminismo. Situar-se-á o feminismo como um movimento de resistência que aponta para a possibilidade de “desconstrução” (DERRIDA, 1971) de regimes de verdade que instituem formas de poder em torno de mulheres vistas como objetos de discursos, sendo um dos principais questionamentos a demarcação de fronteiras entre “público” e “privado”, historicamente, e a indução a papéis de gênero. O seu *slogan*, logo em suas origens, era: “o pessoal é político”⁷, uma crítica ao lugar dos sujeitos a partir de seu sexo. Inicialmente, a óptica feminista questionou “a noção de que os homens e as mulheres eram parte da mesma identidade, a ‘Humanidade’, substituindo-a pela questão da diferença sexual” (HALL, 2006, p. 46). Em linhas gerais, ele contesta politicamente a posição social das mulheres, a família, o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos, e expande-se para a formação das identidades sexuais, a partir das questões de Gênero.

Outro fato que interessa ser analisado como acontecimento constitutivo das lutas das mulheres na política é a luta pelo direito ao voto e, posteriormente, o ingresso das mulheres na política partidária, especialmente a brasileira.

Assim, a pesquisa tem como objetivos específicos: a) compreender como determinados dispositivos da sexualidade atua(ra)m no interior da (bio)política para a regulação de Gênero; b) refletir acerca de três importantes acontecimentos que marcaram o ingresso das mulheres na vida pública; c) perceber como relações de poder se inscrevem no discurso do TSE para controlar/produzir uma imagem de mulher política.

A relevância da investigação proposta está em compreender transformações nas formas de discursivização em torno do objeto de estudo “mulher” dentro da complexidade das relações sociais no âmbito da política⁸. Ressalta-se, ainda, a

⁷ Criado pela feminista Carol Hanisch, e publicado no feminismo da segunda onda dos anos 70.

⁸ Na *web* alguns trabalhos acadêmicos foram encontrados, dentre os quais se frisam: “(Re)Significações da mulher política na mídia: memória, corpo, territorialidade”, “Discurso, mídia e memória na (re)construção da história da sexualidade feminina”, “As mulheres na política brasileira: um estudo sob a perspectiva sistêmico-funcional”, “Paraíba mulher macho: Gênero, cultura e política na educação jurídica”, “Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil”.

importância da pesquisa para a compreensão do desempenho de algumas mídias na interpretação dos lugares de mulheres na política formal, pois esses meios materializam na linguagem sua intensa produção de sentidos.

Este trabalho está assim organizado: no Capítulo I, contemplam-se as bases teóricas da investigação que trata da Análise do Discurso de matrizes foucaultianas, das considerações sobre Biopolítica, Gênero e, ainda, da Semiologia Histórica. Observa-se, sobretudo, a política como recurso de estratégia do cotidiano, com imersão do sujeito nas práticas e discursos que circulam em determinada época. Para tanto, parte-se das transformações no interior da concepção da política clássica, e segue-se com a biopolítica como mecanismo contemporâneo de regulação dos modos de distinção de Gênero, a partir de reflexões iniciadas pelo filósofo francês Michel Foucault, um dos principais pensadores da relação sujeito, discurso e sociedade. Abordam-se, não as teorias políticas, mas alguns discursos em torno dos quais mulheres foram constituídas objetos de saber-poder. As teorias feministas sobre Gênero reforçam as discussões, por pensar o sujeito a partir da política.

O Capítulo II constituirá um breve histórico da “emancipação” das mulheres, a partir de três acontecimentos, tomando como centro mulheres na política formal: 1) Feminismo e movimento sufragista; 2) Direito ao voto feminino no Brasil; e 3) participação das mulheres na política partidária brasileira. Tais acontecimentos deverão vir acompanhados de outras questões ou períodos, tidos como catalisadores da memória coletiva, essenciais para o entendimento da história nos estudos do discurso e da representação, com foco na inscrição das mulheres na política do país, tais como mudanças impulsionadas pelo capitalismo e a eleição da primeira mulher presidente do Brasil.

O Capítulo III reserva-se à metodologia e às análises das propagandas. O princípio é de base qualitativa e procedimentalmente consiste na análise de três peças publicitárias veiculadas no meio televisivo, sendo uma delas assinada pelo Tribunal Superior Eleitoral, no período de 2014, como parte da campanha “Mulher na Política”, e as outras duas peças publicitárias assinaladas pela Justiça Eleitoral, em 2016, como material da campanha “Igualdade na Política”.

Ao longo deste trabalho, intenta-se manter aproximações com as reflexões teórico-metodológicas da arqueogenealogia empreendida por Michel Foucault, embora se reconheça que, por razões diversas, especialmente em relação à densidade do tema que deve obedecer aos prazos pré-estabelecidos, esta pesquisa não constitui exatamente a arqueologia do ingresso de mulheres na política formal, tampouco a genealogia do poder que se exerceu sobre elas, mas um esboço de uma breve descrição.

Com base nas reflexões foucaultianas sobre biopolítica, entende-se que as vidas são políticas, por isso, como pesquisadores/as, sustenta-se que a produção científica deva sublinhar, a partir da identificação de problemas comuns, possibilidades de mudanças, visto que atua na construção histórica dos sujeitos. Segundo Avelar (2001), para existir é importante narrar (*narrar para existir*), pois é por meio de dizeres/vozes/saberes que as realidades se tornam visíveis. Assim, conforme a autora, é pela narração que se (re)cria o outro, portanto cada trabalho escrito sobre mulheres contribui para este processo, no qual todos estão profundamente envolvidos (AVELAR, 2001, p. 9). Este trabalho se justifica, pois, pela necessidade de estudos que enfoquem a representação de mulheres pelo discurso político, posto que sua presença neste espaço é muitas vezes observada e pronunciada com estranheza, tendo em vista que seu *status* como participantes sociais não foi construído historicamente como natural. A esse respeito, a historiadora Perrot (2017b) afirma que a ideia de que política não é assunto de mulheres, “que aí elas não estão em seu lugar, permanece enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos dois sexos”, pois, para a historiadora, interiorizando as normas tradicionais, as mulheres valorizam o informal, depreciam a política e consentem com o lugar que lhes fora atribuído, assim, “na história e no presente, a questão do poder está no centro das relações entre homens e mulheres” (PERROT, 2017b, p. 192).

Por este percurso, cabe tomar “mulheres” como objeto para uma análise do discurso político e envolve também imagens que “forjam” representações de “mulheres políticas”. Dentro dessa perspectiva, o problema que se coloca diz respeito a como as mulheres estão sendo representadas em propagandas do Poder Judiciário, especialmente quais imagens estão sendo ali produzidas mediante certas estratégias e relações de poder e, ainda, como os discursos ali circulam para constituir o objeto do qual se fala.

Por fim, compreende-se que esta pesquisa, como todo trabalho científico, de modo geral, aponta para a sua incompletude, uma vez que constitui um recorte, um ponto de vista, um problema possibilitado em razão de certas condições históricas, linguísticas, sociais e culturais, portanto, cambiante, mutável, abrangendo discussões que podem ser ampliadas ou ressignificadas, pois o objeto em questão se encontra em permanente processo de “elucidação” em relação ao movimento da História.

CAPÍTULO I

1. MULHERES EM DISCURSO: FILIAÇÕES TEÓRICAS DA PESQUISA

Neste capítulo, opta-se por iniciar por uma sucinta exposição do método arqueogenealógico, percorrendo algumas das principais questões introduzidas por Michel Foucault, que possibilitam, a esta pesquisa, análises de olhares em torno das mulheres, além de processos de subjetivação em sua constituição como sujeitos de discursos, em um contínuo de regulações e desregulações de Gênero que orientam tal produção, tecendo e rompendo lugares, justificando saberes e formas de representar o que se designa(va) por “mulheres”.

Destarte, em face do caráter interdisciplinar da Análise de Discurso, mantêm-se diálogos com a problemática de Gênero, focalizada aqui como a organização social em torno do sexo com base nas diferentes culturas e sociedades (SCOTT, 1995). Por último, vislumbram-se algumas percepções de representações, imagens, simbologias, a partir de alguns dispositivos que selecionam visibilidades, constituem e regulam enunciados. Tais teorias embasam esta pesquisa e constituem percursos expositivos de questões que permeiam as temáticas: Discurso, Dispositivos, Imagem, Política e Gênero.

1.1. Da Análise do discurso ao método arqueogenealógico

Em um breve retorno à história da Análise do Discurso francesa, é possível acompanhar que, embora se constitua como disciplina, sua formulação está permeada por inúmeras contribuições e abordagens divergentes. Tal pluralidade pode ser justificada a partir da heterogeneidade inerente à complexidade que é a análise da produção de sentidos. Seu fundador, o filósofo francês Michel Pêcheux, guiava-se pela ciência a partir da base política, pois pensava que os sentidos que circulam em dada sociedade não são neutros, mas políticos. Por isso, inicialmente, os debates desse campo do saber objetivaram averiguar, pelo viés do discurso político, diferentes processos de reprodução social do poder hegemônico instaurado por meio da linguagem, o que fez

com que suas bases epistemológicas se direcionassem para um foco central: a ideia de que o sujeito é assujeitado (PÊCHEUX, 1997) pelo discurso. Todavia, segundo Gregolin (2008), refações operadas por Pêcheux a partir de seu diálogo com vários interlocutores, entre os quais Foucault, Lacan, Bakhtin e os historiadores da chamada Nova História (como Pierre Nora e Jacques Le Goff), fizeram com que os aportes e limites da Análise do Discurso fossem revistos. Indo mais além, para a autora é “mais coerente pensar que há várias *análises dos discursos*, expressando na reiteração do plural as diferenças teóricas, metodológicas e de objetos de análise” (GREGOLIN, 2008, p. 25). Atualmente, diferentes formulações continuam a ser singularizadas, como as propostas de J. J. Courtine, que trabalha o discurso segundo novas materialidades. Com a abertura dos corpora discursivos, Pêcheux passou a substituir a expressão Análise do Discurso por Análise de Discurso (doravante, AD) (BARACUHY, 2010, p. 168).

Como campo do saber, a constituição da AD se deu, nos anos 1960, por meio de três pilares epistemológicos e das questões pensadas a partir desses três domínios disciplinares: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. A Linguística, pela leitura que fez da convenção social linguística extrínseca ao sujeito, postulada pelo Estruturalismo atribuído ao linguista genebrino Ferdinand de Saussure. O legado do materialismo histórico, o qual pressupõe que a história tem seu real afetado pelo simbólico (ORLANDI, 2015, p. 18), e que a língua, portanto, não é transparente. Essa especificidade conjuga a forma material revestida na história para produzir sentidos. E, ainda, a Psicanálise, que desloca a noção de homem para a de sujeito, em que este último é guiado pelo inconsciente e pela ideologia.

Foram várias as leituras que se realizaram dessa “tríplice aliança”, por isso cada qual articulava uma análise distinta de discurso. Nos procedimentos pecheutianos, argumentou-se que as palavras materializam ideologias, portanto, são efeito ideológico. Na contramão desse fundamento, os estudos do filósofo francês Michel Foucault renunciam à noção de ideologia devido a três razões principais: primeiro, porque a ideologia, para ele, está sempre em oposição virtual a algo que seria “a” verdade – sua tarefa era bem diferente, pois pretendia “ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são nem verdadeiros nem falsos” (FOUCAULT, 2015a, p. 44); segundo, refere-se a um sujeito – a um ponto de partida; e,

por último, “está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infraestrutura ou determinação econômica, material etc.” (FOUCAULT, 2015a, p. 44). Dessa forma, verifica-se que Foucault não pertenceu ao grupo pecheutiano, mas também não pode ser inserido fora do domínio da AD, posto que sua preocupação com o discurso se manifesta em todas as suas obras, e também porque ele foi essencial para novas compreensões das bases do discurso, a partir de revisões de seus conceitos.

Autor de conceitos centrais para a compreensão das relações discursivas, tais como formação discursiva, enunciado, acontecimento, arquivo, dispositivo, as análises empreendidas por Foucault gravitam em torno das reflexões sobre sujeito, poder e discurso (a forma como este se constitui e se propaga). Sobreindo da ideia de que os discursos constituem os objetos dos quais se falam, Foucault interroga com maestria as condições de emergência de dispositivos que sustentam a formação discursiva, a circulação de discursos, as práticas discursivas e suas transformações. Com base nisso, neste trabalho, prioriza-se uma abordagem do discurso que reúna princípios da AD francesa a partir das contribuições de Michel Foucault, pois é o autor que melhor tem respondido às problemáticas desta pesquisa.

Para entendimento dos fundamentos teórico-analíticos, estudiosos e comentadores de Foucault dividem sua obra em três domínios: arqueologia (ser-saber); genealogia (ser-poder); e ética (ser-si). Quando se evidencia a relação entre saber-poder, têm-se as bases do que se convencionou chamar de método arqueogenealógico. No caso específico deste trabalho, algumas observações são necessárias: em todas as suas obras, Foucault mantém grande preocupação com as questões do agenciamento e coerção de poder e de saber, sobretudo com a problemática da constituição do sujeito em diferentes períodos da história, e, como a arqueogenealogia é um domínio muito amplo, importa fazer aproximações com o método⁹ em questão. Para fins didáticos, insiste-se no tratamento do método arqueogenealógico, embora, mais uma vez, entenda-se que os

⁹ Em 1984, ano de falecimento de Michel Foucault, é publicado, no Brasil, pela editora Taurus, o livro *Dossier* que reúne as últimas entrevistas concedidas pelo filósofo pouco antes da sua morte, por ocasião do lançamento do segundo e terceiro volumes de *História da sexualidade*. Na sua introdução, Carlos Henrique de Escobar afirma que a genealogia realizada por Foucault não é um método, visto que todo método pressupõe um Ser, um trabalho de identidade para o respaldo das funções e do corpo histórico. A genealogia (que parte de uma política-filosófica nietzschiana) seria uma política, pois depreende as táticas nas quais vigoram as diferenças afirmadas dentro de um espaço organizado (“ordens sociais”). Todavia, no decurso desta investigação, ver-se-á o uso do termo “método”, para fins didáticos.

trabalhos do autor estão em constantes diálogos entre si e seus conceitos encontrem-se frequentemente dispersos em várias de suas produções.

A análise dos princípios arqueogenealógicos se desenvolve orientada pela seleção de pelo menos quatro trabalhos principais: *História da sexualidade I*, *Microfísica do poder*, *Dossier – últimas entrevistas* e *A Arqueologia do saber*, em especial este último livro, onde se configuram suas principais noções arqueológicas. Nele, preliminarmente, as discussões se articulam com a perspectiva da Nova História¹⁰, por pensar a história como narrativa repleta de rupturas, descontinuidades, composta por um “novo tipo de racionalidade e de seus efeitos múltiplos” que demonstram que a história de um conceito¹¹ é “a de diversos campos de constituição e validade, e de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração” (FOUCAULT, 2015b, p. 5). Nas últimas entrevistas do autor, vê-se que articulação não equivale à conformação, ao contrário, seu trabalho é um posicionamento ao uso da Razão e às novas possibilidades de subjetividade.

Para ele, a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, considerados em sua unidade, a partir da história tradicional, “privilegia as estruturas e parece apagar a irrupção dos acontecimentos”. Na análise das ideias e do saber, Foucault prioriza os “jogos da diferença”, possibilitados pela emergência da *crítica do documento* que procura definir no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. O documento, para ele, não é o “feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa” (FOUCAULT, 2015b, p. 8 – grifo do autor). Desse modo, sublinha como a sociedade transforma os documentos em monumentos, e esse processo vai materializar a história de uma “época”:

Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico, poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a

¹⁰ Nova História é a corrente historiográfica correspondente à terceira geração da chamada Escola dos *Annales*, considerada um movimento de mudança em relação ao paradigma tradicional.

¹¹ N’Arqueologia do saber, Foucault articula deslocamentos e transformações dos conceitos, tomando como modelo as análises de seu orientador de doutorado – Georges Canguilhem, médico e filósofo francês, especialista em epistemologia e história da ciência.

arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento (FOUCAULT, 2015b, p. 9).

A tarefa da arqueologia é descrever esses discursos: em lugar da cronologia contínua ou das relações de determinismo (causa e efeito), propõe pensar as diferenças, descrever as dispersões, descentralizar a soberania do sujeito que se pretendia universal (“formas sintéticas do sujeito”). Trata-se, enfim, de uma pesquisa ou, conforme Foucault (2015b, p. 18):

Trata-se de uma empresa pela qual se tenta medir as mutações que se operam, em geral, no domínio da história; empresa onde são postos em questão os métodos, os limites, os temas próprios da história das ideias; empresa pela qual se tenta desfazer as últimas sujeições antropológicas; empresa que quer, em troca, mostrar como essas sujeições puderam-se formar.

Tarefas esboçadas em livros anteriores (*Historie de la folie* – 1961; *Naissance de la clinique* – 1963; *Les mots et les choses* – 1966), mas que ainda estavam por serem clarificadas, pois, segundo o autor, faltavam-lhes coerência, estavam em desordem. Em “Arqueologia do saber” (1969) as questões são corrigidas, criticadas e ampliadas: conforme Foucault, as pesquisas sobre a loucura, sobre a medicina clínica, ciências da vida, da linguagem etc., “esclareceram-se sucessivamente, não somente porque precisavam, pouco a pouco, seu método, mas porque descobriram – neste debate sobre humanismo e antropologia – o ponto de sua possibilidade histórica” (FOUCAULT, 2015b, p. 19).

Na empreitada arqueológica, percorre-se o discurso no jogo de sua própria instância, uma análise orientada no sentido de compreender o enunciado na singularidade de sua situação (acontecimento), nas condições de sua emergência, na fixação de seus limites, para relacionar com outros enunciados e mostrar que outras formas excluem. Desse modo, Foucault (2015b) verifica que a descrição da formação discursiva é possibilitada por *regras de formação* divididas em repartições: objetos, modalidades enunciativas, conceitos, escolhas temáticas. A partir desse percurso, busca responder à indagação: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2015b, p. 33).

Foucault contesta a hipótese de que o objeto se dá em sua unidade, pois observa que essas unidades são na verdade heterogeneidades. Como no caso do objeto

“loucura”¹², cuja análise não permitia a ele individualizar um conjunto de enunciados, pois estes foram constituídos em conjunto do que fora dito no grupo de todos os enunciados que “a nomeavam, recortavam, descreviam, explicavam, contavam seus desenvolvimentos, indicavam suas correlações, julgavam-na e, eventualmente, emprestavam-lhe a palavra, articulando, em seu nome, discursos que deviam passar por seus” (FOUCAULT, 2015b, p. 30). Assim, conclui que a regularidade dos discursos, que faz com que os objetos sejam vistos em sua unidade (“a” política, “a” literatura etc.), seria o jogo das regras que definem as transformações desses diferentes objetos, sua não identificação através da história. Por isso o “objeto” deve ser estudado aproximando-o do fundo de sua história:

substituir o tesouro enigmático das “coisas” anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses *objetos* sem referência ao *fundo das coisas*, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexo das regularidades que regem sua dispersão (FOUCAULT, 2015b, p. 58 – grifos do autor).

Com isso, observa que a formação discursiva (FD) possui uma história, e seu objeto discursivo não preexiste a si mesmo, e sim sob condições determinadas de relações em um campo de exterioridade aos próprios objetos. Dessa maneira, segundo o filósofo (2008), os discursos se constituem na dispersão dos enunciados, em práticas discursivas diversas, que constituem um dado saber.

Ao se interrogar sobre a regularidade ou encadeamentos nos enunciados, Foucault volta-se à formação das modalidades enunciativas, formulando três questões fundamentais: 1) *Quem fala?* ou *Qual é o status do indivíduo que tem o direito de proferir determinado discurso?* 2) *Quais os lugares institucionais de onde certo “personagem” obtém seu discurso?* 3) *Quais as posições que o sujeito pode ocupar na rede de informações (domínios teóricos)?*. Conforme Foucault (2015, p. 65-66), as diversas modalidades de enunciação, longe de remeterem à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão: “nos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso,

¹² Foucault (2008) observa que, a partir de uma rejeição e uma separação, como razão *versus* loucura – a palavra proibida e a loucura são reafirmadas pela vontade de verdade – coloca-se a oposição verdadeiro e falso, ambos considerados parte de um sistema de exclusão, podendo ser analisados a partir de uma vontade de verdade, em que o desejo de verdade projetaria a “verdade”.

nas descontinuidade do plano de onde fala”. A noção de discurso é assim empregada como “um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos”. Busca-se, então, um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade.

Diante disso, descreve a organização do campo de enunciados em que os discursos aparecem e circulam, os conceitos e as temáticas, a partir das: *formas de sucessão*, que compreendem as diversas *posições das séries enunciativas*; formas de coexistência, sob a forma geral de uma ordem; e procedimentos de intervenção, que redistribuirá os enunciados. Com base nessa análise, compreende-se que os elementos ou objetos continuam bastante heterogêneos, todavia, é no próprio discurso que se vai delimitar o feixe de relações que constitui a formação conceitual.

Por último, verificou-se a formação das estratégias, cujo problema era saber como se distribuem na história as formas de discurso que, às vezes, podiam se modificar completamente, sofrer reagrupamentos que formam teorias, assim, observa a dispersão das escolhas estratégicas dos temas. Estas não surgem de uma visão de mundo, mas por pontos de divergência no jogo dos conceitos. Assim, esses sistemas existem no interior do próprio discurso e não são estáticos. Para Foucault (2015b, p. 47), os elementos descritos acima constituem a formação discursiva:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

Na malha discursiva, examina o que seriam os enunciados. Para o filósofo, como definição gramatical, o enunciado da perspectiva do discurso não pode ser definido, pois ele não existe no sentido em que uma língua existe, não é uma estrutura proposicional definida, por isso não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem, não é uma forma canônica de sucessão e permutação, não é um sintagma e não toma como suporte esses critérios. É, antes de tudo, um modo singular de existência que não é uma unidade, mas

uma **função** de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles

“fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). (...) não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço (FOUCAULT, 2015b, p. 105 – grifo nosso).

Segundo o autor, como função enunciativa, o enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento, e não tem como correlato um indivíduo ou objeto singular que seria designado por determinada palavra da frase. Seu correlato é, na verdade, um conjunto de domínios em que tais objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas. A partir de então, vê-se que o enunciado não tem um referente, está ligado a um “referencial” que não é constituído de “coisas”, “fatos”, “realidades” ou “seres”, mas “de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas” (FOUCAULT, 2015b, p. 110). Dessa forma:

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível *enunciativo* da formulação, por oposição a seu nível gramatical e a seu nível lógico: através da relação com esses diversos domínios de possibilidade, o enunciado faz de um sintagma, ou de uma série de símbolos, uma frase a que se pode, ou não, atribuir um sentido, uma proposição que pode receber ou não um valor de verdade (FOUCAULT, 2015b, p. 110-111 – grifo do autor).

Além disso, o enunciado mantém com um sujeito, segundo Foucault, uma relação determinada que se deve isolar. O sujeito do enunciado não é a origem ou ponto de partida de uma frase, mas “um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes”, lugar que se mantém variável e que caracteriza “toda formulação enquanto enunciado, constituindo um dos traços que pertencem exclusivamente à função enunciativa e que permitem descrevê-la”. A terceira característica que rege a função enunciativa é a sua associação com um domínio, que lhe confere *status* e apresenta relações com o passado e concede um futuro. Sobre esse *status*, Foucault (2015b, p. 120) afirma que:

é compartilhado pelo enunciado em questão, entre as quais toma lugar sem consideração de ordem linear, com as quais se apagará, ou com as quais, ao contrário, será valorizado, conservado, sacralizado e oferecido como futuro objeto possível, a um discurso futuro (um enunciado não é dissociável do *status* que lhe pode ser atribuído como “literatura”, ou como propósito irrelevante, próprio para ser esquecido, ou como verdade científica adquirida

para sempre, ou como discurso profético etc.). Pode-se dizer, de modo geral, que uma sequência de elementos linguísticos só é enunciado se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular.

Por essa óptica, um enunciado sempre supõe outros, pois existe em um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e papéis. Seu regime de materialidade obedece à ordem da instituição, a qual define sua “possibilidade de reinscrição e de transcrição”. Assim, dá-se a última característica da função enunciativa: sua materialidade repetível, mas sempre em condições estritas, pois

o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (FOUCAULT, 2015b, p. 128).

Sendo uma modalidade que permite estar em relação com um domínio de objetos, a função enunciativa abre um conjunto de posições subjetivas possíveis, pois prescreve uma posição definida aos sujeitos. Desse modo, volta-se ao conceito de discurso e formação discursiva:

o discurso é constituído por um conjunto de seqüências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto podemos atribuir modalidades particulares de existência. E se conseguir demonstrar (...) que a lei de tal série é precisamente o que chamei, até aqui, de formação discursiva, se conseguir demonstrar que esta é o princípio de dispersão e de repartição, não das formulações, das frases, ou das proposições, mas dos enunciados (no sentido que dei à palavra), o termo discurso poderá ser fixado: o conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico (FOUCAULT, 2015b, p. 131).

Conclui-se que o enunciado requer um referencial ou referente (que constitui o princípio de diferenciação), um sujeito (uma posição a ser ocupada, sob determinadas condições, por indivíduos diferentes), um campo associado (coexistência com outros enunciados) e uma existência material (passíveis de reprodução por meio de técnicas sociais). Em face disso, formação discursiva compreenderá grupos de enunciados que não estão ligados por laços gramaticais, e sim por uma função. Nessa rede conceitual, Foucault (2015, p. 144) descreve o que seriam as práticas discursivas: “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”.

Associado a essas concepções está o conceito de arquivo, que será definido como um sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Não se trata do arquivo como uma visada do passado, e sim como “o conjunto dos discursos efetivamente pronunciados numa época dada e que continuam a existir através da história” (REVEL, 2005, p. 18). Para Foucault, isso implica no sistema geral da formação e transformação dos enunciados.

É interessante notar a importância que ele dá para o arquivo comportando-o no próprio presente, porque o arquivo sublinha o que não pode mais ser dito, as marcas da diferença, as heterogeneidades e rupturas, em suma, mostra que a própria linguagem é constituidora de práticas. Por esse viés, o presente seria uma produção que foi se constituindo através da história, atraindo para si um caráter de verdade sob a forma de práticas discursivas.

Por fim, o autor defende não se tratar precisamente de uma época ou mentalidade, e sim da descrição das transformações, que não constituem uma lógica esquemática de causa e efeito. O acontecimento discursivo, quando observado pela óptica foucaultiana, implica ruptura histórica. Por ruptura, Foucault (2015, p. 213) entende as “transformações que se referem ao regime geral de uma ou várias formações discursivas”. A partir disso, a noção de acontecimento é central como “a irrupção de uma singularidade única e aguda, no lugar e no momento da sua produção” (FOUCAULT, 2015b, p. 152). O discurso seria uma série de acontecimentos (REVEL, 2005, p. 14), e as formações discursivas resultado da emergência de enunciados conectados entre si que produzem efeitos de sentidos.

Em síntese, nas palavras de Gregolin¹³, analisar discursos para Foucault é:

Eu me dei como objeto uma análise do discurso [...]. O que me interessa no problema do discurso é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Isto é o que eu chamo de **acontecimento**. Para mim, trata-se de considerar o discurso como uma série de acontecimentos, de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de acontecimentos discursivos – mantêm com outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições. [...]. O fato de eu considerar o discurso como uma série de acontecimentos nos situa automaticamente na dimensão da história [...]. Se faço isso é com o objetivo de saber o que somos hoje. Quero concentrar meu estudo no que nos acontece hoje, no que somos, no que é nossa sociedade. Penso que há, em nossa sociedade e naquilo que somos, uma dimensão histórica profunda e, no

¹³ Gregolin, ao simular uma entrevista com Foucault, explica o que é analisar discursos para o pensador.

interior desse espaço histórico, os acontecimentos discursivos que se produziram há séculos ou há anos são muito importantes. Somos inextricavelmente ligados aos acontecimentos discursivos. Em um certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas... (GREGOLIN, 2008, p. 34-35 – grifo da autora).

Há, então, inicialmente, pelo menos quatro conceitos foucaultianos bastante relevantes para este trabalho: formação discursiva, enunciado, arquivo e acontecimento discursivo. Isso porque o método arqueológico trata de verificar o estatuto de acontecimento discursivo que o enunciado desempenha no arquivo (conjunto dos enunciados existentes). Pode-se, através das *séries de enunciados* ou *séries enunciativas*, buscar descrever as relações que mantêm os discursos dispersos, mas, ao mesmo tempo, regulares.

No plano das discussões do enunciado há sempre a preocupação com o sujeito (elemento central das discussões do autor) e com o poder, embora, segundo Sargentini (2014), Foucault tivesse reconhecido que seu objetivo não era analisá-lo, mas criar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos se tornaram sujeitos, na sociedade ocidental moderna. O discurso era o centro desencadeador de suas análises, pois é no discurso que se dá a descrição de uma formação histórica. Consoante à autora, para os analistas de discursos, as propostas foucaultianas deixaram dois legados que ajudam a explorar a metodologia dos trabalhos advindos de Foucault: o primeiro legado de Foucault é a própria noção de discurso indissociável da noção de sujeito, de acontecimento e de materialidade discursiva (SARGENTINI, 2014, p. 163). Um segundo legado que se relaciona à própria metodologia é o princípio da descontinuidade da história, o qual implica a importância do interdiscurso, e busca:

as continuidades e as mutações nas práticas discursivas que estão inscritas na materialidade linguística, nas leis, nas instituições, nos gestos, nos costumes, na arquitetura, enfim, nesse “dispositivo” que ancora ao mesmo tempo em que erige os discursos e suas mudanças (SARGENTINI, 2014, p. 166).

Frente a isso, coloca-se o problema de uma genealogia¹⁴, que, segundo Foucault (1984, p. 81) quer dizer a análise a partir de uma história do presente. Nessa esteira, importa fazer uma genealogia dos problemas, das problemáticas (FOUCAULT, 1984, p. 44), daquilo que se constitui como objeto para o pensamento. Segundo Oksala (2011), a passagem da arqueologia para a genealogia não abandona a densidade histórica, mas

¹⁴ Enquanto Foucault escrevera um livro que versasse sobre as reflexões d'Arqueologia do saber, o desenvolvimento do método genealógico foi interrompido, em razão da sua morte extemporânea.

reforça-a e permite compreender as relações de poder na própria constituição do conhecimento científico. A arqueologia se volta à História para explicar a formação dos objetos, dos conceitos, enquanto a genealogia questiona o valor de verdade dos mesmos, tomando a ciência como uma prática social, e questionando, sobretudo, seu caráter atemporal. Como exemplo, pode ser colocada a questão da “feminilidade” (o “eterno feminino”) massivamente moldada pela ciência em nome do saber científico. Este refletia estruturas (marcadamente androcêntricas) de poder que os próprios cientistas forneciam, através do que é “natural” ou aceitável no comportamento feminino. Foucault busca questionar as verdades científicas em favor das construções histórico-sociais.

Seguindo o itinerário da genealogia do poder, com o propósito de analisar como os discursos constroem os objetos dos quais se falam, tomam-se as reflexões da História da Sexualidade I (2013). Nele, Foucault se volta para o dispositivo da sexualidade e coloca a hipótese da repressão, mas percebe que não é a proibição que permite a problematização do tema. Minando tal hipótese, constata que o poder se exercerá de maneiras diferentes, podendo assumir formas ardilosas, mas discretas. O filósofo menciona que a “colocação do sexo em discurso” tem raízes no que ele designa como Idade da Repressão, no século XVII, que foi imposta pelo “tríplice decreto” interdição, mutismo e inexistência, em que “a menor eclosão de verdade é condicionada politicamente” (FOUCAULT, 2013, p. 11). Inscribe-se, pois, o sexo como objeto de discursos e de intenções estratégicas que servem de suportes e instrumentos à vontade que o conduz.

Nessa análise, o interesse de instâncias de poder leva à multiplicação de discursos sobre o sexo e à imposição de regras. O autor cita como exemplo a Contra-Reforma, que se dedicou a acelerar o ritmo das confissões anuais. Segundo o filósofo, o que isso significou? Por meio da língua (confissão), policiava-se a carne, o pensamento, os desejos. Com tal processo de colocação do sexo em discurso houve a “neutralização da língua”. No Ocidente moderno, a partir de uma nova pastoral, foi-se constituindo o “discurso obediente, que conhecia todos os desvios e fazia da confissão o suporte ou a chave para o *bom cristão*”. Observa-se que, ao propor a hipótese repressiva, Foucault diz o contrário do que se poderia supor: a repressão não como exclusiva censura, mas como constituidora de aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo. Técnica que

não se confinou à espiritualidade cristã, mas paulatinamente aparelhou-se ao interesse público.

Por volta do século XVIII, marcado pelo movimento intelectual Iluminista, o sexo passa a ser visto não somente pela moral, mas pela racionalidade. Diante disso, Foucault (2013, p. 30) formula a pergunta: “De que maneira um discurso de razão poderia falar *disso*?”¹⁵. Com base em Foucault, não interessam aos filósofos da era clássica tornar o sexo objeto de indagações, o interesse maior se voltava para os domínios de si, à alimentação e dieta, para citar alguns exemplos. Houve, portanto, após o século XVII, um deslocamento da alimentação para o interesse no sexo. A partir de então, conforme Foucault (2013, p. 30-31), cumpriu-se “falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo”, isto porque “o sexo não se julga apenas, administra-se”, “sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos”.

Nesse seguimento, surge a noção de população, no século XVIII, que não se refere mais a um sujeito ou a um povo, mas a uma população com variáveis e fenômenos específicos (natalidade, expectativa de vida, estado de saúde, formas de alimentação e *habitat*, incidência de doenças etc.), assim o Estado, vai regular o sexo por meio de discursos úteis, e não pela repressão. Então surgem as campanhas que tentam fazer do comportamento sexual dos casais uma conduta econômica e política estratégica. Nesse aspecto, para Foucault, os racismos entre os séculos XIX e XX encontrarão suporte de fixação, ao estipular cientificamente uma teoria estrita entre “raças humanas” pautada na pureza genética.

Acontece, ainda, investimento no sexo das crianças manifesto nos discursos internos de certas instituições. Segundo Foucault, os médicos aconselham as famílias, os pedagogos fazem advertências às crianças e toda uma literatura de prescrições se forma em torno do colegial e de seu sexo. Em fins do século XVIII ou início do século XIX, a medicina por meio da doença dos nervos, a psiquiatria e sua etiologia das

¹⁵ De acordo com a nota dos tradutores apresentada em “História da sexualidade I”, “disso” em francês é *ça* (isso), que designa também o Id, instância do aparelho psiquiátrico segundo o médico austríaco Sigmund Freud, criador da Psicanálise. No decorrer de seus textos, Foucault tece intensas críticas à psicanálise que se ocupava do “sujeito do desejo”. Desse modo, ao questionar como a Razão se preocupava em produzir discursos sobre o sexo, o trocadilho atua como uma possível resposta.

doenças mentais e a justiça penal que julgavam crimes “antinaturais” (como a masturbação, vide *Os anormais*), meticulosamente codificam o sexo, valorizando-o como o *segredo*. A implementação dessa ordem faz com que as mínimas irregularidades sexuais e as condenações judiciárias sejam anexadas às doenças mentais.

Surgem, até o final do século XVIII, três grandes códigos explícitos que regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã, e a lei civil. Eles estavam centrados nas relações matrimoniais fundadas na monogamia heterossexual, deveres dos casais, constrições, “leis naturais da matrimonialidade”, decretos sagrados que regiam a ordem dos seres e das coisas. Nas ordens religiosa e civil levava-se em conta o “contra-a-natureza” percebido como forma extrema do “contra-a-lei”. Os hermafroditas, por exemplo, eram vistos como transgressores, anormais, monstros, perversos.

Esse movimento de normalização reduz a singularidade da sexualidade, pois a fixa, rotulada por uma idade, um gosto, um lugar ou um tipo de prática, e, ao mesmo tempo, produz uma “explosão visível das sexualidades heréticas”. Uma descrição similar aparece em *Vigiar e punir*: nele, Foucault afirma que a prisão não tinha como função prevenir o crime, mas produzir delinquente (OKSALA, 2011, p. 69). Assim, para Foucault (2013, p.56-57), a sociedade Ocidental moderna não inaugura um período intenso de repressão, mas um dispositivo (o dispositivo da sexualidade) diferente da lei, que se apoia localmente em procedimentos de interdição e “assegura, através de uma rede de mecanismos entrecruzados, a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatas”. É com base nessas observações que Foucault conduz seus estudos à *vontade de saber* quais os modos de exercícios do poder e como estes têm seus pontos de inscrição no corpo, na população, na sexualidade, enfim, na constituição dos sujeitos.

Em sua genealogia, o autor explicita a existência de regimes de verdade que regulam discursos ordenando dizeres e comportamentos, com base em **dispositivos**, os quais podem ser designados como “materiais do poder, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de **assujeitamento** utilizadas pelo poder” (REVEL, 2005, p. 39 – grifos nossos). Destarte, analisa práticas discursivas e domínios não discursivos – “instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos” (FOUCAULT, 2015b, p. 198) – que se relacionam à constituição da subjetividade, a

qual engloba dois domínios possíveis: o modo de assujeitamento e o modo de objetivação.

Na abordagem foucaultiana, o modo de assujeitamento corresponde ao modo pelo qual “as pessoas são convidadas ou incitadas a reconhecer suas obrigações morais” (FOUCAULT, 1984, p. 53). Trata-se da condução da vida em função de certas formas de reflexão sobre si, as quais, segundo Oksala (2011), podem ser dimensionadas através de saberes, disciplinas e por meio das *práticas de si* – quando o sujeito fala de si a partir do que dizem sobre ele. Situa-se a problemática do corpo, que não apenas é formado em um sistema simbólico, mas “em práticas reais – práticas historicamente analisadas”, pois “há uma tecnologia da formação do corpo que atravessa sistemas simbólicos na medida em que os usa” (FOUCAULT, 1984, p. 67). O domínio da moralidade sublinha a relação do sujeito consigo mesmo, e não a imposições de religiões ou leis, tampouco instituições. O assujeitamento é aquilo que não se impõe, escolhe-se.

Por outro lado, tem-se o modo de objetivação, que se centra na história do sujeito sob o ponto de vista das submissões e do poder (como descrito no livro *Vigiar e punir*). Nesse campo, os sujeitos não são livres diante dos códigos e interdições, pois se defrontam ao encarceramento, confinamentos e segregação. Dessa forma, a problemática genealógica sublinha a noção de disciplina que atua seja pelas relações de vigilância e punição, que regia a racionalização dos comportamentos individuais (SARGENTINI, 2014, p. 168).

Sobre a constituição dos sujeitos, Foucault (1984, p. 76) afirma que “o governo de si se integra a uma prática do governo dos outros”, pois estão dispostos na mesma direção: “como se forma uma *experiência* onde estão ligadas a relação a si e aos outros”. Em outras palavras, Foucault observa que “o governo dos homens não é separável do governo de si próprio – no caso, ***soma-se ao poder disciplinar as técnicas de si*** para a qual se tem como exemplo as confissões, o respeito às regras de polidez, a domesticação dos olhares e das posturas” (SARGENTINI, 2014, p. 168 – grifos da autora). Com isso, depreende-se que os próprios modos de assujeitamento não são estáticos, pois podem mudar de acordo com uma prática ou em relações com os outros. Esses diferentes modos compreendem a subjetividade dos sujeitos.

Ao longo da história da Análise do Discurso francesa difundiu-se a ideia de que os sujeitos são assujeitados, como se não tivessem possibilidades de resistência, todavia Foucault alertava para o contrário: trata da resistência como uma forma de poder (contra-poder), ao destacar que “onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 2013a, p. 105), pois os sujeitos se encontram “no poder”, portanto, podendo modificar o seu exercício. Assim, faz-se mister ressaltar que a constituição da subjetividade permite ao saber e ao poder uma coadaptação, pois “opera além das duas formas ou aquém destas” (DELEUZE, 1991, p. 77 *apud* MARCELLO, 2004, p. 207). E, mais do que isso, permite, segundo Marcello (2004), tornarem-se móveis, e confere-lhes um caráter de volatilidade e contínua inovação, ampliando a compreensão da resistência e afastando a visão de uma sociedade estática.

Voltando-se para a problemática desta pesquisa, entende-se que o dispositivo jurídico (Poder Judiciário – o TSE e a Justiça Eleitoral, as campanhas e leis), que é ao mesmo tempo político, amparado pelo dispositivo midiático, produz formas de pensar, representar e dar existência efetiva a certos sujeitos – no caso, mulheres políticas –, a partir de estratégias, formas de saber e convites para que o objeto designado se reconheça como sujeito político.

No caso das propagandas a serem analisadas, observa-se que, por um lado, os mecanismos jurídicos obrigam (lei que entrou em vigor em 2009) os partidos a incluir candidaturas com o mínimo de 30% de cada sexo, visto que só assim estarão regularizados. No entanto, o ingresso de mulheres se dará também por condições de possibilidade delineadas em meio a normas biopolíticas que regulam seu cotidiano e prescrevem lugares e limites de atuação.

Todas essas considerações colocam a teoria foucaultiana como basilar deste trabalho, embora, conforme Coulomb-Gully (2014), durante muito tempo a questão de Gênero tenha sido um “ponto cego” da Análise do Discurso, que priorizava o funcionamento discursivo das ideologias, o que a surpreende por considerar que os trabalhos de Foucault fundam uma verdadeira “epistemologia da dominação¹⁶”, que poderia ter servido de matriz para o pensamento de Gênero. Contudo, apesar das

¹⁶ Não somente na *História da sexualidade I*, mas n’*Os Anormais, Vigiar e Punir, História da loucura e outros*, Foucault se dedica a apresentar os processos de marginalização/estigmatização em torno dos sujeitos.

críticas¹⁷, o feminismo e alguns campos das Ciências Sociais se servirão das discussões iniciadas por Foucault, entendendo que a mulher é uma representação que se dá no interior do dispositivo da sexualidade, e é através desse movimento teórico-político feminista que se marcará um acontecimento de ruptura com modelos estipulados ao longo da História.

A fim de desenvolver e aprofundar esta discussão, acolhem-se tais produções analítico-conceituais da Análise do Discurso foucaultiana em interface com os Estudos Culturais sobre a produção de Gênero, sustentados em discussões empreendidas pelas teorias feministas, que consideram a diversidade nas experiências de Gênero e interrogam os processos de normatização que sustentam o atual sistema sexual. Em busca dessa configuração discursiva, frisa-se a questão da representação de mulheres e o efeito de verdade que a mesma produz. Das orientações foucaultianas, abstrai-se a perspectiva de que não é apenas na política macrofísica (o Estado) que se constituem os corpos históricos, mas também nas micro medidas (vide a *Microfísica do poder*) que geram controle, tais como as ordens disciplinares e as dinâmicas das resistências. Foucault, apesar de analisar os normalizadores da microfísica, não permanece submisso a estes, de modo a não opor macro e micro políticas.

1.2. (Bio)Política: questões de poder e o lugar da mulher

Política é uma categoria que designa conceitos significativamente vastos, pois ultrapassa a ideia instrumental do fazer/atividade, ao englobar assuntos tidos como ontológicos e/ou associados ao biopoder (FOUCAULT, 2010; 2013a; 2015a). Hodiernamente e de forma geral, está relacionada ao modo de organizar a vida, ao passo que suscitar algo que não seja político pende à impossibilidade. Em seu sentido clássico, remetia à condição humana para além das necessidades materiais, compreendia questões

¹⁷ Segundo Coloumb-Gully (2014), para as feministas americanas Foucault é uma referência de grande importância da *French Theory*, bem como do *French Feminism*. Todavia, as feministas francesas em sua maioria apresentam algumas reservas quanto a isso, atribuindo a Foucault o “esquecimento das mulheres” em seus trabalhos – o enfoque à homossexualidade masculina é muitas vezes interpretado como postura de dominação masculina. Nos volumes subsequentes à *História da Sexualidade I*, Foucault aborda a Grécia Antiga e o Império Romano, visando a analisar a moralidade sexual (projeto que circunda a genealogia da ética – “ser-si”). Para o autor, a grande questão era saber como o indivíduo forma a si mesmo como um sujeito da moralidade. Instigado a analisar essas sociedades escravagistas, observou que as mulheres e os escravos eram dominados, e “ser” (“a essência”) dominado era tido como o *status*, a “natureza” dos mesmos.

existenciais, como a moral, a ética, a perfeição, a busca pelos ideais de felicidade e virtude para o saber prático (FOUCAULT, 2017a; 2017b). No sentido restrito ao Estado, a política formal tem suas raízes na sociedade grega da Antiguidade. No campo teórico-analítico, encontram-se aclamados os nomes de Sócrates, Platão e Aristóteles, os quais não se esgotam em uma abordagem unívoca. Suas discussões gravitam em torno do modo de governar e as possíveis formas de governo engendradas na interpretação de uma coletividade específica.

Por ser uma instituição de tempos remotos, é difícil assinalar com precisão as suas fronteiras, mas apreende-se que o Estado correspondia à corporação cívica, ou “comunidade politicamente organizada” (BARKER, 1978). E, apesar de a vida grega ser unificada, já existia a demarcação entre o público e o privado: pólis representava o espaço público, sobretudo o lugar de debate e virtude, enquanto *oikos* é descrito como sendo o seu contrário: a família, a casa, lugar de descanso, onde se encerrava a fadiga do corpo, sucedia-se a reprodução, a morte.

Segundo Foucault (1984, p. 45), as sociedades gregas e romanas caracterizam-se como escravagistas e valorizavam a virilidade, por isso “as mulheres eram nada, cujos prazeres não tinham importância alguma, cuja vida sexual tinha que ser apenas orientada, determinada por seu *status* como esposas, etc.”. Nessa sociedade, o *oikos* comportava o núcleo familiar (pai, mãe e filhos), em que o pai era o “senhor da casa” e dos demais bens. Por isso, as relações internas ao *oikos* eram hierárquicas, prevalecendo o marido, o pai e o proprietário em relação à esposa, aos filhos e aos escravos (BARKER, 1978).

Para os gregos, a vida pública se desenrolava nas assembleias, ginásios, campos de batalha, mercados, teatros, cortes de justiça, e a dominação dos proprietários de terra incidia no poder político. É importante ressaltar que ambos – *oikos* e pólis – são termos que dificilmente pode-se verter para as línguas modernas, visto que a cosmologia de vida grega perpassa pela consciência histórica. Com efeito, pólis e *oikos* não designam simplesmente espaços geográficos (concretos, físicos), mas especialmente entidades morais, esferas de ação social, domínios culturais institucionalizados, elementos característicos e específicos da sociedade grega. Assim, esses dois lugares não estavam somente em contraste ou oposição, mas faziam sentido um perante o outro.

Nesse âmbito, a visão da vida política na pólis se dá nas praças, nos debates públicos como caminho para a verdade e justiça, enquanto o *oikos* é onde se desenrolam os fatos materiais, como a saúde e a finitude. Ambos estão interligados, malgrado a evidente tensão existente entre o público e o privado, como se pode notar no diálogo entre Creonte e Antígona¹⁸:

Creonte: (...) Fala tu, agora; mas fala sem demora! Sabias que eu havia proibido, por uma proclamação, o que fizeste?

Antígona: Sim, eu sabia! Nem o poderia ignorar, pois era coisa pública.

Creonte: E contudo, tiveste a ousadia de desobedecer a essa determinação?

Antígona: Sim, pois não foi decisão de Zeus; e a Justiça, a deusa que habita com as divindades subterrâneas¹⁹, jamais estabeleceu tal decreto entre os humanos; tampouco acredito que tua proclamação tenha legitimidade para conferir a um mortal o poder de infringir as leis divinas, nunca escritas, porém irrevogáveis; não existem a partir de ontem, ou de hoje; são eternas, sim! E ninguém pode dizer desde quando vigoram! Decretos como o que proclamaste, eu, que não temo o poder de homem algum, posso violar sem merecer a punição dos deuses! Que vou morrer, bem o sei; é inevitável; e morreria mesmo sem o teu decreto. E para dizer a verdade, se morrer antes do meu tempo, será para mim uma vantagem! Quem vive como eu, envolta em tanto luto e desgraça, que perde com a morte? Por isso, a sorte que me reservas é um mal de bem pouca monta; muito mais grave seria aceitar que o filho de minha mãe jazesse insepulto; tudo o mais me é indiferente! Se julgas que cometi um ato de demência, talvez mais louco seja quem me acusa de loucura [SÓFOCLES, 2011, p. 93-94]!

A tragédia grega apresenta aspectos cívico-religiosos que lhe são indissociáveis, pois dispõe de conceitos de religião, política e sociedade profundamente arraigados. As histórias gregas são parte da História do povo grego, por isso todos os seus pensadores aludem aos conflitos humanos face ao divino. Desse modo, a personagem Antígona e sua fala são importantes porque, conforme narra o escritor grego Sófocles, autor de *Édipo Rei* e *Antígona*, esta nasce da relação incestuosa entre Jocasta e Édipo, o qual fora amaldiçoado pelos deuses. Além disso, ela desobedece à lei de Creonte²⁰, que havia proibido, sob pena de morte, que o corpo de Polinice²¹ fosse sepultado, obrigando sua exposição às aves carniceiras. Por considerar injusta a proibição, Antígona lutará contra a ordem da pólis, como se observou no diálogo acima; entre a lei humana e a lei dos deuses ela prefere honrar esta última. Ao desobedecer à ordem dos cidadãos, ela deverá ser emparedada viva em uma caverna, como preço por essa transgressão. Com isso,

¹⁸ Transcreve-se um excerto de “Antígona”, de Sófocles, pois ele pode ser evidenciado como uma das diferenças entre o público e o pessoal, no período em questão.

¹⁹ Antígona invoca a Dikê, ou Justiça [conserva-se a nota do tradutor].

²⁰ Édipo Rei cumpre o seu exílio, enquanto Creonte torna-se rei de Tebas.

²¹ Irmão de Antígona morto na disputa pelo trono.

observa-se que os direitos da pólis e da justiça se sobrepõem aos direitos pessoais, sedimentando a patente divisão entre pessoal e social.

Progressivamente, centra-se a questão da educação, em vez da representação, afinal educar era conduzir o indivíduo para o debate, vida pública, vida política (BARKER, 1978). Para tanto, os filósofos gregos conceberam o Estado como uma sociedade ética: “a educação é um fato social, que dá consistência à sociedade em virtude de uma substância espiritual comum” (BARKER, 1978, p. 62). Estado é compreendido como órgão educativo, capaz de moldar a vida do indivíduo, implicando a conquista e manutenção do status de cada cidadão dentro da sociedade organizada. Assim,

existe uma comunidade determinada porque ela herdou tal substância; e como precisa transmiti-la, funciona como uma estrutura educativa. Para os gregos, “substância” de que falamos não era uma abstração: tinha forma concreta e se manifestava na Lei, escrita e consuetudinária – formulada no código, ou constituição, e registrada no coração dos homens. Para eles, a Lei era a força coesiva do Estado; aquilo que dá consistência e resistência à sociedade. Para Píndaro, ela é “o Rei”; para Heródoto, “o Mestre”. Platão diz que os cidadãos são “escravos” da Lei. Ela é a força coesiva do Estado e também o local da sua soberania (BARKER, 1978, p. 63).

Desse modo, Barker esclarece que era dever do Estado educar os cidadãos com base na lei, tal como uma herança. Dentro dessa perspectiva, a *República*, de Platão, inaugura uma espécie de filosofia escolar disposta a fundar uma escola de governantes educados pelo aprendizado filosófico: a “arte (ou a ciência) da política – *politiké* – tem por objetivo elevar o homem em sociedade, através da educação (num sentido amplo), para fazê-lo comungar com a substância espiritual da vida social, expressa na Lei soberana” (BARKER, 1978, p. 66).

Assim, na Grécia, na medida em que participava da pólis, o *homem* era definido como um *animal político*. Segundo a filósofa alemã Arendt (2002)²², viver na pólis dizia respeito à forma mais elevada do convívio humano, pois se tratava da vida como um valor, e, por outro lado, circundava também sua natureza animal, pois abarcava “a necessidade de estar junto”²³. Todavia, por “homem” não se compreendiam os seres

²² ARENDT, Hannah. *O que é política?* Organização de Ursula Ludz; Prefácio de Kurt Sontheimer; Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 17. PDF.

²³ Percebe-se, com isso, que a própria noção de vida vem se modificando, principalmente na modernidade, como, por exemplo, o surgimento da concepção de *bios virtual*, de Muniz Sodré, em fins do século XX e princípio do século XXI.

humanos em geral, pois, segundo a filósofa, dessa concepção aristotélica, estavam excluídas as mulheres, os estrangeiros, os escravos, os bárbaros asiáticos e reinos de governo despótico. Acontecia que os escravos e as mulheres eram assim categorizados porque se entendia que a dominação justificava ou refletia a natureza dos mesmos. Privadas da vida pública, as mulheres eram destinadas ao *oîkos*, embora ainda pudessem circular pela pólis.

Reforçando essa composição, Alves & Pitanguy (1985) relatam que na antiguidade a mulher ocupava posição igual à do escravo, porque era igualmente desvalorizada e só podia realizar trabalhos manuais. Além de gerar filhos, amamentar, cuidar das crianças e da casa, eram responsáveis pela subsistência do homem: fiação, tecelagem e trabalho agrícola. Desta maneira, para Platão (*apud* ALVES & PITANGUY, 1985, p. 11), “se a natureza não tivesse criado as mulheres e os escravos teria dado ao tear a propriedade de fiar sozinho”. Os trabalhos considerados mais nobres, tais como Filosofia, Política e Artes, eram de domínio dos homens. Como exemplo, tem-se a afirmação de Xenofonte (século IV A.C.), que acreditava que “os Deuses” criaram as mulheres para as funções domésticas, e “o homem para todas as outras”. Esse posicionamento revela as restrições em torno da educação da mulher: “... que viva sob uma estreita vigilância, veja o menor número de coisas possível, ouça o menor número de coisas possível, faça o menor número de perguntas possível” (*apud* ALVES & PITANGUY, 1985, p. 11). As únicas mulheres que tinham acesso à educação intelectual eram as *hetairas*, cortesãs cujo cultivo das artes objetivava torná-las agradáveis aos homens em seus momentos de lazer.

Sendo assim, a distinção sexual é marcadamente presente nessa antiga matriz política, de modo a institucionalizar tanto o lugar da mulher, quanto o do homem, sendo este último determinado por seu sexo biológico e origem, enquanto a mulher era terminantemente excluída do universo político, independente de sua casta. Para a historiadora Perrot (2017), ao permitirem que somente certos homens participassem da vida política, estabelecia-se de maneira radical a superioridade masculina. Como se

observa nas palavras de Aristóteles, enquanto o homem é um animal político²⁴, conforme a historiadora Perrot (2017a, p. 23), as mulheres estavam

nas fronteiras da civilidade e da selvageria, do humano e do animal. São uma ameaça potencial para a vida harmoniosa da coletividade. Como mantê-las afastadas? As mulheres não são apenas diferentes: modelagem inacabada, homem incompleto, falta-lhes alguma coisa, são defeituosas. (...) Na geração, a mulher não passa de um vaso do qual se pode esperar apenas que seja um bom receptáculo. O pensamento de Aristóteles modela por muito tempo o pensamento da diferença entre os sexos, sendo retomado com modulações pela medicina grega de Galieno. E na Idade Média, pelo teólogo Tomás de Aquino.

Destarte, durante séculos, muitos filósofos buscaram saberes – como os da fisiologia, biologia e medicina – para demonstrar a inferioridade *feminina*. Tendo como exemplo a medicina de Hipócrates, a qual ascendia para a distinção dos corpos (quentes ou frios, masculinos ou femininos, respectivamente), e contribuía para a divisão dos sexos. Segundo Piovezani e Curcino (2014, p. 46), o homem distinguia-se por seu corpo quente e com isso canalizava-se ao “calor da vida pública”, enquanto a mulher, cujo corpo era supostamente menos enérgico, destinava-se ao *oikos*. Apesar disso, a chefia da casa ainda concernia ao homem.

Perrot (2017a) afirma que por várias razões o silêncio sobre a história das mulheres pesou sobre elas. Para a historiadora, essa invisibilidade se sustentava devido principalmente ao espaço público ser o lugar de relevância e relato, logo confinadas à casa, elas não podiam ser vistas. Eram invisíveis. E porque eram pouco vistas, pouco se falava delas, dessa maneira constitui-se *o silêncio das fontes*.

Para o sociólogo francês Alain Touraine (2011), os ritmos e as imposições da vida biológica, sobretudo a dos órgãos de reprodução, podem ter sido considerados obstáculos ao papel das mulheres na vida pública. Com isso, foi possível naturalizar o sexo, o poder. Por este percurso, a construção social vem acompanhada de uma construção de um espaço que atrela o público e o privado, e é também cultural.

Até aqui, observa-se como se configurou a política tradicional na Antiguidade e como a questão sexual demarcou os papéis sociais. Nota-se, sobretudo, a defesa do

²⁴ Na sociedade contemporânea, essa frase é utilizada para reforçar o caráter ontológico da política. A despeito disso, diferente da filósofa Hannah Arendt, que destaca a política como uma condição humana, pois a “pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá” (ARENDRT, 2007, p. 15-16), Aristóteles não visava a contemplar as mulheres em seu dizer.

Estado como o grande poder atuante no governo da população, enquanto formas minuciosas de controle da vida não eram declaradas como objeto político, apesar de o serem. Por isso, a partir de uma perspectiva diferente, os estudos do filósofo francês Michel Foucault (2013) irão demonstrar o contrário, ao romper com a ideia de um poder absoluto, e introduzirão a sexualidade como uma tecnologia do poder essencial para regulação da vida social e individual. Por isso interessa abordar como Foucault concebe política.

Para o filósofo, o poder está em toda parte, pois é circular e só deve ser analisado em cadeia, posto que não exista um centro de poder, mas técnicas que se podem fixar em um sistema inteiro. Dentro dessa perspectiva, política não se aplica unicamente ao Estado ou a organizações governamentais, mas ao modo de organizar, ou melhor, ao governo da vida, pois

o poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita entre os indivíduos, não se aplica a eles. (...) O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu (FOUCAULT, 2010b, p. 26).

Nesse sentido, emerge a noção de biopolítica a qual corresponderá a uma nova forma de poder que revela a crise da separação entre o público e o privado, pois a vida, o corpo, o *bios* será tomado como interesse político. Assim, interessa perceber o impacto da biopolítica na constituição das mulheres na sociedade contemporânea. Parte-se da premissa de que a biopolítica opera nas práticas de distinção de Gênero, sendo responsável pelo modo como o corpo e a vida das mulheres são minuciosamente regulados, pois assinala intervenções que delineiam modelos de homens e de mulheres e contribui para erigir os papéis sociais, a partir de políticas diferenciadas.

A releitura dos trabalhos de Foucault abre caminho para o estudo crítico do termo. Em seu último capítulo do primeiro volume de *História da Sexualidade*, “Direito de morte e poder sobre a vida”, baseado em teóricos clássicos, Foucault afirma que o direito de vida e morte nada mais é do que uma “fórmula bem atenuada desse poder”, condicionado à defesa do soberano e à sua sobrevivência. Para justificar este argumento, Foucault cita o pensamento do teórico inglês Thomas Hobbes, considerado um filósofo “contratualista”, por afirmar que a origem do Estado e da sociedade civil se dá pelo contrato, estabelecendo dessa maneira a ideia de um poder controlado por um soberano,

teoria desenvolvida na obra “Leviatã”: “os homens viveriam, naturalmente, sem poder e sem organização – que somente surgiam depois de um pacto firmado por eles, estabelecendo as regras de convívio social e subordinação política”²⁵. De acordo com Foucault, Hobbes concebe o príncipe como um soberano que tinha o direito de se apoderar dos bens, serviços, trabalho e, principalmente, da vida dos súditos, uma extorsão a título de castigo ou de “uma espécie de direito de réplica”. Assim, para Foucault, “o poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (FOUCAULT, 2013a, p. 148).

Na óptica foucaultiana, a partir da época clássica o Ocidente produzirá mudanças no mecanismo de poder, um regime cada vez mais ordenado, que estará destinado a produzir formas de força e disciplina: controle, vigilância, majoração e organização. Tudo isso incidirá nos modos de gerir a vida, as espécies, a raça e os fenômenos da população a partir das exigências do poder.

Esse poder, segundo Foucault, expandiu-se a partir do século XVII em duas formas principais da biopolítica da população. A primeira centrou-se no corpo como máquina: “no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (FOUCAULT, 2013a, p. 151). Isto tudo gerado por procedimentos de poder que Foucault caracteriza como as “disciplinas: anátomo-política do corpo humano”. O filósofo cita o Exército e a escola como as direções deste primeiro polo sobre a tática, a aprendizagem, a educação e o ordenamento social. O segundo polo se forma em meados do século XVIII e centra-se no corpo-espécie, transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos inclui a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade e suas condições. O que importa, neste regime, é o investimento sobre os corpos (“sujeição dos corpos”) à mecânica da vida, como exemplo surge o movimento em torno da demografia e da economia.

²⁵ WEFFORT, Francisco C. *Os Clássicos da Política, vol. 1. Série Fundamentos. 7. ed.* Editora Ática, SP, 1996, p. 53.

Ainda segundo Foucault, esse procedimento de regulação do corpo social coordenará o agenciamento de saber que constituirá a “grande tecnologia do poder no século XIX: o dispositivo de sexualidade será um deles, e dos mais importantes” (FOUCAULT, 2013a, p. 153). A partir disso, ele discorre sobre o biopoder, indispensável para o ajustamento da população aos processos econômicos, e por isso elemento essencial ao progresso do capitalismo, pois garante a inserção controlada dos corpos no aparelho de produção, por meio dos fenômenos de população aos processos econômicos, exigindo a utilidade e docilidade. Para esses fins foi necessário o uso de técnicas de poder presentes em toda a sociedade, utilizadas por instituições diversas, como a família, a medicina individual ou coletiva, a escola etc. Com base nos processos econômicos, a sociedade ajusta-se ao capital.

A “entrada da vida na história” a partir de seus fenômenos relacionados à vida da espécie humana produz técnicas e procedimentos na ordem do saber e do poder:

Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte no campo do controle do saber e de intervenção do poder. (FOUCAULT, 2013a, p. 155).

Com o *bios* em foco, seria preciso, segundo o autor:

(...) chamar ‘bio-história’ as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de ‘bio-política’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entre em domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; (...) O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão (FOUCAULT, 2013a, p. 155).

História e vida sugerem a historicidade humana dentro de suas técnicas de saber e de poder, e, como primeira consequência do biopoder, tudo o que tange à existência humana será ordenado, nessa sociedade normalizadora. A segunda consequência no desenvolvimento do biopoder é a atuação da norma empregada pelo sistema jurídico sob a forma de lei, cujo poder visa qualificar, medir, avaliar, hierarquizar. Para Foucault (2013a, p. 157), a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são primordialmente reguladoras. Portanto, o que é concebido como sociedade normalizadora diz respeito ao “efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida”, sob a forma da Constituição e seus Códigos.

Contra esse poder que se instala na vida e no sujeito como ser vivo é que, no século XIX, as forças de resistências se manifestarão. A vida será objeto de lutas políticas, em torno do direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, ao reconhecimento. Dentro dessa perspectiva, o sexo passa a ser compreendido como foco de disputa política, a partir do princípio das regulações que toma a vida do corpo e da espécie como matriz das disciplinas. Um exemplo é a histerização das mulheres, em nome da matriz familiar e da continuidade e “salvação da sociedade”, que justificara a medicalização minuciosa de seus corpos, de seu sexo, com base na responsabilidade à saúde dos filhos.

Sendo o poder objeto e alvo da sexualidade, lugar de *dizibilidade* (FOUCAULT, 2010), onde o poder fala *da* e *para* a sexualidade, o dispositivo da sexualidade deve ser pensado a partir de técnicas de poder que lhe são contemporâneas, como “história dos corpos” e do poder que se investiu sobre eles. Foucault (2013a, p. 167) apresenta três formas a partir das quais foi definido o “sexo” da mulher:

como algo que pertence em comum ao homem e à mulher; ou como o que pertence também ao homem por excelência e, portanto, faz falta à mulher; mas, ainda, como o que constitui, por si só, o corpo da mulher, ordenando-o inteiramente para as funções de reprodução e perturbando-o continuamente pelos efeitos destas mesmas funções: a histeria é interpretada, nessa estratégia, como o jogo do sexo enquanto ‘um’ e ‘outro’, tudo e parte, princípio e fim.

Assim, esboçou-se, em diferentes estratégias e aos poucos, a tecnologia em torno do sexo, em que o corpo comporá a trama dos processos sociais de regulação das vidas a partir da sexualidade. Em *Vigiar e punir* salienta-se a ideia de que

o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; (...) Essa **sujeição** não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física. Quer dizer que pode haver um “saber” do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a **tecnologia política do corpo** (FOUCAULT, 1987, p. 29 – grifos nossos).

Em síntese, para Foucault foi instaurado um complexo dispositivo para produzir discursos verdadeiros sobre o sexo, a *scientia sexualis* é uma prática discursiva que constituiu gradualmente a “sexualidade”, um “regime ordenado de saber”, um “saber do sujeito” (FOUCAULT, 2013a, p. 79). Por sexualidade entende-se uma “economia

política”²⁶ de uma vontade de saber. Nesse sentido, considera que “em face de um poder, que é lei, o sujeito é constituído como sujeito (*sujeitado*)” (FOUCAULT, 2013a, p. 95). Essas orientações filosóficas de Foucault colaboraram com o *descentramento do sujeito*²⁷ e provocam uma ruptura com a ciência universal, abrindo caminho para as discussões de Gênero.

Assim, segundo Bazzicalupo (2017), biopolítica assumiu angulações que englobam a conexão com o saber biológico, a lógica econômica do capitalismo e as recentes versões de uma biopolítica afirmativa, definindo um código da normalização que ultrapassa o Estado e seus aparelhos, que terá suas formas de controle mais evidenciadas principalmente no que tange às mulheres, como os anseios de adequação a partir da norma social existente.

Como consequência da divisão sexual se tem o impacto no acesso das mulheres a cargos políticos, na medida em que suas necessidades, interesses e adversidades que afetam seu cotidiano não são discutidos, os conflitos passam a ser considerados simplesmente problemas pessoais, voluntários, e não sociais. Por esse viés, compreende-se que a divisão sexual do trabalho é uma fronteira disciplinar das relações sociais, responsável por visibilizar ou não certos sujeitos.

Revisitar a política clássica nos possibilita a contemplação de práticas produzidas pelos saberes que, nesse tempo e lugar, foram lidos como “verdade” e

²⁶ Para o autor, a “economia” dos discursos é a sua tecnologia intrínseca, “as necessidades de seu funcionamento, as táticas que instauram, os efeitos de poder que os sustentam e que veiculam” (FOUCAULT, 2013a, p. 78).

²⁷ O sociólogo jamaicano Stuart Hall (2015, p. 22-28) afirma que na modernidade tardia (a segunda metade do século XX) ocorrem cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas, possibilitados por: (I) o pensamento de Karl Marx de que os “homens fazem a história, mas apenas sob as condições que lhes são dadas”, permitindo a leitura de que os indivíduos agem com base em condições históricas (recursos materiais e culturais) criadas por outros e sob as quais se utilizam ao nascerem. Sobressaem-se duas proposições-chave: “(1) que há uma essência universal de homem; (2) que essa essência é o atributo de ‘cada indivíduo singular’, o qual é seu sujeito real” (*apud* HALL, 2015, p. 23). (II) A *descoberta* do inconsciente por Freud, para quem as identidades, a sexualidade e a estrutura do desejo são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos que não funcionam conforme a “lógica” da Razão. Desse modo arrasa o sujeito cartesiano (cognoscente e racional) do “penso, logo existo”. (III) O estruturalismo de Saussure que argumentava que a língua é um sistema social e não individual, pois ela preexiste aos indivíduos e seus significados (instáveis) estão embutidos nos sistemas culturais. (IV) Foucault descentra a identidade do sujeito ao propor uma “genealogia do sujeito moderno” com base no “poder disciplinar” que governa a espécie humana (população); (V) O impacto do feminismo (como movimento social e como teoria), questionando o conceito de sujeito cartesiano e sociológico: interrogou a tradicional distinção entre o “dentro” e o “fora”, o “privado” e o “público”; contestou politicamente as arenas da vida social; politizou a subjetividade e o processo de identificação (como homens/mulheres/mães/pais etc.); questionou a Humanidade substituindo-a pela *questão da diferença sexual*, etc.

produziram um tipo determinado de “ser mulher”. Assim, as práticas discursivas e não-discursivas apontam como a “verdade” é representada e contribuem para problematizar as tramas sociais em que Gênero é uma tecnologia do poder.

1.3. Gênero, um campo de disputas: produções biopolíticas e subversão de paradigmas

Em relação às definições do termo Gênero, a historiadora Joan Scott (1995) mostra que, no *Fowler, Dictionary of Modern English Usage, Oxford*, de 1940, Gênero (*gender*) era apenas um termo gramatical (representava as flexões que se atribuem às classes de palavras), e seu uso para se referir a “pessoas ou criaturas do Gênero masculino ou feminino, com o significado de sexo feminino ou masculino, constitui uma brincadeira (permissível ou não, dependendo do contexto) ou um equívoco”. Outrora, tomando como exemplo o *Dictionnaire de la langue française* de 1876, a utilização do termo era feita de modo figurado para evocar o caráter sexual das pessoas: “On ne sait de quel genre il est, s’il est mâle ou femelle, se dit d’un homme tres caché, dont on ne connait pas les sentiments”²⁸. Mais recentemente, a renomada pesquisadora brasileira Louro (2014), em seu livro “Gênero, sexualidade e educação”, ao consultar o Dicionário Aurélio (1994), afirmou que nele aparecia uma série de significados para o termo, desde as concepções no âmbito da Lógica, da Biologia, da Gramática etc., e, ainda, expressões classificadas como gíria: “fazer Gênero” (“fingir ser o que não é”) e “não fazer o Gênero de” (“não estar conforme a opinião ou gosto de ‘alguém’; não agradar a”) (LOURO, 2014, p. 19). Segundo as pesquisadoras em questão, o conceito de Gênero para se referir à organização social da relação entre os sexos é demasiado novo. As mudanças em sua acepção remetem a rupturas socioculturais por vias da história e do discurso, e revelam também um campo de incessantes disputas. Para entender o alcance atual das discussões em torno das questões de Gênero, afirma-se com Louro (2014) que é preciso recuperar a história do feminismo como teoria e movimento social que constitui linguística e politicamente suas lutas.

No Ocidente, como movimento social organizado, o feminismo tornou-se popular a partir do século XX. Seu marco como organização social de igualdade entre

²⁸ Traduzido para o Português-brasileiro, tem-se: “Não se sabe de que gênero ele é, se ele é macho ou fêmea, diz-se de um homem muito dissimulado, do qual não se conhecem os sentimentos”.

os sexos ocorreu com a publicação do livro *Le deuxième sexe*, de Simone de Beauvoir, em 1949. Nele, a filósofa francesa analisa a situação da mulher na sociedade e desconstrói a imagem de que a hierarquização dos sexos seria uma questão biológica; para ela, a inferioridade conferida às mulheres foi fruto de uma construção social pautada em séculos de regimes patriarcais. Antes disso, o movimento sufragista e as manifestações contra a discriminação feminina já haviam adquirido expressão. A escritora inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) foi a grande pioneira da defesa do voto feminino, em livros e manifestos publicados a partir de 1792. Na virada do século XIX, segundo Louro (2014), o chamado “sufragismo” atingiu enorme visibilidade, alastrando-se por vários países ocidentais, o que fez com que ele, posteriormente, fosse reconhecido como a “primeira onda” do feminismo. A autora ressalta que o movimento tinha fins mais imediatos e estavam ligados aos interesses das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessa meta seguiu-se de certa acomodação no movimento.

Na chamada “segunda onda”, iniciada no final da década de 1960, o feminismo dedicara-se às construções propriamente teóricas, avançando de várias maneiras, como na criação de revistas e jornais empenhados na descrição de suas vivências em diferentes instâncias e espaços – até mesmo as escassas referências na academia passaram a serem temas relevantes para as críticas feministas, dando início aos “estudos da mulher”. A emergência destes estudos é marcada por um acontecimento ainda maior: o ano de 1968, marco da rebeldia e contestação, que irrompe como um contexto de transformação manifesto em marchas e protestos públicos, e também através de jornais, revistas e livros. As obras *The feminine mystique*, de Betty Friedan (1963), e *Sexual Politics*, de Kate Millet (1969), bem como *Le deuxième sexe*, consideradas registros da efervescência intelectual feminista no interior das universidades e fora delas, marcaram esse momento e hoje são consideradas clássicas.

Nos primeiros estudos, a busca pela história das mulheres problematizava a visão clássica de Humanidade – noção esta que considera homens e mulheres como parte da mesma identidade –, e passou a se referir à *questão da diferença sexual* (HALL, 2015, p. 28 – grifos do autor). Segundo Costa (2012, p. 15), nas relações de

poder, durante séculos, as mulheres estiveram do lado da subordinação²⁹, cercadas das mais diversas formas de opressão e não se constituíram sujeitos históricos e políticos, visto que eram usualmente apresentadas como exceção, “a nota de rodapé, o desvio da regra masculina” (LOURO, 2014, p. 23).

Contudo, conforme Louro (2014), observava-se que há muito tempo as mulheres das classes trabalhadoras e camponesas exerciam atividades fora do lar, nas fábricas, nas oficinas e nas lavouras. Gradativamente, essas e outras mulheres passaram a ocupar também escritórios, lojas, escolas e hospitais, no entanto, suas atividades

eram quase sempre controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, “de apoio”, de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação. As características dessas ocupações, bem como a ocultação do rotineiro trabalho doméstico, passavam agora a ser observadas. Mais ainda, as estudiosas feministas iriam demonstrar e denunciar a ausência feminina nas ciências, nas letras, nas artes (LOURO, 2014, p. 21).

Para a autora, a preocupação em tornar a mulher visível alertava para a análise de que a “segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência” (LOURO, 2014). Em razão disso, a teoria feminista promoveu, por meio desse movimento político organizado, uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno e um *descentramento do sujeito* (HALL, 2015, p. 22), em que elas puderam passar do não-visível ao visível, tornando-se um problema³⁰, ao questionar a sua ausência nos campos do saber. Segundo Louro, objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, convencionalmente constituídos em condições indispensáveis para o fazer científico, passaram a ser cada vez mais questionados, já que, a partir de múltiplos discursos, caracterizaram a esfera do privado como “verdadeiro” universo feminino. A preocupação, então, foi tornar a mulher visível como sujeito (LOURO, 2014, p. 23).

As diferentes análises realizadas interroga(ra)m a linguagem “científica”, o determinismo biológico, e demonstra(ra)m como a distinção sexual tem parte na desigualdade social. Assim, entende-se que uma das marcas mais significativas dos

²⁹ As dissimetrias de gênero podem ser percebidas no exercício do poder, ao referir-se às diversas formas de violências (simbólica, sexual, psicológica, física, moral) observadas durante a história, que incluem também a discriminação, assédio, exclusão, invisibilidade e silenciamento.

³⁰ Sobre isso, discutir-se-á com mais detalhes no segundo capítulo desta dissertação.

Estudos Feministas é seu caráter político, no entanto, a “paixão política” era vista com reservas. Em sua defesa, as feministas argumentavam que o lugar social das mulheres fora construído a partir de uma trajetória histórica específica, e reivindicavam mudanças.

Como movimento teórico, é significativo o paralelo entre os estudos feministas na universidade e a chamada Nova História, corrente historiográfica surgida nos anos 1970, cuja metodologia servira de instrumento para a pesquisa de fontes iconográficas, registros pessoais em busca do fortalecimento da história das mulheres, e permitira avançar nas buscas pelo “estudo das mulheres”, principalmente com as mobilizações do feminismo dentro das academias. Nessa visão, os/as historiadores/as compreendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria os paradigmas disciplinares, pois não somente novos temas seriam acrescentados, mas imporia um exame crítico das premissas do trabalho científico existente. Assim, de maneira experimental, incluíam tanto a subjetividade quanto as atividades públicas e políticas, modificando a maneira pela qual se fazia história.

Tal metodologia compreendia como as desigualdades de poder estão organizadas e abrangia três categorias fundamentais: classe, raça e Gênero. No entanto, a maioria dos/as historiadores/as não feministas defendia o confinamento da história das mulheres separada da História dos homens, pois, segundo relata Scott (1995, p. 74), “a história das mulheres diz respeito ao sexo e à família e deve ser feita separadamente da história da política e econômica” ou “as mulheres tiveram uma história separada dos homens, em consequência deixemos as feministas fazer a história das mulheres que não nos diz respeito”. A autora acrescenta que essas reações representavam um desafio, em última instância, um desafio teórico. Respondê-las era o próprio exercício de colocar o Gênero como categoria analítica. Essa problemática fez com que livros e artigos com a temática história das mulheres fossem substituídos por Gênero, já que este sugeria que qualquer informação sobre as mulheres incluía também informação sobre os homens.

Segundo Scott (1995), essa utilização do termo “Gênero” pode ser atribuída às feministas anglo-saxãs, que passaram a usar *gender* como distinto de *sex*, acentuando, através da linguagem, “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72). Essa compreensão assinala uma rejeição ao determinismo

biológico implícito no uso dos termos “sexo” ou “diferença sexual”, e pode ser interpretada, segundo a autora, como busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas nos anos 1980, a fim de obter reconhecimento, pois se ajustava à terminologia científica das ciências sociais.

Nessa definição, Gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (LOURO, 2014). Desse modo, Louro afirma que não há a pretensão de negar que o Gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não se nega a anatomia, mas afirma-se a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. Sendo assim, o conceito de Gênero implicará o caráter social das produções do feminino e masculino, com base na pluralidade no interior de cada sociedade, como os grupos sociais, e não apenas o momento histórico.

Nesse debate, em “A tecnologia do Gênero”, Lauretis (1994) afirma que o conceito de Gênero como diferença sexual e seus conceitos derivados limitam o pensamento feminista, posto que a diferença sexual seja marcada pelo binarismo homem e mulher (masculino e feminino), de forma que virtualmente sexo e Gênero se associam e se confundem. Para ela, um sujeito constituído no Gênero envolve

o sujeito social e as relações da subjetividade com a sociabilidade de uma outra forma: por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito “engendrado”³¹ não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e de classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido (LAURETIS, 1994, p. 208).

Nesse sentido, a proposição de Lauretis diz respeito ao Gênero como (uma) representação, a qual implica o concreto ao englobar tanto o subjetivo quanto o social (“a vida das pessoas”). Por essa razão, a autora busca como dicionários de diversas línguas representam seu referente (Gênero) a partir de uma relação com a cultura interligada a fatores políticos da sociedade, logo Gênero corresponderá à “representação de uma relação”, visto que, segundo a autora, o “Gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer” (LAURETIS, 2014, p. 211), de modo a representar uma relação social, e não um indivíduo. Com isso, afirma que:

³¹ A autora utiliza o termo “gendrado” para designar “marcado por relações de gênero”. Nesse sentido, faz diferença entre os termos “gendrado” e “en-gendrado”. Aqui, conserva-se a nota da tradutora.

O sistema de sexo-Gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. (...) Assim, a proposição de que a representação de Gênero é a sua construção, sendo cada termo a um tempo o produto e o processo do outro, pode ser reexpressa com mais exatidão: “A construção do Gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação” (LAURETIS, 2014, p. 212).

Por este percurso, a autora discute que o sistema sexo-Gênero é constituído pela ideologia, pois a mudança de sujeitos para “homens” e “mulheres” implica as relações de produção, como exemplo a construção histórica da divisão capitalista e da reprodução do poder do trabalho. Sugere que, com a noção do feminismo de que o pessoal é político, o pessoal é social, pois conforme observa Joan Kelly (*apud* LAURETIS 2014, p. 215), “não podemos afirmar que existem duas esferas da realidade social: a esfera privada ou doméstica, da família, sexualidade e afetividade, e a esfera pública do trabalho e da produtividade”, e sim “dois (ou três) conjuntos de relações de trabalho e sexo (ou classe, e sexo-Gênero)”, sendo as mulheres diferentemente posicionadas e diferentemente afetadas nos diferentes conjuntos. Para Lauretis e Joan Kelly, a exclusão das mulheres da vida pública não é um território da esfera social e sim uma “posição dentro da existência social em geral”. Uma das formas de ideologias é o heterossexismo, que emerge como uma ideologia do Gênero que “interpela”³² as pessoas a ocuparem posições imaginadas e estáveis.

Abre-se o debate para pensar como as relações entre os sujeitos são produzidas, por um viés foucaultiano que compreende “a” história da sexualidade como uma “invenção social”, permeada por instâncias de poder que compreendem formas de representação, discursos e práticas que constroem o Gênero. Nesse âmbito, o objetivo passou a contemplar o Gênero como constituinte de *identidades*. Por esses preceitos, numa aproximação com os Estudos Culturais, os sujeitos são compreendidos como *identidades instáveis*³³, plurais, assim, “o sentido de pertencimento a diferentes grupos –

³² Conserva-se a palavra utilizada pela autora. O termo “interpelação” é um processo descrito por Louis Althusser, pelo qual uma representação, embora seja inventada, é absorvida, tornada real, institucionalizada e propagada como dado natural.

³³ Para Hall (2015), existem pelo menos três concepções de identidade, muito diferentes entre si, as concepções de identidade do: sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. A primeira baseava-se na pessoa humana como indivíduo unificado, racional e centrado em seu núcleo interior, ou seja, em sua identidade que permanece inalterada – contínua ou “idêntica”. Já o sujeito sociológico se distingue por sua identidade ser formada a partir da interação entre o indivíduo (o “eu”) e a sociedade, pois reconhecia que seu núcleo interior não era autônomo e autossuficiente, o qual passa a ser alterado por conta do “diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses

étnicos, sexuais, de classes, de Gênero, etc. – constitui o sujeito” (LOURO, 2014, p. 29) e pode levá-lo a autopercepção de que ele está sendo “empurrado a diferentes direções” (HALL, 1992 *apud* LOURO, 2014, p. 29). Bem como nos estudos culturais, a Análise do Discurso francesa recusa a noção de sujeito consciente, totalmente centrado, o sujeito que “pensa, logo, existe”. Rejeita, desse modo, a concepção de sujeito homogêneo, dono do seu dizer, ao considerar que:

as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são nunca, singulares, mas multiplamente constituídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2014, p. 108).

À medida que se depara com as oscilações e incertezas da “modernidade líquida”, sua(s) identidade(s) sofre(m) um processo de transformação contínuo, gerando, assim, uma crise que tende a fazer da identidade “um tema de graves preocupações e agitadas controvérsias” (BAUMAN, 2005, p. 16).

Nas discussões sobre identidade, cabe destacar o pensamento da filósofa Judith Butler, que situa nas relações de Gênero a produção de sujeitos generificados através do poder, o qual demarca as performances cristalizadas como masculinas e femininas, sob a aparência essencializada, conduzidas pelo exercício disciplinar do poder. Butler (2017) propõe, assim, uma crítica genealógica às categorias fundacionais de sexo, Gênero e desejo, desestabilizando o sujeito do feminismo e subvertendo a identidade e as representações de mulher ao analisar os limites da vida disciplinar.

Conforme a filósofa, representação “é um termo operacional no seio de um processo político que busca estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos”, mas que pode também se constituir como “função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres” (BUTLER, 2017, p. 18). Tomando como base os estudos de Foucault, Butler (2017, p. 18) argumenta que os sistemas jurídicos de poder “produzem” os

mundos oferecem. [...] A identidade, então, costura (...) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis” (HALL, 2015, p. 11). O sujeito ainda é centrado, mas está em diálogo com o comunitário; costura-se, pois, desse modo, pressupõe-se que algo esteja apartado. Enquanto que o sujeito pós-moderno tem sua identidade não mais engessada, e sim composta por várias identidades, tornando-se cada vez mais fragmentado e, em alguns casos, essas identidades podem ser até contraditórias ou não resolvidas. Esse processo de fragmentação produz o sujeito pós-moderno, que não possui uma identidade fixa.

sujeitos que subsequentemente passam a representar, pois é a partir dos domínios da representação linguística e política que se estabelece *a priori* o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados e assim são reconhecidos como sujeitos. Em outras palavras, as representações só parecem ser atendidas pelos sistemas jurídicos quando elas atendem às demandas daquilo que pode ser reconhecido como sujeito. Para Butler, “a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas políticas como seu fundamento” (BUTLER, 2017, p. 19). Desse modo, Butler tece sua crítica ao sujeito feminista que

se revela discursivamente constituído, e pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação, o que se tornaria politicamente problemático, se fosse possível demonstrar que esse sistema produz sujeitos com traços de Gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação, ou os produz presumivelmente masculinos. Em tais casos, um apelo acrítico a esse sistema em nome da emancipação das “mulheres” estaria inelutavelmente fadado ao fracasso (BUTLER, 2017, p. 19).

Propõe, então, que a “representação” do sujeito feminista não deva ser presumida em parte alguma, pois, embora se insista em um ideal de solidariedade entre as mulheres, sua suposta unidade (hipoteticamente embutida na categoria “mulheres”) é uma ficção que rejeita a multiplicidade das intersecções culturais, políticas e sociais. Para a filósofa, o Gênero não deve ser lido meramente como a inscrição cultural de significado em um sexo previamente dado (tido pela autora como “concepção jurídica”); Gênero precisa também designar o “aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (BUTLER, 2017, p. 27). No entanto, algumas feministas acusam essa visão de dispersar o sujeito do feminismo, e que a coletividade deve ser mantida com a predileção pela categoria mulher ao invés de Gênero.

Ainda conforme Butler, não problematizar as afirmações “ser” mulher e “ser” heterossexual revelam sintomas da metafísica das substâncias do Gênero. Trata-se, portanto, de não essencializar o Gênero, pois o sujeito “não é um Gênero em virtude de seu sexo” (BUTLER, 2017), porque a própria categoria sexo é, conforme sugeria Foucault, construída por via de um modo de *sexualidade* historicamente específico. Diante disso, afirma que

Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais,

cromossômicas, físicas e performativas que o Gênero assume. (...) Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas Gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados. De fato, pode ser que o próprio aparato que pretende estabelecer a norma também possa solapar esse estabelecimento, que esse estabelecimento fosse como que incompleto na sua definição (BUTLER, 2014, p. 254).

A autora segue em direção à problematização do Gênero como uma complexidade “cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternadamente instituídas e abandonadas, segundo propostas em curso”, logo “tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor” (BUTLER, 2017, p. 47). Pensa-se, por conseguinte, que essa abordagem permite a visibilização de minorias raciais, bissexuais, étnicas, homossexuais e outras posições subalternizadas, e que o feminismo terá de lidar com as tensões de identidades fragmentadas, priorizando as diferenças dentro de cada uma dessas abordagens.

Esses novos modos de teorizar os sujeitos revelam que as dissimetrias de Gênero têm a ver com outras desigualdades, logo, a atenção das feministas se volta para a interseccionalidade entre Gênero, raça e classe. Com base nisso, o pensamento feminista recusa a construção hierárquica de feminino e masculino, e em vez de buscar origens da opressão, busca saber como funciona o Gênero para pensar como funcionam as mudanças, “a possibilidade da negação, da resistência, da reinterpretação” (SCOTT, 1995, p. 86).

Um conceito que se sobressai, tanto em Lauretis quanto em Butler, é a ideia de desconstrução tecida por Jacques Derrida (1971), que coloca o problema do “jogo das dicotomias”, ao analisar a problemática das estruturas, pensando os signos. Derrida entenderá que cada elemento é internamente plural, e não uno, podendo comportar características múltiplas, desmontando assim a estrutura binária significado/significante, ao considerar que os sentidos são constituídos por um conjunto de significantes. Essa discussão é estendida para a desconstrução da polaridade de Gênero, que entenderá que “não existe *a* mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ser solidárias, cúmplices ou opositoras” (LOURO, 2014, p. 36 – grifo nosso). Desfaz-se também a oposição entre “masculino” e “feminino”, pois a produção

identitária não é imanente ou fixa; homens e mulheres passam a viver “masculinidades/feminilidades”.

Em suma, para Scott, Gênero tem ao menos duas definições: elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e forma primária de dar significado às relações de poder, ou seja, “um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 86). Assim, evoca representações simbólicas em contextos determinados, que colocam posições normativas como “produto do consenso social e não do conflito”, e refletem nos símbolos os limites do masculino e do feminino, como os conceitos expressos nas “doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino” (SCOTT, 1995, p. 86). Nesse sentido, para a historiadora:

Quando os/as pesquisadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de Gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do Gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o Gênero e o Gênero constrói a política” (SCOTT, 1995, p. 89).

Diante dessas discussões, o presente trabalho se ampara na concepção de que Gênero é tanto uma construção biopolítica, normalizadora da vida, quanto um movimento de resistência em relação a essa mesma operação reguladora. A norma, segundo Butler, ao mesmo tempo em que institui o sujeito que passa a representar, também determina o que será excluído. Por isso, para a autora, estar fora da norma é continuar, em certo sentido, a ser definido em relação a ela (BUTLER, 2014, p. 253). Pelo processo de construções biopolíticas ressalta-se uma afirmação de controle sobre os corpos a partir de relações de poder e que incidirá no controle da população, regulamentando normas de conduta, como padrões de empregos, de comportamento, influenciando em subjetividades. E, por outro lado, Gênero como categoria analítica constitui-se o meio pelo qual esse poder é questionado por contrapoderes, resistências. Para a crítica feminista importa analisar o que se construiu³⁴ sobre os sexos, a indução de subjetividades a papéis de Gênero, a gestão dos corpos e a própria noção de mulheres

³⁴ Problematiza, pois, a própria ideia de construção: no Vol. II do Segundo sexo, Beauvoir discute a formação da mulher, o *tornar-se* em detrimento do *ser*, como fica registrado em sua célebre frase: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2016, p. 11).

enquanto sujeito unitário. O debate gravita, então, através de uma nova linguagem, na qual Gênero será um conceito fundamental à ferramenta de análise e à ferramenta política (LOURO, 2014).

É válido assinalar, para os fins deste trabalho, que as mídias participam diretamente, como todas as “tecnologias do poder” (FOUCAULT, 2013) na imposição das normas que estruturam o Gênero. Desta forma, Lauretis (1994) afirma que diferentes tecnologias sociais, tais como a televisão, o rádio, o cinema e ou jornais operam na produção de Gênero, e é com base nesse preceito que as análises compreendidas no último capítulo serão desenvolvidas. Essa perspectiva é sustentada também por Coulomb-Gully (2014, p. 149), a qual defende que as mídias produzem significações comuns e, “pelos efeitos de intertextualidade, de retomadas e de citações que caracterizam o universo midiático”, contribuem para “forjar o que se poderia chamar de senso comum midiático”, que apesar das críticas, “confere-lhe um *status* de objetividade mais ou menos assumida”. Afirma, ainda, que “as mídias funcionam um tanto quanto as “tecnologias de Gênero”, levando as mulheres, mas também os homens, a se conformarem com o espelho que lhes é dado” (COULOMB-GULLY, 2014, p. 152). Assim, entende-se que analisar sujeitos a partir de tecnologias de poder permite compreender certos mecanismos de regulação de Gênero que possibilitam a circulação de determinados enunciados na atualidade, e como tecnologias explícitas e implícitas trabalham nessa regulação manifestando-se em normas sociais sobre o feminino e símbolos dispersos na nossa cultura, a partir de inúmeros dispositivos, como imagem, vídeo, mídia, campanhas, leis etc.

1.4. Imagem, Vídeo, Mídia: dispositivos de visibilidade e enunciabilidade

Para analisar estratégias das instâncias de poder, preliminarmente, tomam-se a mídia televisiva, a imagem e o vídeo como dispositivos centrais à (re)produção de sentidos, mobilizando discursos sobre os quais se ancoram formas de representações de mulheres. Como dispositivos, as mídias operam como uma tecnologia de Gênero (LAURETIS 2014) que permite, associada ao dispositivo imagético (DUBOIS 2004) e demais elementos do audiovisual, através de seus mecanismos e estratégias publicitárias, atuar nessa produção de representações. No que diz respeito às práticas de

representação, focaliza-se, a partir de uma abordagem não da substância ou psicológica³⁵, as formas como as mulheres são representadas por esses dispositivos. Pensa-se o poder produtor em que mulher é uma representação, e não a origem ou a essência, posto que os engendramentos socioculturais e políticos associados à dimensão discursiva impulsionam os modos de constituição do sujeito, sendo este lido em sua pluralidade e instabilidade, que recusa posições fixas (HALL, 2014). Em razão da dinâmica da análise de imagens, inicialmente situam-se alguns modos de sua percepção nos domínios da história, para, mais adiante, avançar com a análise de imagens a partir de Courtine (2011) com contribuições da semiologia de Barthes (2010) na significação dos signos de uma cultura, e as reflexões sobre vídeo propostas por Dubois (2004).

Em 1972, o crítico de arte, pintor e escritor inglês John Berger observou que a imagem consistia em uma representação que perpassa pela experiência do visível e dos pressupostos individuais (questões de perspectiva – sobre verdade, gosto, beleza, forma etc.) que constituem o modo de ver, não sendo, portanto, o “mundo como ele é”, pois não se trata de um fato puramente objetivo, já que inclui, entre outras coisas, a consciência do espectador. Destarte, afirmou que:

uma imagem é uma vista recriada ou reproduzida. É uma aparência, ou um conjunto de aparências, que foi isolada do local e do tempo em que primeiro se deu o seu aparecimento, e conservada – por alguns momentos ou por uns séculos. Todas as imagens corporificam um modo de ver. (...) O modo de ver do fotógrafo reflete-se na sua escolha do tema. O modo de ver do pintor reconstitui-se através das marcas que deixa na tela ou no papel. Todavia, embora todas as imagens corporizem um modo de ver, a nossa percepção e a nossa apreciação dependem também do nosso próprio modo de ver (BERGER, 1972, p. 13-14).

Em seu ensaio *Ways of seeing*³⁶, Berger (1972) afirma que em qualquer período histórico, a arte serviu aos interesses ideológicos da classe dominante, isto porque a expressão da pintura era determinada pelos proprietários dos quadros, reduzindo-se à condição de objeto fortemente associado ao capital, pois o pintor seguia uma encomenda (oferta), salvos raros casos. Assim, as obras de arte antigas, em sua maioria, celebravam a riqueza – nesse quesito, Berger recorda as pinturas de cestas de frutas, mesas fartas, casais posando em seus sítios etc. –, e a pintura usualmente refletia a *desejabilidade visual* do proprietário, ou seja, compreendia informações sobre a posição do “espectador-proprietário” no mundo. Por isso, “aquilo que se vê depende de onde

³⁵ Durante muito tempo a subjetividade esteve limitada aos domínios da psicologia.

³⁶ Traduzido para o Português-Brasileiro como “Modos de ver”.

nos situamos e quando. Aquilo que aprendemos pela visão é função da nossa posição no tempo e no espaço” (BERGER, 1972, p. 22), porque a imagem é parte integrante da reconstrução, ou melhor, representação do real e, com isso, implica múltiplos significados.

Mais tarde, o também consagrado filósofo tcheco-brasileiro Flusser (2011) escreveu que as imagens são códigos que traduzem eventos em situações, processos em cena, que têm o propósito de representar o mundo, e que oferecem aos seus receptores um espaço interpretativo, o que ele definiu como sendo “símbolos conotativos”, pois se devem a capacidade de abstração, a imaginação. O autor faz distinção entre imagens tradicionais, em oposição a outro tipo de imagens, as imagens técnicas, as quais ele demarca como produzidas por aparelho. No caso da tradicional, há um agente humano (pintor, desenhista) que se situa entre as imagens e seu significado, enquanto as imagens técnicas são interpostas por um aparelho e um agente humano (fotógrafo, cinegrafista) que o manipula. À vista disso, imagens são, conforme Flusser (2011, p.17):

mediações entre homem e mundo. O homem “existe”, isto é, o mundo não lhe é acessível imediatamente. Imagens têm o propósito de lhe representar o mundo. Mas, ao fazê-lo, entropõem-se entre mundo e homem. Seu propósito é serem mapas do mundo, mas passam a ser biombos. O homem, ao invés de se servir das imagens em função do mundo, passa a viver em função de imagens.

Para ele, a aparente objetividade das imagens técnicas é ilusória, pois todas as imagens são simbólicas. Além disso, compreende que imagem e mundo passam a se encontrar no mesmo nível do real, uma vez que as imagens técnicas se tornaram onipresentes e se naturalizaram, de modo que as imagens, comumente imagens publicitárias, disputam inúmeros espaços e dialogam com as pessoas o tempo todo, mesmo em casa, quando assistem à televisão ou usam aparelhos digitais, produzindo uma normalidade que, de tão regular, mal é notada ou decifrada.

Curcino (2011), retomando as transformações nas práticas de leitura, considera como novos indícios materiais no texto refletem diferentes modos de ver e de ler, como exemplo a introdução do branco para denotar o espaçamento. Segundo a autora, essa inserção do branco condicionou/viabilizou a prática de uma leitura mais visual, em detrimento da leitura oralizada dominante até então. Essa ruptura empreendeu um novo ritmo de leitura que conferia mais agilidade, pois o tempo da voz é mais demorado que o tempo do olhar. Com as novas formas de materialidade propiciadas por diferentes

tecnologias, como a fotografia, a manifestação da imagetização se proliferou, o que fez com que a apreensão do texto estimulasse o olhar, mas ao mesmo tempo orientasse o leitor a ler/ver de modo fragmentário e superficial, por conta do excesso de informação. Segundo Curcino (2011, p. 194-195), a prática de leitura inscrita em textos contemporâneos exemplifica a ordem discursiva da sociedade de consumo: o olhar apressado manifesta a “aceleração dos ritmos de vida das democracias capitalistas”. Diante dessas manifestações, resta ao leitor um olhar cada vez mais minucioso a propósito dessas “superfícies insidiosas”.

Por este preâmbulo, nota-se que os debates sobre as manifestações imagéticas se relacionam à exterioridade equivalente ao período histórico (como as descobertas), às relações sociais ali presentes, às experiências (ponto de vista) e às técnicas dos críticos de arte, que, em todos os tempos, veem na imagem o simbólico. Assim, rupturas nas manifestações imagéticas implicarão também inúmeros efeitos de sentido. Portanto, por ocupar cada vez mais espaço na sociedade, as imagens se tornaram intensamente presentes no cotidiano e os empreendimentos de leitura que se fazem em torno da linguagem imagética são cada vez mais diversos e crescentes.

Um dos célebres estudiosos do campo em questão, principalmente no que se refere à fotografia, cinema e vídeo, o pesquisador belga Philippe Dubois³⁷ apresenta, no livro intitulado “Cinema, vídeo, Godard”, uma descrição inicial muito importante que introduz e situa o ritmo dessas transformações, além de propor uma reflexão teórica a propósito das imagens e demais elementos do audiovisual.

Para Dubois (2004), imagens sobre bases tecnológicas são anteriores ao advento da computação, pois até mesmo a imagem arcaica requer uma tecnologia (de produção e de recepção), a qual depreende de um gesto de fabricação por meio de instrumentos, regras e condições de eficácia, bem como de uma técnica e saber. Como exemplo, Dubois cita as paleolíticas imagens das mãos negativas na caverna de Pech Merle, a pintura clássica de afrescos dos egípcios, as estátuas gregas modeladas em bronze, as iluminuras dos escritos medievais, bem como a arte da vestimenta, do artesanato, da agricultura. Nessa perspectiva, as técnicas e demais investimentos pressupõem um (ou

³⁷ Philippe Dubois é especialista em teoria das formas visuais, estética das imagens, arte contemporânea, metodologia de análise fílmica, professor no Departamento de Cinema e Audiovisual da Universidade de Paris 3 – Sorbonne Nouvelle, onde é titular da cadeira de “Teoria das formas visuais”.

vários) dispositivo(s) necessário(s) ao instrumento e funcionamento dessas *máquinas de imagens*, as quais, por sua vez, apresentam-se como inovação aos dispositivos precedentes.

Conforme Dubois, essa ideia de “novidade” primeiro se dá com a emergência da fotografia, depois com a chegada cinematográfica, em seguida, com a expansão da TV e, por último, com a mundialização da atual imagem da informática. Com isso, segundo o autor, implica-se o discurso da novidade que, associado à questão das tecnologias, funciona como um efeito de linguagem apoiado em uma retórica e ideologia, os quais enunciam uma visão sobre o futuro e vendem um ideal revolucionário (“a ideologia do progresso contínuo”) que oculta aquilo que é regressivo em termos de representação, e que, em última análise, tem uma função potencial de tipo econômico (DUBOIS, 2004).

Dubois perpassa pelas construções ópticas do Renascimento em relação ao modelo *perspectivista monocular* configurado como modo de conceber ou fabricar imagens fundadas na reprodução do visível (tal como se dava à percepção humana) e concomitantemente calculada/elaborada intelectualmente (como processo mental). Assim, segundo o crítico:

A câmara obscura, a portinhola ou a *tavolleta* são instrumentos; eles organizam o olhar, facilitam a apreensão do real, reproduzem, imitam, controlam, medem ou aprofundam a percepção visual do olho humano, mas nunca chegam a desenhar propriamente a imagem sobre um suporte. São como próteses para o olho, não são operadores de inscrição. Esta, que produz propriamente a imagem, continua se exercendo unicamente pela intervenção gestual do pintor ou desenhista. (...) Toda a dimensão do humanismo artístico virá se insinuar nesta brecha: a personalidade do artista, o estilo do desenhista, a pincelada do pintor, o gênio de sua arte tudo repousa nesta dimensão manual que marca, e assina por assim dizer, a inscrição do Sujeito na imagem (embora, obviamente, nem toda inscrição manual implique uma aura artística!) (DUBOIS, 2004, p. 37-38).

Para o autor, desde este estágio, as máquinas intermediaram a inserção entre o homem e o mundo no sistema de construção simbólica, que é o princípio da representação. Mas, se nesse período o pleno contato físico com a imagem é autorizado, nos seguintes, com o advento da fotografia, em 1839, instaura-se a maquinização da figuração: não apenas pré-visualiza, mas inscreve na imagem uma nova “máquina”, por meio das reações fotossensíveis de determinados materiais que registram por si mesmas as aparências visíveis geradas pela radiação luminosa. Desse modo, o elemento humano é lido mais como um condutor do que figuração direta. Esse princípio foi intitulado

“gênese automática”, por André Bazin, que analisou a dissolução do Sujeito na e pela representação maquínica.

Um segundo momento de “novidade” e ruptura foi o surgimento do cinema, através da projeção e de outros condicionamentos necessários, tais como a sala escura, a tela grande, o público silencioso e, ainda, a percepção do telespectador. Para Dubois, ao contrário da fotografia, a fase cinematográfica reacende a artisticidade, sendo considerada em seu conjunto como produtora de imaginário, pois corresponde tanto a percepção psíquica quanto a um fenômeno físico-perceptivo: o Sujeito é reintroduzido na imagem, a partir do seu investimento imaginário, como espectador, e a imagem se alicerça na relação com a sua exterioridade (o Sujeito, o Real, o Outro).

Na sequência das discontinuidades, dá-se o televisual, maquinaria caracterizada pela transmissão (a distância, ao vivo ou multiplicada), a qual está manifesta também pelo alcance, de modo a compreender todo território a um só tempo. Segundo Dubois, a diferença entre fotografia e cinema está no fato de a primeira se inscrever na sensação de nostalgia, enquanto a sala de projeção funciona como um sonho, ao alcance da imaginação. Como o dispositivo seguinte transforma o modo de ver o antecedente, o cinema também sofrerá consequências da televisão:

a sala de projeção explodiu, o tempo fechado em si mesmo da identificação do telespectador se diluiu, a distância e a multiplicação são a regra. A imagem-tela ao vivo da televisão, que não tem mais nada de souvenir (pois não tem passado), agora viaja, circula, se propaga, sempre no presente, onde quer que seja. Ela transita, passa por diversas transformações, flui como um rio sem fim. Chega em toda parte, numa infinidade de lugares, e é recebida com a maior indiferença. (...) a televisão, no fundo, transformou o espectador – que no anonimato da sala escura tinha ao menos uma forte identidade imaginária – numa espécie de fantasma indiferenciado, de tal modo disseminado na luz do mundo que se tornou totalmente transparente e invisível, e deixou de existir como tal. Agora, ele é no máximo um número, um alvo, uma taxa de audiência: uma onipresença fictícia, sem corpo, sem identidade e sem consciência (DUBOIS, 2004, p. 46).

O autor se refere à expansão da TV como um “real” midiaticizado, em que Sujeito e Objeto desaparecem, visto que só o extensivo é valorizado, a relação intensiva é abdicada, assim tem-se a comunicação em detrimento da comunhão.

Por fim, a etapa mais recente é a imagem informática, também denominada de imagem de síntese, infografia, imagem digital, virtual etc., que não apenas vem se acrescentar às outras, como volta ao ponto de partida e refaz o circuito de representação,

pois o referente se torna maquínico, posto que seja gerado pelo computador. Desse modo, mais uma vez conforme Dubois (2004), a imagem eletrônica é um processo, o produto de impulsos elétricos codificados composto de três entidades: os sinais de crominância, luminância e sincronização, e nunca é visível como imagem. Na origem da imagem em movimento, o cinema oferece o fotograma³⁸ (o filme película), logo, é palpável, a imagem eletrônica não existe em suma materialidade, a não ser no virtual, pronta para ser transmitida. Assim, o próprio mundo se torna maquínico, visto que a máquina gera o seu próprio real, e a realidade passa a ser chamada de “virtual”. Sobre essa virtualidade, Sodré (*apud* BRASIL, 2010, p. 17) a nomeia de *bios virtual*, que designará as dimensões lineares e em rede da comunidade midiática, que o autor categoriza como “uma espécie de comunidade afetiva de caráter técnico e mercadológico, onde impulsos digitais e imagens se convertem em prática social”.

Dubois percebe o vídeo como um intermediário entre cinema e imagem infográfica, sendo muitas vezes singularizado por sua mobilidade, podendo estar na tela de um monitor, em espaços públicos ou no ambiente doméstico. Usado como complemento nominal (ou de algum modo associado a um nome), como em “câmera de vídeo”, “videocassete”, “videogame”, “videoclipe”, “documento em vídeo” etc., o termo “vídeo” por vezes funciona como sufixo ou prefixo, mas, segundo o autor, “nunca como o fixo, a raiz, o centro, mas sempre como um periférico, uma especificação, uma variante, uma das várias formas possíveis de uma entidade que vem de outro lugar e não lhe pertence” (DUBOIS, 2004, p. 71). Essa observação do autor se ampara no conceito apresentado na língua francesa (dicionário *Petit Robert*): “Adjetivo invariável”, portanto, sem sexo, sem corpo (DUBOIS, 2004). Detendo-se aos detalhes, observa que o termo “vídeo” não pertence a nenhuma língua específica, pois é o mesmo em inglês e francês (*videotape*, *videogame*), italiano (*videoarte*), alemão (*videobandern*, *videoskulptur*, *videokassette*, *videokunstwerken*) ou português (videopôquer, “videocassetada”). Sendo que, na palavra-esperanto ele é intraduzível; para o autor, isso equivale a dizer que ele é “desprovida pois de imaginário”.

³⁸ Designa-se por fotograma a cada uma das imagens impressas quimicamente na fita de celulóide de um filme. O vídeo, tecnicamente, é um conjunto de fotogramas projetados a certa cadência por segundo, produzindo a ilusão de movimento e pode ser analisado como enunciados que possuem uma eficácia simbólica.

De um ponto de vista etimológico, “vídeo” (sem acento) advém do latim *videre* (“eu vejo”), demarcado como um verbo conjugado, corresponde à primeira pessoa do singular do indicativo do presente *ver*, por isso vídeo é, para autor, “o ato de olhar se exercendo, *hic et nunc*³⁹, por um sujeito em ação”, e implica ao mesmo tempo

uma ação em curso (um processo), um agente operando (um sujeito) e uma adequação temporal ao presente histórico: “eu vejo” é algo que se faz “ao vivo”, não é o “eu vi” da foto (passadista), nem o “eu creio ver” do cinema (ilusionista) e tampouco o “eu poderia ver” da imagem virtual (utopista) (DUBOIS, 2004, p. 72).

Apesar disto, no vídeo, o objeto e a ação não são duas realidades a um só tempo bem distintas e claramente articuladas, por isso vídeo é um domínio singular que possui em uma única palavra a designação do objeto e do ato que o constitui. Segundo o autor, ainda que se busque algo sólido, um corpo (próprio), um princípio identitário, a busca pelas especificidades esbarra na indefinibilidade de fato, por causa de suas virtualidades imateriais e circulatórias. Por essa óptica, Dubois conclui que vídeo é uma *imagem-ato*:

A imagem como olhar ou o olhar como imagem. No começo, era o verbo. No fim do trajeto, apenas um adjetivo errante. E, entre os dois, nem mesmo um nome. O vídeo é bem o lugar de todas as flutuações, e não devemos estranhar que ele apresente, no final das contas, incomensuráveis problemas de identidade (DUBOIS, 2004, p. 72).

Imagem-ato, porque o vídeo não é (meramente) uma imagem, se o fosse estaria alinhado exclusivamente à pintura, ao desenho, à foto etc.. Para o autor, vídeo, na realidade, excede o mero terreno do visível. Por isso, sugere, para pensar o vídeo, a recusa a vê-lo como uma imagem ou a remetê-lo à classe das (outras) imagens. Propõe, longe disso:

Talvez não devamos vê-lo, mas concebê-lo, recebê-lo ou percebê-lo. Ou seja, considerá-lo como um pensamento, um modo de pensar. Um estado, não um objeto. O vídeo como estado-imagem, como forma que pensa (e que pensa não tanto o mundo quanto as imagens do mundo e os dispositivos que as acompanham) (DUBOIS, 2004, p. 100).

Considerando isso, na apresentação do livro “Cinema, vídeo, Godard”, Arlindo Machado (2004, p. 13) destaca como Dubois concebe o vídeo. Uma das formas é que

vídeo pode ser também um dispositivo: um evento, uma instalação, uma complexa cenografia de telas, objetos e carpintaria, que implicam o espectador em relações ao mesmo tempo perceptivas, físicas e ativas, abrangendo portanto muito mais do que aquilo que as telas mostram.

³⁹ Uma expressão latina que significa literalmente "aqui e agora".

Nesse sentido, Dubois sugere pensar o vídeo não como um produto ou uma imagem, mas como um *estado* que tem uma imagem indissociável do dispositivo para o qual foi concebida. Aproximando essa observação da análise discursiva, o vídeo opera como um dispositivo-enunciado, que transmite não só imagens, mas discursos⁴⁰, pois se pondera “a imagem como dispositivo e o dispositivo como imagem” (DUBOIS, 2004, p. 101). O vídeo não é, pois, o discurso, mas um elemento do discurso.

Dessa maneira, considerando que os enunciados têm uma historicidade, pois é necessário cogitar quais as condições históricas de surgimento e ressignificação de determinado objeto, é que, além das reflexões propostas por Philippe Dubois, toma-se como base para análise do *corpus* de cunho verbo-audiovisual, a Semiologia Histórica, termo cunhado por Jean-Jacques Courtine, em seus estudos, cuja preocupação se volta para os índices, pistas, relevância dos traços e sinais que extrapolam o enunciado linguístico, em uma articulação entre semiologia, discurso e história, na qual a história é inerente à produção dos sentidos.

Sua preocupação com as metamorfoses do discurso, em especial o discurso político e as mídias na circulação desses discursos, parte das transformações históricas que, no começo dos anos 80, afetavam o campo da AD como disciplina, que tinha como objeto o campo da fala política. Naquela época, Michel Pêcheux tomara de empréstimo a questão das “línguas de vento” (proposta pelo filósofo, jornalista, escritor e professor Régis Debray, uma década depois dos acontecimentos políticos e discursivos de Maio de 1968), um recobrimento das tradicionais discursividades políticas pelas formas breves, efêmeras do discurso publicitário. Desse modo, deu-se a observação de que as chamadas “línguas de madeira” estavam cada vez mais próximas das “línguas de vento”, pois o discurso político, invadido por estratégias discursivas da sociedade de consumo, passou cada vez mais a utilizar a linguagem do discurso publicitário.

Sensível a essas transformações, Courtine se propõe a compreender como os discursos “sólidos” haviam sido substituídos pelos discursos “líquidos”, conforme as formulações do sociólogo Zygmunt Bauman. Assim, Courtine (2014) não via no texto simples unidades linguísticas, mas as mutações da história, o que o conduziu para o empreendimento de análises das representações de práticas, imagens e discursos. Por

⁴⁰ Compreende-se que as imagens, apesar de não ser o discurso, constituem elementos do discurso.

essa percepção, volta-se aos estudos de Foucault e aproxima da AD os conceitos foucaultianos de enunciado e arquivo, interrogando a historicidade das imagens, ou seja, a produção de signos e sentidos no campo do olhar.

Nesse contexto, Courtine e suas releituras da semiologia apresentada por Saussure (2012) e, ainda, principalmente com base na semiologia antropológica (baseada na identificação de índices que abrangem a dimensão subjetiva na produção da significação), concebe a Semiologia Histórica, que conserva seu amplo campo de significação e, ao mesmo tempo, convoca a historicidade dos signos.

Seus gestos de leituras, na contemporaneidade, englobam as multimodalidades semiológicas presentes na mídia (impressa e eletrônica), dos veículos de comunicação em massa (TV, celular, internet) etc. Dessa forma, conforme Bernardes e Sargentini (2014), essas materialidades semiológicas extravasam o plano verbal e possibilitam analisar as condições de emergência e de “dizibilidade” na produção dos discursos, além de apresentar-nos as diversas formas de materialidade verbo-visual que compõem os enunciados.

Destacam-se, dessa maneira, as pesquisas realizadas no campo da AD sobre o papel das mídias na política, principalmente, no que concerne à abordagem da linguagem sincrética, a qual contribui para a produção de efeitos de sentido diversos. Para Courtine, não é possível fazer a mesma AD em relação ao discurso político tradicional escrito e o discurso político transmitido na televisão, pois o discurso transmitido pela televisão traz consigo a linguagem sincrética que implicará em significativas mutações na produção de sentidos.

Sendo assim, as redes de comunicação não são importantes unicamente por ser novidade, mas pelos aparatos tecnológicos de distribuição dos discursos. Uma noção fundamental, nascida entre os historiadores, diz respeito às diferentes durações: média, longa ou curta⁴¹. Em relação à longa duração, nas redes sociais, Sargentini (2015) afirma que, caso essa seja a lente de visualização da produção discursiva, pode-se ver tanto continuidades, quanto descontinuidades em relação aos acontecimentos. Desse modo, a circulação dos discursos pode desencadear acontecimentos, influências,

⁴¹ BRAUDEL, 1984 *apud* SARGENTINI 2015, p. 2018.

conjunturas, rupturas etc., de tal modo que não se pode estabelecer uma relação estável de causa e consequência.

Com base nisso, Courtine (*apud* SARGENTINI, 2015) aponta como a espetacularização produz uma ruptura que atinge as formas de produção do discurso político contemporâneo. A fala pública e a imagem serão caracterizadas pela mediatização e publicidade, e as redes sociais passam a ser concebidas como uma ferramenta de marketing político, no intuito de atingir eleitores. Assim, segundo Sargentini (2015, p. 222), “os textos que circulam nas redes sociais (sites, facebook, twitter), têm, então, a função de reafirmar a identificação com o seu eleitor e nutrir embates” produzidos na campanha.

Sobre a imagem, Davallon (1999) a considera um operador de memória social. Ela representa a realidade, mas também pode conservar as “forças das relações sociais”, ocasionando uma impressão específica no espectador, pois este se situa como parte de um público diverso, heterogêneo. Assim, partindo da conjunção da memória coletiva e da história, a imagem desenvolve uma “produção de significação”, a qual “não está transmitida ou entregue pronta”, mas comporta

um projeto de leitura”, pois “ela assinala um certo lugar ao espectador (ou melhor: ela regula uma série com a passagem de uma a outra posição de receptor no curso da recepção) e ela pode “rentabilizar” por si mesma a competência semiótica e social desse espectador (DAVALON, 1999, p. 29).

Partindo dessa perspectiva, Pêcheux (1999, p. 52) considera que a memória discursiva seria “a condição do legível em relação ao próprio legível”. Assim, a imagem na AD, como enunciado, não é legível em sua transparência, pois o discurso a atravessa e a constitui na opacidade.

Pode-se dizer que a mulher na propaganda seria uma representação social? Muitas propagandas ainda hoje contemplam as mulheres a partir dos paradigmas tradicionais, fundados nas visões de Gênero que a relacionam à família, ao lar e à beleza. Como molde dessa espetacularização, tem-se a sexualidade, a qual, segundo Lima (2012, p. 232), é trabalhada pelas mídias na subversão de um lugar de silêncios, interrogando e citando a sexualidade feminina a se manifestar, a emergir nos enunciados, constituindo-se em um dispositivo de discursos e de controle, pois incita o desnudamento da vida privada. Assim, propagandas como essas, em geral, entrecruzam

inúmeros discursos de representação de mulheres numa dada sociedade, as quais serão apontadas pelos enunciados. Diante disso, Witzel (2012, p.163) vislumbra a publicidade como

um lugar de enunciação onde se encenam representações sociais; em seu funcionamento discursivo, fixa determinadas identidades, apresentando generalizações e dizendo aos leitores-consumidores o que é certo e o que é errado de modo que esses leitores se descubrem e se identificam com as imagens ali construídas.

A publicidade, para persuadir, necessita provocar identificação com o público-alvo, pois se supõe que o produto publicitário traz elementos enraizados na memória social, que são mobilizados para influenciar o outro, ou seja, trata-se da relação entre imagens, discursos e memória. Sobre esse caráter persuasivo, Berger (1972, p. 150) afirmou que a publicidade produz fascínio, pois

fala no futuro, mas, no entanto, a realização desse futuro é continuamente adiada. Como consegue então a publicidade continuar a merecer credibilidade – ou a usufruir da credibilidade suficiente para exercer tanta influência? Continua a tê-la porque a veracidade da publicidade se afere, não pela realização das promessas que faz, mas pela correspondência entre as suas fantasias e as fantasias do espectador-comprador. O seu verdadeiro valor de aplicação não é a realidade, é o devaneio, o sonhar-acordado.

O autor considera que o fascínio tal como é manifesto é uma invenção moderna e que produz um sentimento generalizado de inveja: a procura pela felicidade faz com que o sonho do ser trabalhador em ser consumidor seja constantemente animado pelo capitalismo. O vir a ser movimenta o sentimento de impotência, mas, contraditoriamente, também estimula o “sonhar-acordado”. Assim, o consumo torna-se uma satisfação ou prazer, posto que reflita os anseios da cultura do que é ou não desejável. A segunda função que o autor atribui à publicidade gravita em torno do consumo como substituto da democracia: “a escolha do que cada um come (ou veste, ou guia) toma o lugar da opção política significativa. A publicidade ajuda a compensar e a encobrir tudo o que é antidemocrático na sociedade” (BERGER, 1972, p. 153) e no restante do mundo.

Por outro lado, a sociedade midiática, apesar de impor seu estatuto de “verdade”, caracteriza-se em um espetáculo de embates discursivos, não homogêneos, permitindo, assim como o próprio governo – tomando a política formal –, acrescentar e discutir a incorporação de novas perspectivas de Gênero no desenvolvimento político. Assim,

propagandas no âmbito da política materializam na linguagem os próprios sentidos que elas ajudam a difundir socialmente.

Interessante notar, a partir disso, que no discurso a vontade de verdade projeta a verdade, e as próprias “coisas” passam a se orientar dentro de identidades que lhes foram fixadas. Dessa maneira, o sujeito ocupa uma posição ou um lugar de sujeito que é ligado a determinados discursos e os caracterizam como verdades. Nesse sentido, a mulher política “não é somente uma função dentro de práticas sociais que a constituem. Ela é construída e é resultado dessa construção no discurso, que nem é uniforme e nem oriundo de uma única fonte, mas constitui-se de uma dispersão de enunciados” (LIMA, 2012, p. 233).

Como todo discurso é regido por condições de possibilidade, o dispositivo é a condição que requer que o ato de comunicação se construa de uma maneira particular, segundo as circunstâncias materiais em que se desenvolve, em outras palavras, o dispositivo é o que determina as variantes de realização. A política obedece, pois, às regras do dispositivo midiático.

Para gesto de análise, cabe destacar, ainda, as contribuições do semiólogo francês Roland Barthes sobre *mito*, visto como um sistema de comunicação, uma mensagem (e não um conceito, um objeto ou uma ideia), um modo de significação, uma forma a partir de limites formais e históricos, e não substanciais, pois, para o autor, é a História que transforma o real em discurso, assim, a mitologia só pode ter fundamento histórico, visto que “o mito é uma fala escolhida pela História: não poderia de modo algum surgir da *natureza* das coisas” (BARTHES, 2010, p. 200). Essa fala pode ser oral, mas também pode ser formada por escritas e representações: fotografia, cinema, reportagem, espetáculos, esportes, publicidade etc. Para ele, o que está em jogo não é apenas a representação, mas a imagem realizada em vista da significação. Desse modo, argumenta que o mito é extensivo à linguística e depende de uma ciência geral que é a semiologia.

Para Barthes (2010), postular uma significação é recorrer à semiologia, mas, contrariamente ao que sucede à linguagem comum, em que o significante exprime o significado, o sistema semiológico considera três termos diferentes que trabalhem em uma correlação: significado, significante e signo. Para Saussure, a língua é um sistema

semiológico específico em que o significado é o conceito, o significante é a imagem acústica, e a relação entre conceito e imagem forma o signo (por exemplo, as palavras). Para Barthes, o mito é um sistema particular, posto que seja construído a partir de uma cadeia semiológica que já existe antes dele, assim, é um sistema semiológico segundo. Nesse modelo, a palavra, por exemplo, não é um signo, mas um simples significante. É assim que no mito, conforme Barthes, constata-se a existência de dois sistemas semiológicos, um deles deslocado em relação ao outro:

um sistema linguístico, a língua (ou os modos de representação que lhe são comparados), que chamarei de *linguagem-objeto*, porque é a linguagem de que o mito se serve para construir o seu próprio sistema; e o próprio mito, que chamarei de *metalinguagem*, porque é uma segunda língua, na qual se fala da primeira (BARTHES, 2010, p. 206).

Um exemplo de fala mítica é dado a partir da capa de um exemplar da revista *Paris-Match* que traz um jovem negro vestindo um uniforme francês e saudando a bandeira da França. A leitura barthesiana implica que há um significante formado por um sistema prévio (“um soldado negro faz a saudação militar francesa”); há um significado (mistura intencional de “francidade” e “militaridade”); e há uma “presença” do significado por meio do significante.

Esclarecendo as terminologias, Barthes afirma que:

o significante pode ser encarado, no mito, sob dois pontos de vista: como termo final do sistema linguístico ou como termo inicial do sistema mítico: (...) no plano da língua, como termo final do sistema, chamarei o significante de sentido (...); no plano do mito, vou chamá-lo de forma. Quanto ao significado, não há ambiguidade possível: continuaremos chamando-o de *conceito*. O terceiro termo é a correlação dos dois primeiros: no sistema da língua é o *signo*; mas não se pode retomar esta palavra sem ambiguidade, visto que, no mito (e isto constitui a sua particularidade especial), o significante já é formado pelos *signos* da língua. Chamarei o terceiro termo do mito de *significação*; esta palavra cai aqui como uma luva, porque o mito tem efetivamente uma dupla função: designa e notifica, faz compreender e impõe (BARTHES, 2010, p. 207-208 – grifos do autor).

Se no mito o significante se apresenta de maneira ambígua é porque comporta sentido e forma, isto é, um valor próprio, um saber, uma geografia, um passado ou uma memória, enquanto que a forma esvazia essa riqueza, empobrece o sentido, conservando-o à sua disposição. Diversamente, o conceito estará repleto de uma situação, um certo conhecimento do real, e corresponde a uma função precisa, definido como uma tendência, em razão de sua característica fundamental, a de ser apropriado, pois seu conceito pode cobrir uma grande extensão de significantes.

O que Barthes chama de significação é o próprio mito, que é uma fala definida pela sua intenção, sendo a sua motivação nunca completamente arbitrária, mas sempre motivada e contendo uma parte de analogia fornecida pela história. A função específica do mito é tornar o sentido em forma. É muitas vezes lido como uma fala inocente, pois suas intenções se naturalizaram. Assim, em vez de ser visto como um sistema semiológico, o mito é lido como um sistema factual. Assim pensado, a eventualidade é posta como eternidade, uma fala despolitizada e que pende ao universal, pois restitui uma imagem natural do real. Conforme Barthes (2010, p. 236), “os homens não mantêm com o mito relações de verdade, mas sim de utilização; despolitizam segundo as suas necessidades”.

Por fim, para avaliar a carga política de um objeto e o vazio mítico que o acompanha, Barthes aconselha se colocar no ponto de vista do significante, e não no da significação, pois é preciso partir da coisa subtraída, no ponto de vista da linguagem objeto, ou seja, do sentido.

As propagandas a serem analisadas são assinadas por uma instituição governamental, mas constitui uma representação simbólica (imagem), que produz significação, e circula em um meio de comunicação de massa, a televisão, principalmente, por ser acessível à maioria dos brasileiros. Dessa forma, busca-se analisar, no capítulo terceiro, como as propagandas do Tribunal Superior Eleitoral agem na produção de sentidos em torno de *mulheres políticas* e gera impacto nas relações de Gênero, ao promover troca simbólica entre os sujeitos em esfera nacional e conferir lugares de visibilidade. Porém, no capítulo 2, percorrem-se alguns acontecimentos que delinearão a possibilidade de existência de mulheres políticas.

CAPÍTULO II

2. HISTÓRICO DAS LUTAS DAS MULHERES EM TRÊS ACONTECIMENTOS

2.1. Feminismo e movimento sufragista

Embora seja difícil demarcar sua origem, visto que sua constituição tem raízes profundas no passado, o feminismo como movimento social organizado tem sua condição de emergência possibilitada pelos ideais das Revoluções Francesa e Americana (COSTA, 2009, p. 52). Inicialmente, priorizou demandas de mulheres da elite branca associadas à educação, ao trabalho, ao voto, sendo a participação das mulheres na vida pública uma de suas principais reivindicações, uma vez que sua supressão se caracterizava como expressão da desigualdade entre os sexos em termos formais. Em seguida, com a necessidade de questionar as causas da reprodução dessas desigualdades, debates em torno da sexualidade e do corpo foram fixados no intuito de desconstruir⁴² a naturalização da subordinação dos sujeitos.

Os estudos de Alves & Pitanguy (1985) demonstram que as fontes da discriminação das mulheres se lançam na educação androcêntrica que administrou, durante séculos, o acesso à educação e, posteriormente, ao trabalho e à participação na política, em geral. Apesar disso, para as autoras, embora diferentes culturas tenham tentado assegurar a sujeição da mulher através de certos discursos, estes também podem revelar a dimensão de sua resistência, um exemplo é o ocorrido no ano 195 D. C., em Roma. Contestando a obrigatoriedade da exclusão das mulheres no uso dos transportes públicos – privilégio masculino –, que as compelia a se moverem a pé, elas se dirigiram ao Senado Romano em protesto. Diante disso, o senador Marco Pórcio Catão (*apud* ALVES; PITANGUY, 1985, p. 13-14) manifestou:

Lembrem-se do grande trabalho que temos tido para manter nossas mulheres tranquilas e para refrear-lhes a licenciosidade, o que foi possível enquanto as leis nos ajudaram. Imaginem o que sucederá, daqui por diante, se tais leis forem revogadas e se as mulheres se puserem, legalmente considerando, em pé de igualdade com os homens! Os senhores sabem como são as mulheres:

⁴² Nesses termos, desconstrução (Derrida, 1971) não vem sendo lida como destruição, pois a ideia central é a problematização de antigas categorias tidas como naturais.

façam-nas suas iguais, e imediatamente elas quererão subir às suas costas para governá-los.

Observa-se que é no próprio discurso de interdição que se descortina a insubmissão das mulheres diante das proibições que lhes eram impostas, e o Direito aparece como mecanismo de controle da assimetria entre os sexos. Em outras palavras, a escassez de material redigido por mulheres atesta seu isolamento, mas as práticas de controle revelam a relutância e as estratégias de inserção social por parte delas. Por esse ângulo, abandona-se o pensamento de que as mulheres, de modo geral, conformaram-se com as posições sociais que lhes foram atribuídas: a ideia de que as mulheres se encontravam em completa inércia – submissa, romântica, insignificante etc. – pode ser pensada como uma ficção reforçada pelo *silêncio das fontes* (PERROT, 2017a).

Ademais, estudiosos/as (ALVES, PITANGUY, 1985; ARANHA, 2006) atestam que nas sociedades tribais, a relação entre os sexos não era de subordinação, mas de complementaridade, sem divisão entre economia doméstica e economia social. Na Idade Média, enquanto os princípios da Legislação Romana não haviam sido reintroduzidos, as mulheres participavam ativamente dos interesses da comunidade. Portanto, tinham acesso a quase todas as profissões, e, quando proprietárias de terras, tinham direito ao voto. Na França, em uma cidade chamada Bigorre, desde o século XI existiu o sufrágio universal. Como os homens estavam envolvidos em constantes guerras e conflitos, era comum à mulher assumir os negócios da família, para tanto deveria compreender a legislação. Nesse período, há registros de mulheres exercendo tarefas ditas masculinas, como a carpintaria e a serralheria. Segundo Alves & Pitanguy (1985), apesar da importante participação na economia, na Idade Média, a imagem de mulher que atravessou os séculos foi àquela transmitida pelo romantismo da cavalaria: mulher frágil, à espera de seu cavaleiro andante, entretida com bandolins e bordados. Para essas estudiosas feministas, essa imagem excluía a posição concreta de grande parte das mulheres na vida cotidiana e a representação simbólica de seu papel.

Quando se menciona a Idade Média, não se pode deixar de comentar a perseguição contra as mulheres na chamada “caça às bruxas”, período considerado um verdadeiro genocídio contra o sexo feminino na Europa e nas Américas (ALVES; PITANGUY, 1985). A teologia dividia as mulheres entre as figuras de Maria, a devota, e Eva, a denegrada, sendo esta última caracterizada como responsável pela entrada do

mal no mundo. Sobre isso, Perrot (2017, p. 177) observa que as representações – numerosas, antigas e ainda recorrentes – do poder das mulheres modulam a aula inaugural do “Gênesis”, que apresenta a potência sedutora de Eva: “a mulher, origem do mal e da infelicidade, potência noturna, força das sombras, rainha da noite, oposta ao homem diurno da ordem e da razão lúcida”. Amparada por essa visão, a Idade Média delineia a mulher tida como bruxa, que supostamente possuiria conhecimentos que escapavam ao domínio masculino, portanto, era uma ameaça à manutenção de uma posição de poder. Alves & Pitanguy (1985) relatam que no século XVI, Ambroise Paré, médico e cientista ilustre, adotava métodos para examinar o corpo da mulher e atestar a inferioridade feminina: “Porque o que o homem tem externamente a mulher o tem internamente, tanto por sua natureza quanto por sua imbecilidade, que não pode expelir e pôr para fora estas partes”. Acrescenta que “as mulheres são de temperatura fria, em relação aos homens, a sua alimentação não se transforma num sangue bom, tanto que a maior parte se torna indigesta e se transforma em menstruações, das quais a mulher sadia se purga e se limpa”. Outro grande médico, François Rabelais conclui que o corpo “histérico” da mulher a conduziria à desordem moral. Além disso, a prática feminina do trato com ervas e do atendimento ao parto foi interdita, e a medicina passou a instaurar-se como uma instituição responsável pelo poder e saber de cura. Nessa medida, o discurso médico vai de encontro com o discurso religioso, podendo ser caracterizados pela proliferação de discursos machistas.

As autoras acrescentam que, com o Tribunal da Inquisição, no século XIV, período de transformações – mercantilismo, a reintrodução do Direito Romano, a formação dos Estados Nacionais –, a mulher, cuja participação em períodos anteriores era ativa, é afastada formalmente da esfera pública, até mesmo a atuação nos ritos religiosos é interdita. O inquisidor Leonard de Vair, em 1583, assim descreve: “mensalmente elas se enchem de elementos supérfluos e o sangue faz exalar vapores que as elevam e passam pela boca, pelas narinas e outros condutos do corpo, lançando feitiços sobre tudo o que elas encontram” (*apud* ALVES; PITANGUY, 1985, p. 23). A partir disso, observa-se que é pelo sexo que a mulher se faz bruxa, pois este era considerado impuro e maléfico por *natureza*. Jacques Sprenger, inquisidor e demonólogo, afirmava: “se hoje queimamos as bruxas, é por causa de seu sexo feminino”. Com o advento do protestantismo, baseados na Bíblia, Calvino e Lutero

aderiram à perseguição. O historiador francês Jules Michelet relata que, por uma ordem do bispo, a cidade de Genebra queimou 500 mulheres, em um período de três meses; na Alemanha, o Bispado Bamberg queimara de uma só vez 600, e o de Wurtzburgo, 900; para citar somente alguns casos. Além disso, discursos de intelectuais continuavam a condenar a mulher. O afastamento da vida pública implicava na redução de direitos. Surgem restrições que questionam se as mulheres tinham capacidade de reger seus próprios bens e representarem-se na Justiça. Mesmo sendo alvos de julgamentos, para sobreviverem, algumas delas continuavam trabalhando.

Mais uma vez de acordo com Alves & Pitanguy (1985, p. 28), até o século XIX, não se tem registro da participação das mulheres nas universidades. As poucas meninas que frequentavam as escolas tinham no currículo escolar especialmente as prendas domésticas. Por esse motivo, na história moderna, os primeiros protestos contra a desigualdade sexual se direcionam à educação. É com base nessa história de silêncios, recusas e exclusão, que surgem as primeiras vozes do feminismo na América.

Anne Hutchinson, puritana e líder espiritual, reunia em torno de si uma comunidade para a qual realizava pregações, dentre as quais se chamou a atenção para a pregação de que o homem e a mulher foram criados por Deus em igual medida. Por esse seu gesto, foi acusada de ser “mais um marido que uma esposa”, “fato intolerável diante de Deus”, o que levou à condenação e ao seu banimento, em 1637. O século seguinte, já aberto às ideias de cidadania, participação do indivíduo na esfera política e princípios do liberalismo, é mais propenso a revoluções. Em 1776, os Estados Unidos da América declararam sua Independência, mas é na França, no mesmo século, que o movimento das mulheres adquire características de uma ação política organizada.

Na Revolução Francesa, reivindicando ao lado dos homens e não vendo os direitos se estenderem a elas, o movimento se afirma com especificidades próprias. A legislação de então outorgava ao marido direito absoluto sobre o corpo e os bens de sua mulher. Inconformadas, as revolucionárias francesas, segundo Alves & Pitanguy (1985, p. 33), apresentaram à Assembleia Nacional, em 1789, um documento que consta:

Destruístes os preceitos do passado, mas permitistes que se mantivesse o mais antigo, que exclui dos cargos, das dignidades das honrarias e, sobretudo, de sentar-se entre vós, a metade dos habitantes do reino. (...) Destruístes o cetro do despotismo... e todos os dias permites que treze milhões de escravas suportem as cadeias de treze milhões de déspotas.

Esse período é marcado por numerosos manifestos contra a situação das mulheres parisienses, e também pela mobilização em motins e participação em eventos da Revolução. Para Jules Michelet (*apud* PERROT, 2017b, p. 183), “as mulheres estiveram na vanguarda de nossa⁴³ Revolução”, pois “não é de admirar: elas sofriam mais”. Segundo esse autor, apesar dos homens daquele período reconhecerem isso, acreditavam que as mulheres queriam usurpar o poder masculino. Entrou em jogo novamente o velho discurso naturalista, que insistia no uso da razão (cérebro) como qualidade dos homens, a inteligência, a capacidade de decisão, em detrimento de supostas aptidões das mulheres: os sentimentos (o coração), a sensibilidade. Logo, para o autor, a oposição homem/cultura e mulher/natureza domina a história das sociedades e comanda as pulsões dos acontecimentos. Assim, ao apropriar-se de uma visão em torno da “natureza feminina”, historicamente, foram diferidos dois polos, “um maternal e benéfico, outro mágico, vermelho como o sangue, negro como o diabo, maléfico” (PERROT, 2017b, p. 182). Em outras palavras, estimar o polo benevolente tornou possíveis acontecimentos coletivos, como a condição de que o poder político fosse considerado apanágio dos homens (“dos homens viris”), por isso, na leitura que Perrot faz desse período, a ordem patriarcal reinava em tudo: “na família e no Estado”. E sintetiza que o controle da mulher foi implantado pela suposta “lei do equilíbrio histórico” (PERROT, 2017b, p. 184). Por outro lado, afirma que se a inscrição do sexo na história é produto de longa evolução, a subordinação das mulheres é resultado de um processo que se poderia imaginar reversível.

Detalhes da época revelam grandes índices de prostituição: a cada cinco mulheres solteiras, uma era prostituta. A escritora Olympe de Gouges publica um texto intitulado “Os direitos da Mulher e da Cidadã”, em 1791, confrontando o “destino deplorável” das mulheres e a falta de direitos. Em 1793, Olympe de Gouges é condenada à guilhotina, com base na acusação de “ter querido ser um homem de Estado e ter esquecido as virtudes próprias de seu sexo” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 34).

Em 1795, na tentativa de controlar a revolta das mulheres, a Assembleia Nacional ordena:

Decreta-se que todas as mulheres se retirarão, até ordem contrária, a seus respectivos domicílios. Aquelas que, uma hora após a publicação do presente

⁴³ O historiador francês reporta-se à Revolução Francesa.

decreto estiverem nas ruas, agrupadas em número maior que cinco, serão dispersadas por força das armas e presas até que a tranquilidade pública retorne a Paris (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 35).

Durante esse período, o principal influenciador da Revolução francesa, o filósofo Jean-Jacques Rousseau, que defendia a “liberdade natural” dos “homens”, afirmara que a mulher naturalmente estava a serviço do homem, desde a infância até a vida adulta:

Toda a educação das mulheres deve ser relacionada ao homem. Agradá-los, ser-lhes útil, fazer-se amada e honrada por eles, educá-los quando jovens, cuidá-los quando adultos, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida útil e agradável – são esses os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância (ROUSSEAU *apud* ALVES; PITANGUY, 1985, p. 35).

Apesar de defender as ideias de Rousseau de “direitos naturais” do indivíduo, Mary Wollstonecraft, na Inglaterra, escreve o livro designado “Defesa dos Direitos da Mulher” (1792), contestando a existência de diferenças naturais entre meninos e meninas, com base na argumentação de que a inferioridade da mulher advém de oportunidades desiguais na formação intelectual, porque é a “ignorância que a torna inferior”.

O século seguinte, em razão da consolidação do sistema capitalista, é marcado pela ascensão da mão-de-obra feminina, que, apesar disso, continuava desvalorizada. A baixa formação profissional também dizia respeito ao direcionamento às tarefas menos qualificadas e mais subalternas na produção fabril, logo o trabalho feminino recebia remuneração inferior comparado ao masculino, e eram acusadas de serem “concorrentes desleais”. Com salários menores, elas eram responsabilizadas pelo rebaixamento do nível salarial geral. Segundo Alves & Pitanguy (1985, p. 38), em Paris,

os salários femininos eram em média de 2,14 francos e os masculinos, de 4,75; na Alemanha, na indústria do papel, os homens ganhavam de 18 a 20 marcos, e as mulheres, de 9 a 12; em Massachusetts, na indústria de calçados, os salários variavam de 37 dólares para as mulheres a 75 para os homens. A justificativa ideológica para esta superexploração era de que as mulheres necessitavam menos trabalhos e menos salários do que os homens porque, supostamente, tinham ou deveriam ter quem as sustentasse.

Líderes operários como Jeanne Deroin e Flora Tristan se destacam na luta em prol da educação moral, intelectual e técnica do operariado. Em 1843, o escritor Flora Tristan reivindicava aos homens a emancipação das mulheres, e aos proprietários, a emancipação do proletariado. Cada vez mais as organizações sindicais congregavam

homens e mulheres, visto que, tomando como base a análise de produção capitalista, entendia-se a exploração de homens e mulheres como parte da exploração da sociedade de classes. Essas ideias eram tomadas de empréstimo de Friedrich Engels (“A ordem da família, da propriedade privada e do Estado”) e de August Bebel (“A mulher sob o socialismo”), posto que a propriedade privada fosse vista como a causadora da inferiorização das mulheres.

Tornava-se clara a percepção de que o feminismo é um tema político, e passou a ser orientado por várias perspectivas teóricas. Segundo Avelar (2001), o feminismo liberal pregava reformas progressistas que acreditavam conduzir à igualdade entre os sexos; o feminismo socialista expresso em várias correntes, tais como a trotskiana, leninista, maoísta, humanista, marxista libertária, sustentava que os conflitos sociais e a exploração da mulher advêm da sociedade capitalista; o feminismo marxista alegava que as mulheres haviam sido constituídas como mão-de-obra e que o trabalho doméstico era um meio de exploração. Havia também a corrente do feminismo radical que também enfatizava o papel da família como pilar da opressão.

De acordo com Alves & Pitanguy (1985, p. 41-42), em 8 de março de 1857, operárias da indústria têxtil de Nova Iorque empreenderam uma marcha pela cidade, reivindicando uma jornada de trabalho de 12 horas e protestando contra seus baixos salários. A ação foi reprimida violentamente pela polícia, a qual efetuou várias prisões e ainda deixou várias mulheres feridas. Mais tarde, no mesmo dia e mês do ano de 1908, os protestos vieram novamente à tona, as razões não eram muito diferentes daquelas de outrora: denúncia dos baixos salários, condições degradantes, exigência de legislação protetora do trabalho do menor e o direito de voto das mulheres.

No final do século XIX, as frentes de luta do operariado estavam divididas entre a reivindicação por melhores condições de trabalho e a luta pelos direitos de cidadania. Os homens da classe trabalhadora haviam conquistado o direito ao voto, após reformas legislativas que eliminavam o voto qualificado por renda. Nos Estados Unidos, o sufrágio foi iniciado em 1848, com a expansão do conceito liberal de cidadania, abarcando homens negros e destituídos de renda. A luta pela abolição da escravatura nos Estados Unidos possibilitou a compreensão da medida de sua sujeição. O marco inicial do movimento sufragista americano é a Convenção dos Direitos das Mulheres,

em 1848, pois afirmava o voto ser o direito de toda mulher. Todavia, somente em setembro de 1920, 72 anos depois, em razão de um lastro de reivindicações, como as petições ao Congresso Nacional e às Assembleias Estaduais, tendo as sufragistas sofrido inúmeras prisões e incansavelmente lutado por tantas décadas, obtiveram êxito com a ratificação da 19ª Emenda Constitucional que concedia o direito nacional de voto às mulheres. Nesse país, entre os anos 1890 e 1994, grande parte dos Estados já havia adquirido o direito de votar e se candidatar a cargos públicos.

Na Inglaterra, em 1865, um projeto de lei apresentado ao Parlamento inglês pelo economista, parlamentar e filósofo britânico John Stuart Mill – um dos poucos filósofos a defenderem os direitos das mulheres –, influenciado por sua esposa, Harriet Taylor Mill, solicitava o direito ao voto feminino⁴⁴, mas este sofreu uma derrota expressiva de 194 votos contra e 73 a favor. Em 1866, forma-se o *Comité para o Sufrágio Feminino*, em Manchester. Em 1869, John Stuart Mill publica o ensaio “A sujeição das mulheres”, demonstrando que era injustificável a subordinação delas.

Realizavam-se, nesse período, passeatas, campanhas de mobilização da opinião pública, busca de apoio de parlamentares e partidos, atos públicos, abaixo-assinados. Alves & Pitanguy (1985, p. 46) afirmam que a cada nova legislatura, as sufragistas eram obrigadas a reiniciar as suas atividades, muitas vezes vistas pelos legisladores com indiferença e zombaria. Além disso, a repressão às mobilizações inglesas era mais agressiva que a americana. Decididas a investirem em novas estratégias, em 1903, fundam a *Women’s Social and Political Union*, que adota uma postura mais agressiva. O movimento sufragista inglês consistia das “pacifistas” e as chamadas *suffragettes* que atuavam de modo mais radical, passando a promover danos a propriedades e bens materiais como forma de atrair a atenção pública para a causa. Além disso, enquanto os candidatos realizam comícios eleitorais, as sufragistas os interrompiam e questionavam se eles dariam voto às mulheres. O Governo passou a recolhê-las à força sob a acusação de “desordem pública”, na qualidade de presas comuns, e não políticas. Nas prisões, em protesto elas faziam greve de fome, como resposta, a ordem governamental implantara um método de introdução pela narina de um tubo de borracha até o estômago, para alimentá-las. As lutas das sufragistas inglesas se estenderam por 63 anos. Somente em

⁴⁴ *Living Heritage – Women and vote*. Disponível em: <<https://www.parliament.uk/about/livingheritage/transformingsociety/elections/voting/womenvote/parliamentary-collections/1866-suffrage-petition/john-stuart-mill/>>. Acesso em: 26 Jan 2019.

1928 alcançaram seus objetivos. No cenário mundial, as neozelandesas foram as primeiras a conquistarem o direito ao voto, em 1893, e em seguida as finlandesas, em 1906. Em outros países, a conquista foi ainda mais tardia: na África do Sul somente em 1993, no Kuwait em 2006 e na Arábia Saudita em 2015!⁴⁵

Ainda sobre o movimento sufragista, é importante assinalar que ele não se confunde com o feminismo, mas, segundo Alves & Pitaguy (1985, p. 48), ele foi um movimento feminista, por denunciar a exclusão da mulher da possibilidade de participação nas decisões públicas. Nas décadas de 1930 e 1940, as mulheres já haviam adquirido o direito de votar e serem votadas, participar do mercado de trabalho e ingressar em instituições escolares. Depois de instituído o voto feminino na maioria dos países, o sistema político absorveu essas conquistas situando-a sob o viés da cidadania.

Posteriormente, ocorre a ascensão do nazi-fascismo, período marcado pela eclosão da segunda guerra mundial. O período foi caracterizado pela liberação da mão-de-obra masculina para as frentes de batalha. Com isso, as mulheres foram chamadas a ocupar os postos dos homens, até mesmo aqueles considerados inadequados para elas, como fábricas de bombas e peças de aeronaves, lojas de materiais de construção etc. O trabalho feminino era necessário e por isso era valorizado, mas, com o retorno da força de trabalho masculina, elas foram recondicionadas para o serviço doméstico. Conforme Alves & Pitanguy (1985), os grandes responsáveis por esse movimento de retirada feminina do mercado de trabalho foram os meios de comunicação, que difundiam a imagem da “rainha do lar”, exaltando a mistificação do papel de esposa, mãe e dona de casa.

Diante dessas raízes culturais de desigualdade, o feminismo incorpora outras frentes de luta, que não reivindicavam apenas direitos políticos, trabalhistas e civis, mas questionavam as raízes culturais dessas desigualdades. O feminismo nada mais era do que a necessidade de reconhecimento do ser humano que reivindicava a legalidade de sua própria existência, pautado no ideal de Igualdade⁴⁶. Porém, grande parcela da

⁴⁵ Em pesquisas na *web*⁴⁵, verificou-se que o único país do mundo em que as mulheres atualmente (2019) não têm direito ao voto é o Vaticano, sede da Igreja Católica Apostólica Romana, porque o papa comanda os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e, como as mulheres não podem se candidatar a cardeais, ficam impedidas de votar.

⁴⁶ *Liberté, Egalité, Fraternité* (Liberdade, Igualdade, Fraternidade, traduzido do Francês para o Português) foi o lema da Revolução Francesa.

sociedade não compreendia as reivindicações do movimento, por esse motivo, ao mesmo tempo em que reclamavam os seus direitos, as feministas estavam empenhadas em reclamar os direitos do movimento, pois narrativas depreciativas em torno deste estavam sendo continuamente produzidas. Sobre essa desmistificação Betty Friedan (1971, p. 64) comenta:

O mito de que as feministas eram monstros antinaturais baseava-se na crença de que destruir a submissão da mulher, ordenada por Deus, seria destruir o lar e escravizar os homens. Tais mitos surgem em todas as revoluções que fazem progredir uma parcela da família humana no sentido da igualdade. Sejam as feministas representadas como seres desumanos, furiosas devoradoras de homens, ofensoras de Deus, ou nos termos modernos como pervertidas sexuais, não diferem nisso do estereótipo do membro de sindicato anarquista, ou do negro encarado como animal primitivo. [...] Havia excessos, naturalmente, como em qualquer situação semelhante, mas os das feministas eram por si mesmos uma prova da necessidade da revolução.

Portanto, o feminismo representava, sobretudo, uma tomada de consciência sobre a condição das relações de assimetria entre os sexos, que instituía a vocação, o lugar, o comportamento, a identidade e tudo o mais das mulheres. Nesse sentido, o feminismo mostrou-se uma ferramenta essencial para a libertação das mulheres, como afirma Alves & Pitanguy (1985, p. 9):

O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo seja homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “feminina” e “masculina” sejam atributos do ser humano em sua globalidade.

Com uma profunda análise das questões relacionadas à biologia, aos mitos, à história, à educação, à psicanálise, ao materialismo histórico, surge no século XX a voz mais potente e que se tornou ícone do movimento feminista, a da escritora e filósofa francesa Simone de Beauvoir, que no ano de 1939 havia publicado o seu *Segundo Sexo*, gravitando em torno da desafiadora pergunta: “O que é ser mulher?”. A escritora observa que a mulher é colocada na posição do Outro, e que somente encontra seu significado a partir do princípio de alteridade, que coloca os pares sob perspectiva, e a mulher só é reconhecida e passa a se reconhecer a partir da óptica masculina, ou seja, na construção histórica, a visão que se sobrepõe é a masculina.

Por esse âmbito, Beauvoir (2016) denuncia que desde a antiguidade, estipulou-se “homens” para designar os seres humanos, todavia escritores, filósofos, legisladores, sábios e muitos outros refletiram em seus escritos o domínio do homem sobre a mulher. Destarte, mitos sociais apregoados sob a égide de saber privaram-na do acesso à

educação e tornaram-na dependente do pai, marido e/ou filho, o que contribuiu para a exclusão das mulheres da vida pública. Em “O Segundo Sexo”, Simone de Beauvoir assim afirma:

A mulher é, assim, votada ao Mal. “Há um princípio bom que criou a ordem, a luz, o homem; e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher, diz Pitágoras”. As leis de Manu definem-na como um ser vil que convém manter escravizado. O Levítico assimila-a aos animais de carga que o patriarca possui. As leis de Sólon não lhe conferem nenhum direito. O código romano coloca-a sob tutela e proclama-lhe a sua “imbecilidade”. O direito canônico considera-a a “porta do Diabo”. O Corão trata-a com o mais absoluto desprezo (BEAUVOIR, 2016, p. 116).

Ademais, a filósofa propõe que a mulher deva ser estudada a partir da esfera em que está circunscrita, pensando o sexo como uma construção em que o comportamento de homens e mulheres é aprendido, por isso, para ela, o “tornar-se mulher” é tão significativo. Isso significa pensar os condicionamentos de socialização e os mecanismos de alienação da mulher de seu próprio sexo.

Apoiando-se na análise de Simone de Beauvoir, a psicóloga e escritora norte-americana Betty Friedan centra-se na crise de identidade da mulher do século XX. Em seu livro “A mística feminina” (originalmente: *The feminine mystique*) publicado pela primeira vez em 1963, a autora colhe uma série de depoimentos de mulheres que corresponderiam ao ideal da “rainha do lar”. Sua abordagem consiste em denunciar a manipulação da mulher americana pela sociedade de consumo que, após a Crise de 1929 e mobilização para a Segunda Guerra Mundial, produz a “mística feminina”, a qual revalorizava ao máximo a feminilidade, a maternidade, “como se participar na construção da sociedade fosse incompatível com a sua condição de mulher” (FRIEDAN, 1971, p. 9).

Segundo Perrot (2017b, p. 192), a guerra recoloca cada sexo “em seu lugar”, sendo “o efeito das guerras sobre as relações entre os sexos, na maioria das vezes, conservador e retrógrado”. Assim, a educação das meninas voltava a ser conduzida ao desenvolvimento de habilidades relacionadas aos cuidados com o lar e, posteriormente, à criação dos filhos. Betty Friedan observa que, mais tarde, casadas, as mulheres eram as grandes consumidoras (“o homem ganha e a mulher gasta”), porém, viam-se frustradas e desenvolviam diversos distúrbios psicológicos que oscilavam da ansiedade, consumismo à depressão. Muitas delas, incertas quanto ao seu futuro, estudavam,

concorriam a doutorados, mas desistiam da carreira em razão da limitação de sua liberdade traduzida pela expectativa social que as conduzia enfaticamente ao casamento e à maternidade. A escritora trata disso como um grande desapontamento: estudar, “sabendo que é impossível utilizar o que se aprendeu”, algo que forçosamente estremecia a liberdade criativa, profissional das mulheres e, sobretudo, a “identidade humana”. Diante de tal situação, permaneciam na ignorância quanto a sua identidade, que não permitia responder quem eram ou o que desejavam ser. A escritora traz uma fala que reflete o alcance dessa inquietação:

A tragédia é que ninguém jamais nos olhou de frente, dizendo: Você precisa resolver o que pretende de sua vida, além de ser esposa e mãe. Nunca pensei no assunto até completar trinta e seis anos. Meu marido estava, por essa época, tão ocupado com sua clientela que nem sempre podíamos conversar à noite. Os três meninos passavam o dia inteiro na escola. Eu continuava insistindo em ter filhos, apesar de problemas com o fator Rh. Depois de dois abortos, os médicos disseram que eu precisava desistir. Julguei que minha evolução pessoal já terminara. Sempre pensei, quando criança, que ao crescer iria para a universidade, depois casaria. Para mim, este era o ponto culminante dos anseios de uma moça. Após, o marido decidiria e preencheria a minha vida. Só depois que, mulher de médico, me senti tão solitária e comecei a gritar com as crianças porque não me deixavam realizada, compreendi que precisava de interesses pessoais. Não decidira ainda qual seria a minha vida. Não acabara de evoluir. Levei dez anos para descobrir (FRIEDAN, 1971, p. 64).

A autora argumenta que as referências midiáticas reforçam a indução a modelos de “ser mulher”, efeito da política do sexo:

a imagem pública das revistas e anúncios destinava-se a vender máquinas de lavar, misturas de bolos, desodorantes, detergentes, cremes rejuvenescedores, tinturas de cabelo. Mas a força dessa imagem, pela qual firmas gastam milhões de dólares em tempo de televisão e espaço publicitário, provém do seguinte: a mulher americana ignora quem seja (FRIEDAN, 1971, p. 64).

Segundo Perrot, a administração orçamentária é o pivô desse novo ramo da economia política:

ao distinguir produção, reprodução e consumo. O homem assume a primeira e a mulher o terceiro, e cooperam na segunda. A concepção de uma economia doméstica feminina se desenha nos tratados do final do século XVIII e início do século XIX. Madame Gacon-Dufour, por exemplo, em seu famoso tratado de economia doméstica, dirige-se exclusivamente à dona de casa, encarregada do lar, enquanto as obras equivalentes dos séculos XVII e XVIII falavam “dono de casa” como um verdadeiro chefe de empresa rural. Essa linguagem da empresa, da “ciência” doméstica e da dona de casa como uma verdadeira “patroa” se desenvolve no século XIX, tanto na Inglaterra como na França. A administração do orçamento é o pivô desse novo ramo da economia política. Mais tarde, no século XX, com a eletricidade e as “artes domésticas”, a dona de casa se tornará uma espécie de engenharia, comandando as máquinas de uma cozinha-fábrica (PERROT, 2017b, p. 188).

Perrot declara ainda que no século XX, essa economia política é exercida também na cidade: tanto as mulheres burguesas quanto as operárias ganham soberania da esfera autonomizada da mercadoria, “decidindo as compras, a difusão do gosto, o sucesso da moda, motor da indústria essencial, o têxtil, reinando sobre o consumo”. Em razão disso, emerge o grande símbolo desse poderio: “a linguagem publicitária que se dirige primeiramente a ela; os Grandes Magazines, espaço feminino por excelência, seu reinado” (PERROT, 2017b, p. 188).

Ao longo de sua história, os debates feministas têm avançado para a análise de uma série de categorias que lhe serviam como base, a saber: mulher, patriarcado, opressão e identidade femininas. Há, sobretudo, “a fratura do mito da identidade unificada e unificante” (SPARGO, 2006, p. 31), e, apesar dos impasses⁴⁷ em suas abordagens, o problema central se volta para o Gênero, especialmente à naturalização das relações de subordinação como um processo biológico.

De acordo com Avelar (2001), por constituir-se como um “conjunto estruturado de ideais que guiava a ação política”, o feminismo representou um elemento crucial na construção de identidades políticas femininas. Voltada para a ação do sujeito na relação social, o feminismo difundia o pensamento de que o indivíduo ao reconhecer-se se atribui uma identidade social “que é muito mais duradoura e necessária a qualquer ser humano, porque significa uma ‘imagem de si’ construída no processo social de reconhecimento recíproco realizado na experiência intersubjetiva da ação social”. Com o amadurecimento da “consciência feminina”, identidades coletivas foram-se adensando, reconhecendo-se como sujeitos de múltiplas opressões. Por opressão, Young (1988, 1989 *apud* AVELAR, 2001, p. 25) entende certas situações vivenciadas pela maioria dos membros de um grupo, caracterizadas por:

- 1) o benefício de seu trabalho e energia vai para outros grupos que não os beneficiam reciprocamente;
- 2) são excluídos das atividades sociais maiores, relegados a um outro lugar, marginalizados;
- 3) têm pouca autonomia sobre si mesmos, vivendo ou trabalhando sob autoridade de outros;
- 4) sofrem violência;
- 5) não têm a oportunidade de expressar suas vivências e perspectivas.

⁴⁷ O movimento não caracteriza uma voz uníssona, é por isso que alguns estudiosos falam em feminismos, movimento em curso e constantemente plural, que tem passado por mutações epistemológicas (como exemplo, as discussões sobre interseccionalidade entre gênero, raça e classe), dada a complexidade das relações sociais que o permeiam e a pluralidade de vozes constituintes do movimento.

Uma identidade política capta as dificuldades e experiências comuns, dando-se conta de que o pessoal é político e social, e ajuda a desmistificar a existência de uma cidadania universal igualmente desfrutada por todos. Apesar de assumir a noção de uma cidadania diferenciada, o feminismo insere-se na luta pela democratização de uma sociedade, pois é o direito de voz dos grupos marginalizados que reivindicam e oferecem mudanças aos paradigmas e as desigualdades sociais.

Um desses grupos que desestabilizou o feminismo até então branco e de classe foi o movimento de mulheres negras, que trouxe à tona a problematização de como hierarquias de Gênero se traduzem na raça, na classe e conseqüentemente no cotidiano do povo negro. Alguns acontecimentos que marcaram a ascensão da identidade negra no Brasil foram: Fundação do Movimento Negro Unificado e Lançamento do Manifesto Nacional da Consciência Negra, em 1978; Reconhecimento Oficial de Zumbi dos Palmares como herói nacional no panteão dos Heróis da Pátria, em 1996; Primeira lei de cotas raciais para ingresso nas universidades do Estado do Rio de Janeiro, 2002; Criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) Brasília, em 2003; Implantação da Lei que inclui no currículo da rede de ensino a disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira, em 2003; Estabelecimento do Dia Nacional de Consciência Negra, em 2003; Criação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010.

Com essas transformações, o movimento atual analisa as práticas de discriminação de Gênero, mas também as formas de resistência como modos de exercício de poder. Tal compreensão retira as mulheres da posição de vítima e a repensa como sujeitas da ação. Muitos coletivos são formados com fins na “autorreflexão” ou “autoconsciência” para o autoconhecimento, reflexão sobre suas dificuldades, experiências, aspirações ou frustrações, e, sobretudo, para as transformações de suas vidas.

2.2. Direito ao voto feminino no Brasil

Na compreensão da ascensão histórica da condição das mulheres⁴⁸ no Brasil, podem ser antecipadas três disposições de leitura que estão associadas entre si: i) uma história de intensa imposição da classe ou política dominante a fim de perpetuar o seu controle social e poder econômico; ii) fixação de dispositivos de controle que objetivaram regular a participação das mulheres na sociedade; iii) estratégias de resistência que construíram singularidades e cooperaram para os modos de inserção de mulheres na política. Com base nisso, para se chegar ao direito ao voto feminino no Brasil, é importante ressaltar os itinerários por meio dos quais as mulheres, paulatinamente, foram-se constituindo participantes sociais de modo a interferir na História do país.

Ressalta-se que, muitas vezes, as fontes e as bibliografias sobre a temática permaneceram escassas. A esse respeito, a historiadora brasileira Del Priore afirma que são raras as obras gerais que trazem a narrativa da mulher brasileira – sublinha-se que, em razão da diversidade que compõe o Brasil e das diferenças em relação às próprias mulheres, uma identidade de mulher brasileira se torna um projeto cada vez mais inatingível –, sendo essa história geralmente construída de recortes que vão de artigos a pequenos trabalhos. De modo a constatar que:

a mulher na história do Brasil tem surgido recorrentemente sob a luz de estereótipos, dando-nos enfadada ilusão de imobilidade. Autosacrificada, submissa sexual e materialmente e reclusa com rigor, à imagem da mulher de elite opõem-se a promiscuidade e a lascívia da mulher subalterna, pivô da miscigenação e das relações inter-étnicas que justificaram por tanto tempo a falsa cordialidade entre colonizadores e colonizados (DEL PRIORE, 1992, p. 11).

De acordo com Teles (1999), antes da colonização, os papéis desempenhados pelos povos indígenas eram diferenciados, seus costumes permitiam relações monogâmicas e poligâmicas, algumas índias podiam ser “virtualmente escravas de seus esposos, outras podiam ser companheiras, ou simplesmente chefiar grupos”. Dessa forma, em algumas tribos as índias possuíam moradia e áreas de cultivo, e em outras eram propriedades dos índios, cabendo a elas a plantação e a colheita. O amparo ao parto era responsabilidade de homens e mulheres. Depois de gerados, os filhos eram carregados nas costas das mães, que continuavam suas atividades.

⁴⁸ E, neste tocante, é imprescindível assinalar que não existiu, assim como não existe, um tipo absoluto de mulher, pois prevalece à diversidade em detrimento de uma unidade, seja relacionada à raça, classe, religião etc.

Em meados do século XVI, com a chegada dos jesuítas ao Brasil, por efeito de “transformar os selvagens⁴⁹ em homens cristãos”, sob o regime dos colonizadores, as índias passaram a ter a função de domésticas, concubinas ou esposas, enquanto os homens serviam para o trabalho escravo, por meio da força. Teles (1999, p. 17) ressalta que a capacidade erótica das mulheres indígenas foi paulatinamente silenciada, já que estas passaram a ter a função sexual-reprodutora dissociada do prazer.

Por ser a travessia do Atlântico deveras penoso, e como as mulheres brancas estavam em menor número, o padre Manuel da Nóbrega escreveu à Coroa portuguesa solicitando o envio de “mulheres órfãs e de toda qualidade, até meretrizes”. A miscigenação de brancos com negras e índias, segundo Teles, pode ter contribuído para elevar o status da mulher ou “genitora branca” (DEL PRIORE, 1992, p. 33), que estava em menor número e compunha, em parte, a classe dominante. Além disso, vale notar que não era preocupação das autoridades coloniais a disciplina moral, já que se solicitava a vinda de meretrizes, e, sobretudo, o Brasil tinha índices de concubinato altíssimos na época. Todavia, segundo Del Priore, o que alguns historiadores leem como rotinização da luxúria pode ser interpretado como uma “saudável alternativa de vida de uma sociedade capaz de adaptar-se a condições econômicas e culturais particulares, e conviver com elas” (DEL PRIORE, 1992, p. 34).

A população da Colônia era explorada em benefício do nascente capitalismo europeu, e o poder da tomada de decisões emanava dos colonizadores. Nesse panorama, os casamentos eram arranjados; a mulher branca casava-se muito jovem e o marido, geralmente mais velho, era escolhido pelo pai, assim a mulher da classe dominante tinha o papel de esposa e mãe dos filhos legítimos dos senhores. Leitura, escrita e contas eram parte da instrução dos homens, quanto a elas destinavam-se o cuidado com as crianças, a direção dos trabalhos das escravas e determinados exercícios do lar, tais como a tecelagem, bordados e o cuidado com o pomar. Essas eram as práticas comuns à época, e se houvesse sinais de rebeldia, a menina deveria ser encaminhada ao convento.

Conforme Teles (1999), a educação estava ao cargo da igreja Católica, a qual significava as suas práticas pedagógicas a partir da ideologia patriarcal, visto que “Adão

⁴⁹ Relatos da época afirmavam que os índios não tinham alma ou religião, sendo que eles adoravam o deus sol, deus lua etc. Os povos indígenas tinham costumes diferenciados que, por não corresponderem aos da atmosfera portuguesa, eram negados.

foi induzido ao pecado por Eva e não Eva ao pecado por Adão. É justo que aquele que foi induzido ao pecado pela mulher seja recebido por ela como soberano”, afirmava Santo Ambrósio retomando o livro de Gênesis. Desse modo, a mulher tornava-se cada vez mais submissa ao conteúdo da sua educação, por isso deveria reproduzir a tradição e colaborar para manutenção das práticas vigentes.

Quanto às mulheres negras, estas podiam executar as mesmas tarefas dos homens, além de servirem de instrumento sexual para seus "senhores", os quais também podiam alugá-las para outros senhores, por meio do concubinato, comum na época. Fortaleceu-se a dupla exploração da mulher negra e escrava: pelo sexo e pela classe. Para evitar que seus descendentes também fossem escravizados, muitas mulheres praticavam o aborto ou até mesmo matavam o(a) filho(a) recém-nascido(a)⁵⁰.

Em razão da resistência à condição de escravos, foram criados os quilombos, que se proliferaram pelo território brasileiro. Sendo o maior deles o quilombo dos Palmares, composto em sua maioria por homens, pois a política de tráfico negreiro priorizou o homem negro. Avalia-se que havia uma proporção de cinco homens para cada mulher, em razão disso formou-se a família poliândrica⁵¹.

Com o propósito de tornar o Brasil independente de Portugal, as mulheres continuavam a participar de movimentos organizados. A princesa guerreira filha do rei do Congo (na África), a negra Aqualtune liderou dez mil guerrilheiros para defender o império de seu pai, mas, após a derrota, foi vendida como escrava para o Brasil e viveu em Pernambuco, onde foi uma das fundadoras do quilombo dos Palmares, mesmo sendo as mulheres minoria. Zumbi dos Palmares era o seu neto, o qual se casou com Dandara, uma das guerreiras dos Palmares. A biografia de Dandara é marcada por incertos registros historiográficos, sabe-se que, após ser presa, suicidou-se, para não voltar à vida de escravidão, um ano e nove meses antes da morte do marido.

Teles menciona que a participação da mulher na Colônia dependia do vínculo político, pois houve tanto aquelas que apoiavam os colonizadores quanto as que se

⁵⁰ Naquele período, a igreja no Brasil não discutia a problemática do infanticídio, muitas outras questões também estavam fora de vista, pois a moral (ou a falta dela) não era um problema.

⁵¹ O *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa* define poligamia como casamento de uma pessoa com vários cônjuges ao mesmo tempo (AULETE, 2011, p. 1081), a poliandria é descrita como o casamento de uma mulher com mais de um homem ao mesmo tempo (AULETE, 2011, p. 1080).

comprometiam com os ideais dos colonizados, embora a história oficial quase sempre atribua a estas últimas traços negativos como a loucura e prostituição, no sentido de desqualificá-las, como exemplos: Chica da Silva, Marília de Dirceu, Heliadora, entre outras. Das classes dominantes, a pesquisadora Fonseca-Silva (2012) destaca Ana Pimentel, procuradora dos negócios do marido Martim Afonso de Sousa, donatário da Capitania de São Vicente, por mais de uma década; Brites Mendes de Albuquerque, esposa de Duarte Coelho Pereira, donatário da Capitania de Pernambuco, governada por ela a partir de 1554; e Luisa Grimaldi, esposa de Vasco Fernandes Coutinho Filho, donatário da Capitania do Espírito Santo, a qual ela comandou a partir de 1589.

Mais tarde, dentre os acontecimentos do período imperial (1822-1889)⁵², tem-se o ocorrido no ano de 1835: a quitandeira Luísa Mahin, que durante o tempo de trabalho como dama de companhia da filha de seu senhor aprendera a ler e escrever, tornou-se referência negra de uma das lideranças da Revolta dos Malês (maior rebelião de escravos na Bahia do século XIX), em Salvador. Servindo-se de seu trabalho como quitandeira, Luísa escrevia mensagens em árabe para outros rebeldes, valendo-se de meninos que simulavam a compra de iguarias para enviar esses bilhetes. O levante foi delatado, mas, segundo Schumacher & Ceva (2015, p. 16), caso isso não tivesse acontecido, Luísa seria empossada “rainha da Bahia Rebelde”. Esse movimento de inconformismo despertou os estados brasileiros a adotarem medidas restritivas para controlar o livre movimento das quitadeiras. Na São Paulo do século XIX, essas trabalhadoras ficaram impedidas de ultrapassar os limites da cidade, a partir da obrigatoriedade do fechamento de suas quitandas após a oração de Ave-Maria, às 18h. Um dos raros fragmentos sobre Luísa veio das palavras do filho que tivera com um português, Luís Gama (1830-1882), poeta, jornalista, orador e Patrono da Abolição da Escravidão no Brasil⁵³:

Sou filho natural de negra africana, livre, da nação nagô, de nome Luísa Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa, magra, bonita, a cor de um preto retinto, sem lustro, os dentes eram alvíssimos, como a neve. Altiva, generosa, sofrida e vingativa. Era quitandeira e laboriosa (GAMA *apud* SCHUMACHER; CEVA, 2015, p. 19).

⁵² Cronologia histórica e legislativa do Brasil. Fonte: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/cronoindice.html>>. Acesso em: 05 Jan 2019.

⁵³ Declarado por intermédio da Lei Nº 13.629, de 16/01/2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13629.htm>. Acesso em: 11 Jan 2019.

Ao longo da história do Brasil, mulheres sempre se fizeram presentes e lutaram por igualdade, ainda que muitas tenham sido invisibilizadas e levadas à inexistência. Um nome sobejamente conhecido e que teve na escrita sua estratégia de resistência é o de Maria Firmina dos Reis, nascida em São Luís do Maranhão, em 1822. A escritora começou a ser valorizada somente a partir do século XX, quando especialistas em literatura brasileira passaram a considerar *Úrsula* o primeiro romance brasileiro. Publicado em 1859 sob o pseudônimo Uma maranhense, o romance aborda a questão da escravidão no Brasil. Segundo Schumacher & Ceva (2015), a educadora e romancista dedicou-se a publicar artigos e poesias em jornais locais, e compunha músicas para folclores populares. Também foi autora do romance *13 de maio* e do conto *A escrava*, e fundou, numa atitude pioneira para a época, uma escola mista e gratuita para crianças pobres em sua cidade natal.

Disso, depreende-se que a participação de mulheres foi essencial na história da política formal brasileira, mesmo na ordem dos colonizadores, como Dona Maria I⁵⁴ que, em 1734, ao nascer, recebeu o título de “princesa do Brasil” e foi a primeira mulher proclamada rainha em Portugal. Conhecida como “a piedosa” ou “a louca”, ela governou de fato durante quinze anos (de 1777 a 1792), quando foi declarada mentalmente incapaz.

Se Dona Maria I é lembrada pelo intelecto dúbio, com Carlota Joaquina, que aos dez anos de idade casou-se com o príncipe Dom João de Portugal, as críticas se multiplicam ao ponto de atrair para si apenas a desmoralização, sendo muitas vezes descrita de modo pejorativo, pois não se encaixava no modelo de mulher criado para a época. De acordo com Schumacher & Ceva (2015), Carlota Joaquina era tida como sensual, questionadora, extravagante, e é sempre situada ao lado de um rei frágil e bondoso.⁵⁵

⁵⁴ Uma curiosidade que vigora até hoje é o ditado popular “Maria vai com as outras”, que tem sua origem do hábito de dona Maria I passear com suas damas de companhia, assim tornou-se figura folclórica em Santa Teresa (RJ) e, posteriormente, no restante do Brasil.

⁵⁵ É válido lembrar que citar alguns aspectos da vida de mulheres e homens que viveram complexidades e dilemas próprios de uma sociedade distinta é um trabalho demasiado incerto, porque mesmo as biografias não são capazes de abarcar todos os acontecimentos de uma vida ou a atmosfera precisa de determinado período. Portanto, está-se fazendo um sobrevoo, um recorte, mas reconhece-se a existência de outras minúcias e peculiaridades que porventura podem estar de fora do texto, apesar de optar-se pela prudência na seleção dos textos.

Um nome subsequente é o de Leopoldina de Habsburgo-Lorena, coroada a primeira imperatriz do Brasil. Sua presença nos negócios do país é considerada decisiva para a defesa da soberania do Brasil, pois foi corresponsável pela vinda de cientistas naturalistas na catalogação da flora, fauna e mineralogia do território brasileiro. Além disso, fundou o Museu de História Natural, presidiu a sessão do Conselho do Estado na qual deliberou a separação entre os dois reinos e conseguiu o registro da assinatura de todos os ministros da ata. Foi diante disso que, cinco dias depois, Dom Pedro I declarou oficialmente a Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822. Posteriormente, no dia 1º de dezembro de 1822, Leopoldina é coroada imperatriz do Brasil. Enquanto o imperador se encontrava no Rio Grande do Sul, Leopoldina chegou a assumir temporariamente a regência do país, mas faleceu no mesmo ano (1826).

De acordo com Avelar (2001), antes da Independência, nas primeiras eleições feitas para compor as Cortes de 1821, as leis adotavam o voto universal masculino. Todavia, a Constituição brasileira outorgada em 1824 elevou para 25 anos a idade mínima para votar, além de excluir os criados, introduzir o critério de renda (que em 1846 passou para o dobro da quantia exigida até então). Em 1881, a Câmara proibiu o voto do analfabeto⁵⁶, e apenas o funcionário público poderia votar. Assim, foi reduzido o índice de participação nas eleições. Para Avelar (2001), a discriminação era visível, já que a Constituição de 1891 retirou um “dispositivo” que conferia ao Estado a obrigatoriedade em fornecer instrução primária.

Ainda no Império, Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon, que aos quatro anos de idade foi nomeada princesa imperial do Brasil, é uma referência de participação na política. A princesa Isabel, filha do regente Dom Pedro II, assinou a Lei Nº 2.040, chamada de Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, declarando livres todas as crianças nascidas após essa data, contudo, estas ainda assim estariam sob a tutela de seus senhores até atingirem a idade de 21 anos. Mais tarde, considerado o ato mais popular do império, a princesa assina a Lei Nº 3.353, conhecida como Lei Áurea (13 de maio de 1888), que extinguiu legalmente a escravidão no Brasil. Isso teve duas principais consequências: se por um lado agradou a população, por outro lado, foi alvo de protestos por parte da aristocracia

⁵⁶ Segundo Avelar (2001, p. 16), justificavam-se que o analfabetos não deveriam ter direito ao voto, pois como não sabiam escrever, isso favorecia o falseamento, a manipulação e também a corrupção. Logo, defendiam, “em nome da lisura, o critério do ‘censo alto’, o dos eleitores escolarizados e de alta renda”.

rural, pois a lei que abolia imediatamente a escravidão em todo território nacional, era motivo de acusação de perda de “bens” por tais aristocratas. É importante pontuar que em muitos países, a escravidão já tinha sido extinguida, por ser criticada em seus aspectos morais e sociais, sendo caracterizada como exploração e abuso de poder. No Brasil, os movimentos abolicionistas e a intensificação das revoltas foram alguns dos motivos para a assinatura da “Lei Áurea”. Por esse feito, a princesa Isabel foi condecorada pelo papa Leão XIII – que já havia pressionado o Brasil por seu sistema escravagista – com a Rosa de Ouro, e deixou a regência popularmente aclamada como “a redentora”.

Todavia, antes mesmo da Lei Áurea, algumas mulheres criaram organizações destinadas à causa abolicionista, como a “Sociedade das Senhoras Libertadoras” ou “Cearenses Libertadoras” (1882), presidida por Maria Tomásia Figueira. Fonseca-Silva destaca (2012, p. 188) Elisa de Faria Souto, Olímpia Fonseca e Filomena Amorim que, em 1884, fundaram a associação “Amazonenses Libertadoras” e alcançaram o objetivo de emancipação dos escravos do solo amazonense em 1887, um ano antes da Lei Áurea.

É provável que a Lei Áurea⁵⁷ seja a lei mais famosa do Brasil e, embora tenha sido aprovada pelo Parlamento, sua votação não foi unânime. De acordo com o senado⁵⁸, cinco senadores e nove deputados votaram pela derrubada do projeto. Seguem trechos importantes do discurso por eles endossado: 1) O senador Barão de Cotegipe (BA), principal líder da bancada escravagista discursou: — *A Constituição, as leis civis, as eleitorais, as de impostos etc., tudo reconhece o escravo como propriedade. Mas, de um traço de pena, legisla-se que não existe mais tal propriedade, que tudo pode ser destruído por meio de uma lei, sem atenção a direitos adquiridos? Daqui a pouco se pedirá a divisão dos latifúndios, a expropriação, por preço mínimo ou de graça. Esperem. O primeiro passo é o que custa a dar, depois...* 2) O senador Paulino de Souza (RJ), latifundiário do Vale do Paraíba (região entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro), declarou: — *O elemento servil é o único trabalho organizado em quase todo o país, inclusive na extensa e rica zona das margens do Rio Paraíba, que tem sido nestes*

⁵⁷ Em 2019, a Lei Áurea completa 131 anos. Isto significa que o Brasil tem apenas 131 da abolição da escravidão, logo, há três gerações as pessoas negras foram legalmente libertas no país, e a discriminação ainda hoje permanece explícita ou velada.

⁵⁸ Senado notícias – arquivos. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivos/senado-e-camara-aprovaram-lei-aurea-em-5-dias>>. Acesso em: 12 Jan 2019.

últimos 50 anos a oficina da riqueza nacional. Eu, ligado por muitos laços com os outros produtores da região, tenho o dever de colocar-me na resistência, em defesa de tamanhos e tão legítimos interesses, que entendem tanto com a fortuna particular como com a ordem econômica e financeira do Estado.

Schumacher & Ceva (2015) contam que o barão de Cotegipe esteve na multidão que cumprimentou a princesa Isabel, e, logo depois de beijar-lhe a mão, disse-lhe: “Vossa majestade redimiu uma raça, mas acaba de perder o trono”. A monarquia não só tinha perdido o apoio dos fazendeiros donos de escravos, como também de oficiais militares. No ano seguinte, em 15 de novembro de 1889, sucedeu-se o golpe de estado republicano, posto que o Marechal Deodoro da Fonseca ao lado de um grande exército proclamara a república e depôs Dom Pedro II. Assim, a família real foi banida do Brasil. Em seu exílio, questionada sobre a Lei Áurea, Isabel declarou: “Quantos tronos houvesse a cair, eu não deixaria de assiná-la”.

Segundo os arquivos do senado notícias, mediante os estudos do historiador Bruno Antunes de Cerqueira, presidente do Instituto Cultural Dona Isabel I, constatou-se que, na realidade, havia resistência à princesa como herdeira da Coroa, por ser mulher, religiosa, liberal e casada com um estrangeiro (o francês Conde d’Eu). Por isso:

Num cálculo político, a princesa apostou na abolição como a medida que sedimentaria o seu reinado. Quis mostrar que era, sim, forte e capaz de tomar decisões importantes para o país. Ela indicava que, como imperatriz, continuaria com as medidas abolicionistas e integraria os ex-escravos à sociedade. Isso afrontava a elite agrária. O golpe de 1889 não foi contra o reinado de Pedro II, mas contra o futuro reinado de Isabel.⁵⁹

Diante do exposto, vários pormenores chamam a atenção. A própria igreja Católica, intermediada pelo papa, que se manifesta contra a escravidão, havia sido responsável por instituir a catequização como modos de detenção de poder sobre os índios, tornando-os dóceis para a subserviência, a partir da exploração de seus bens, de suas terras e de sua força de trabalho. Observa-se também que, no caso da votação da Lei Áurea, a moralidade não é tomada por parte de alguns políticos como parâmetro para a legalidade, por isso a escravidão do ser humano pelo ser humano foi permitida

⁵⁹ Senado notícias. *Senado e Câmara aprovaram Lei Áurea em 5 dias*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/senado-e-camara-aprovaram-lei-aurea-em-5-dias/senado-e-camara-aprovaram-lei-aurea-em-5-dias>>. Acesso em: 12 Jan 2019.

em termos legais. Assim, as próprias leis puderam servir de respaldo para a contestação do projeto de libertação das pessoas escravas, como o fez o senador Cotegipe, na época.

Desde o início do Brasil Colônia, era vedado às mulheres, às pessoas negras e indígenas o acesso à educação, sendo de domínio restrito aos homens brancos que compunham a classe dominante. Porém, com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, gera-se impacto nos padrões de comportamento da elite brasileira, que passa a seguir a realeza como modelo, principalmente na educação. Muitas escolas direcionadas às meninas brancas foram fundadas, seus conteúdos eram sobretudo voltados para as atividades domésticas⁶⁰. Com a aprovação da Constituição brasileira de 1824, conforme o artigo 179, o ensino tornou-se gratuito e deveria contemplar todas as cidadãs e todos os cidadãos. Para ser considerado um cidadão era preciso ter posses, por isso os mais pobres eram impedidos de votar. Na mesma época, quatro poderes foram instituídos: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador⁶¹ (composto pelo imperador e seus conselheiros, com a função de interferir nos demais poderes).

Segundo Schumacher & Ceva (2015, p. 38-39), no século XIX, com a permissão para estudar, as mulheres que tinham o privilégio do ensino privado participavam da imprensa feminina e reivindicavam a emancipação moral e a educação pública para todas as mulheres. Como registros dessa intensa produção, têm-se os jornais: *Espelho das Brasileiras* (PE/1831); *Belona* (RS/1833); *O Jornal das Senhoras* (RJ/1831); *O Bello Sexo* (RJ/ 1862); *O Sexo Feminino* (MG/1873); *A Família* (SP/ 1888), entre outros. Conforme Avelar (2001, p. 18), a maioria dos jornais era organizada por senhoras de alta classe que tinham a intenção de ser “úteis à sociedade”.

Elas ainda não tinham o direito do sufrágio, pois se difundia a ideia de que a vida pública desvirtuaria as mulheres de suas atividades domésticas, da vida privada e da criação dos filhos. Ditos populares da época reforçavam a ignorância em torno das mulheres e pessoas escravizadas: “Mulher que sabe latim não tem marido e nem bom fim”, “Escravos que sabem ler acabam querendo mais do que comer”. A lei de Instrução Pública, de 1827, amparava o ensino para as meninas, desde que este se desse nos

⁶⁰ Nesse esteio, educava-se para o matrimônio, visto que este era um negócio entre as famílias, para as quais estudar representava aumentar o dote para o casamento.

⁶¹ Com a promulgação da Constituição da República de 1891, o poder Moderador foi dissolvido. Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário se sedimentaram e se harmonizavam entre si.

moldes da domesticização. Conforme Porto (*apud* SCHUMAHER; CEVA, 2015, p. 42):

Quando, em 1827, se discutiu, no Senado, projeto de lei sobre as escolas de primeiras letras, o marquês de Caravelas chegara a sugerir emenda segundo a qual as mestras deveriam ensinar às meninas somente as quatro operações e não “as noções de geometria prática”. Propunha a redução do estudo das meninas a ler, escrever e contar, condenando a “frívola mania” das mulheres de se aplicarem a temas para os quais parecia que a natureza não as formara (...).

Foi com base nesses preceitos que muitas escolas foram fundadas, privilegiando o ensino dos meninos em detrimento do das meninas⁶². Todos os quatro poderes da época (Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador), por meio de suas leis, orientavam a educação das mulheres à esfera privada, também as igrejas, escolas e as a maior parte das famílias se articulavam para que o regime patriarcal continuasse em vigor. Somente a partir de 1879 foi permitido às mulheres o acesso aos cursos superiores, porém, sob muitas restrições. As candidatas casadas deveriam apresentar uma licença concedida por seus maridos, e se solteiras esse documento deveria ser expedido pelos pais. Fora o magistério, um dos poucos cursos a admitirem mulheres foi o curso de parteiras da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, porque historicamente a tradição de partejar era exercida por elas.

Diante do exposto, pode-se formular a seguinte pergunta: Como as mulheres passaram do não visível às urnas? No começo da década de 1920, o movimento feminista agitava as estruturas de poder e gerava impacto em vários países do mundo. Em 1922, com a *Semana de Arte Moderna*, movimento que reuniu artistas plásticos, músicos, poetas e escritores, trouxe mudanças favoráveis às pretensões das mulheres, pioneiras ao usarem técnicas que não eram adequadas a elas.

Ressalta-se que, com a extensão do ensino superior às mulheres, muitas delas tiveram acesso à educação no exterior, e quando retornaram lutaram pelos direitos das mulheres, reivindicando principalmente direitos políticos. Em fins do século XIX e início do século XX, as ativistas que se mobilizaram pelo direito ao voto e a participação na política em geral ficaram conhecidas como sufragistas. Todavia, muitas mulheres já haviam lutado em defesa do fim da escravidão no país antes mesmo de se

⁶² Seguindo um movimento contrário, a maranhense Maria Firmina dos Reis e a potiguar Nísia Floresta burlaram as leis patriarcais e também escravistas e fundaram escolas mistas.

denominarem feministas. Como exemplo, tem-se Narcisa Amélia (RJ), primeira mulher jornalista, a qual obteve grande projeção com artigos em defesa da democracia, da instrução do povo, abolição da escravatura, e defesa dos direitos das minorias. Em 1885, Isabel de Souza Matos, dentista-cirurgiã, também chamou a atenção quando resolveu pleitear o direito ao voto, amparada pela Lei Saraiva Nº 3.029, de 9/1/1881, que estabelecia como eleitores quem tivesse títulos científicos, mas não pôde exercer o direito ao voto porque, com o advento da República, seu pedido foi julgado improcedente: fossem educadas ou não, a Lei Saraiva não autorizava o direito de voto às mulheres (SCHUMACHER; CEVA, 2015).

As mulheres jamais cessaram as suas lutas. Mesmo não podendo votar, Isabel Dillon (BA) apresentava-se, em 1890, como candidata a deputada na primeira Constituinte republicana. Para tal, respaldava-se na lei eleitoral de fevereiro de 1890 que estabelecia o voto direto para maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever, sem referência explícita ao sexo. Ao final, não conseguiu sequer se alistar para votar. Embora a exclusão das mulheres não fosse declarada em lei, permanecia o entendimento de que a esfera política não era “lugar de mulher”.

Segundo Schumacher & Ceva (2015, p. 54), a primeira Constituição da República, de 1891, foi aprovada conforme os interesses das oligarquias rurais; com base nela, a maioria da população não podia votar, já que não era alfabetizada. Além disso, o voto não era secreto, e isso facilitava aos barões e coronéis do café o controle das campanhas eleitorais dos candidatos e impedia o exercício autônomo das escolhas políticas. As leis beneficiavam exclusivamente os indivíduos homens de certo *status* social, considerando a ascensão de suas posições e privilégios. As leis focalizavam a “habilidade de tratar com a cultura escrita”, por isso indivíduos sem escolaridade dificilmente podiam exercer seus direitos civis. Avelar (2001) afirma que a educação universal só foi introduzida quando as próprias elites assim decidiram, considerando a educação um dever de autocivilização, ao transmitir a todos a herança cultural nacional.

Sobre a reivindicação ao direito ao voto feminino no Brasil, observa-se que sua mobilização não contou com participação de massas, comparado com a França, Estados Unidos ou Inglaterra. Iniciou-se em 1910 com a fundação do Partido Republicano Feminino, pela professora Deolinda Daltro e outras feministas, no Rio de Janeiro. A

educadora e ativista baiana mudou-se para o Rio de Janeiro, cidade em que viveu com os cinco filhos separada do marido. Propôs a alfabetização dos povos indígenas, mas era constantemente ridicularizada pela imprensa por suas ideias “vanguardistas”.

Em 1919, publicações como *Nosso Jornal* ou *Revista Feminista* (1915-1927) dirigiam-se às mulheres de classe média urbana, opondo-se ao “feminismo radical” (HAHNER, 1990 *apud* AVELAR 2001, p. 19), reforçando a ideia de que a casa era o lugar das mulheres, e não a política. A ativista feminista, bióloga e política brasileira Bertha Lutz, nascida em São Paulo, após sete anos de estudos na Europa, conclui a licenciatura na Faculdade de Ciências da Universidade de Paris e retorna ao Brasil, defendendo a independência das *suffragettes* brasileiras. Publicou um artigo intitulado “Somos filhos de tais mulheres”, sob o pseudônimo de Iracema, conclamando as mulheres a fundarem uma associação em torno de seus direitos. Criou a Liga Nacional de Mulheres Eleitoras, com a qual o *Pan American Women’s International Committee* – Comitê Internacional Pan Americano de Mulheres – colaborava. A Federação Brasileira para o Progresso Feminino, fundada em 1922, filiada à *International Woman Suffrage Alliance*, também impulsionava o movimento pela conquista do voto das mulheres.

De acordo com Avelar (2001), o perfil das *suffragettes* era de mulheres médicas, dentistas, advogadas, escritoras, arquitetas, escultoras, poetisas, pintoras, uma aviadora famosa (Arlete), engenheiras civis, cientistas, funcionárias públicas, parentes de políticos da alta elite, o que reforçava as reivindicações do grupo como grupo de elite, por esse motivo foram acusadas de não lutarem pelos direitos da classe operária. Ainda assim, eram acusadas de pertencerem ao “terceiro sexo”, “carentes de charme feminino, históricas, *declassées*”. Já as autoras Schumacher & Ceva (2015, p. 53) são contrárias a esse ponto de vista afirmando que “estava sim na ordem de preocupações do nascente movimento feminista”, segundo obtiveram em várias fontes.

Em 1927, Juvenal Lamarte, candidato à presidência do Estado do Rio Grande do Norte, inclui no código eleitoral de seu estado a concessão dos direitos políticos às mulheres e invoca mudanças na Constituição Federal em favor delas. Aprovada a nova Lei Eleitoral do Rio Grande do Norte, tornaram-se as primeiras eleitoras do Brasil Celina Guimarães Viana e Júlia Alves Barbosa. Além disso, segundo Avelar (2001), o candidato “apoiou e elegeu” a candidata da filha de um chefe político em Lages para o

cargo de prefeita daquele município. O mais provável é que a cientista política esteja se referindo à Alzira Soriano, eleita prefeita de Lages (RN), em 1928, com 60% dos votos, e tornando-se a primeira prefeita da América Latina. Schumacher & Ceva (2015, p. 65) afirmam que, com a derrota, seu adversário sentiu-se tão humilhado que deixou o estado. Sua vitória repercutiu em jornais como o *New York Times*, que declarava a campanha como fruto da influência do movimento sufragista norte-americano no Brasil. Em 1945, Alzira Soriano candidatou-se à Câmara Municipal pela União Democrática Nacional (UDN) e reelegeu-se vereadora por mais dois mandatos.

O primeiro país da América Latina a conceder o sufrágio feminino foi o Equador, no ano de 1920. Já no Brasil o direito viria por decreto do presidente Getúlio Vargas, a 24 de fevereiro de 1932, através do Decreto nº 21.076 do Código Eleitoral Provisório, que concedia o direito de voto às mulheres casadas que tivessem autorização dos maridos, e algumas solteiras e viúvas, desde que tivessem renda própria. Em 1934⁶³, a Assembleia Nacional Constituinte eliminou as restrições anteriores e passou a permitir o voto feminino desde que exercessem funções remuneradas em cargos públicos. Ainda em 1934, a primeira deputada eleita para a Câmara dos Deputados foi Carlota Pereira de Queiroz (SP). Com a ditadura da era Vargas (1937-1945), somente em 1946 foi instituída efetivamente a obrigatoriedade plena a todas as mulheres. No entanto, até por volta de 1950, a maioria dos partidos permanecia fechada às representações de mulheres, e estas alegavam que eram excluídas dos debates políticos importantes e de processos decisórios, exercendo papéis secundários. Sobre isso, discutir-se-á com mais detalhes a seguir.

2.3. Participação das mulheres na política partidária brasileira

O ritmo de mudanças políticas no Brasil foi lento, principalmente em relação aos direitos de cidadania, a luta das mulheres serve de exemplo, pois vagarosamente elas foram sendo incorporadas como cidadãs em um movimento de democratização da sociedade. Lê-se democratização como um processo em curso que, conforme Tilly

⁶³ Segundo o livreto “+Mulheres na Política” (2016), em homenagem à data, a então presidenta Dilma Rousseff incluiu, em 2015, no calendário oficial brasileiro, o Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil, comemorado no dia 24 de fevereiro.

(*apud* AVELAR, 2001, p. 18), só se efetivará em políticas públicas de “igualação” quando todo e qualquer indivíduo for beneficiário dos direitos de cidadania, independentemente do sexo, etnia, raça, nacionalidade e situação social. Sobre as concepções de cidadania, Avelar (2001) afirma que há um relativo consenso em torno da proposta do sociólogo britânico Thomas H. Marshall (1964), que identificou três tipos básicos de realidade de cidadania: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Sendo cada um especificado do seguinte modo:

Os direitos civis referem-se à conquista da liberdade pessoal, a liberdade de palavra, pensamento e fé, o direito à propriedade e a contrair contratos válidos, além do direito à justiça; os direitos políticos referem-se ao direito de voto e ao direito de acesso a cargos públicos; os direitos sociais vão do direito ao bem-estar econômico e à segurança mínimos, até o direito de participar inteiramente na herança social e a viver a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões prevalentes na sociedade (AVELAR, 2001, p. 13).

A cientista política Avelar (2001) detalha que em alguns países, entre os quais os da Europa Ocidental, a conquista dos direitos civis marcou o século XVIII, já a conquista dos direitos políticos se estendeu ao longo do século XIX, enquanto o século XX representa a conquista aos direitos sociais. No Brasil, bem como na maioria dos países da América Latina, durante longa data foram negados o direito civil básico de acesso à educação e o direito ao trabalho, em conformidade com normas legais. Por isso, na visão de Avelar, essa noção de “igualdade universal”, principalmente nos países da América Latina, pode ser considerada um mito, pois minorias como mulheres, negros, lésbicas e gays desfrutam de uma cidadania diferenciada, não têm direitos iguais. A esse respeito, Young (1989, *apud* AVELAR, 2001, p. 14) considera que a ideia de cidadania universal oculta as reais diferenças da fruição desigual dos direitos humanos, posto que a realidade revele muitas pessoas sob uma situação de opressão e de desvantagem. Em torno dessas desigualdades, instituições públicas como os tribunais e os parlamentos devem atuar na efetivação dos direitos de cidadania. Nesse sentido, cada país deve criar meios de administrar essa participação, por meio de normas e regras eleitorais.

No Brasil, uma das razões que introduziu o ingresso de outros indivíduos e grupos nos negócios públicos foi a ascensão do capitalismo, assim, novos critérios foram considerados para incluir novos eleitores, como o “discernimento” e a “independência”. Para Avelar (2001), a não-elite foi controlada, haja vista que elas

representavam um choque de interesses com a elite privilegiada. Ainda conforme a autora, só foi possível atender/visibilizar as demandas políticas de seguimentos minoritários com a estruturação de identidades políticas, o que traduzia “criar uma consciência de classe, com uma ideologia política estruturadora de ações”. Dessa maneira, foram criados sindicatos, movimentos, partidos, que “difundissem as imagens de uma sociedade dividida entre múltiplos interesses de classe” (PRZEWORSKI, 1989; REIS, 1989, 2000, *apud* AVELAR, 2001, p. 16). O entendimento era o de que uma identidade coletiva com “áreas de igualdade”, fundamentalmente centrada na luta por igualdade, é que as desigualdades poderiam ser negadas; para as mulheres, o feminismo representa esse movimento organizado. Todavia, partidos, em sua grande maioria conservadores, que não necessitavam de tal instrumento associativo, evitavam a percepção das desigualdades sociais (AVELAR, 2001).

A situação de vulnerabilidade de mulheres no mundo e no Brasil era monitorada por órgãos internacionais, detectando tal condição como efeito da falta de investimento em políticas públicas em torno das mulheres, e com isso orientava as ativistas brasileiras. O ativismo passou a se relacionar com as necessidades concretas, logo grupos marginalizados tiveram mais foco e reivindicavam uma “política da presença” (PHILLIPS, 1995 *apud* AVELAR, 2001, p. 23), através da qual a representação política da mulher foi de maior importância, considerando as clivagens de raça, de classe, de etnias (YOUNG, 1995 *apud* AVELAR, 2001, p. 23). Sua finalidade consistia na modificação do quadro da sub-representação política das mulheres, em defesa da representação substantiva, ao eleger mulheres conscientes de seus *status* social inferior na sociedade.

Da posição dos organismos internacionais cita-se a Conferência Mundial de Direitos Humanos que ocorreu em Viena em 1993, focada na reafirmação dos direitos humanos de mulheres como indissociáveis dos direitos humanos universais. Como produtora de indicadores sobre a participação de mulheres na vida pública, destaca-se a União Interparlamentar (*Inter Parliamentary Union – UPI*), organização aliada às Nações Unidas para a cooperação internacional e o fortalecimento das instituições representativas, as quais defendem em resolução sobre “Mulher e poder político” (*apud* AVELAR, 2001), em abril de 1992, que

o conceito de democracia só assumirá significado verdadeiro e dinâmico quando as políticas e legislações nacionais sejam decididas conjuntamente por homens e mulheres com equidade na defesa dos interesses e atitudes de um e de outros.

Desse modo, Avelar (2001, p. 37) declara que as recomendações da *Inter Parliamentary Union* apontam a necessidade de promover ações afirmativas que promovam a consciência política, o respeito ao princípio da igualdade nos partidos políticos, a participação em eleições, a divisão e compartilhamento das responsabilidades políticas. Além dessa entidade, a Convenção de 1952 reforçava tais ideários e defendia a participação de mulheres na representação política. Posteriormente, em 1960, a Convenção dos Direitos Políticos da Mulher enfatizou que todos os cidadãos e cidadãs devem fazer parte na direção das funções públicas, sem quaisquer distinções, para votar e ser votado, e ter acesso ao serviço público do país.

Um marco institucional e participativo no progresso das conquistas dos direitos humanos é a Conferência de Beijing em 1995, que recomendou cinco medidas prioritárias para os cinco anos posteriores, e teve como objetivo principal “desenvolver e institucionalizar os princípios da igualdade da mulher e potencializar o seu papel na sociedade, tendo presentes as particularidades nacionais e regionais e as diversidades históricas, culturais e religiosas” (AVELAR, 2001, p. 41). A Conferência, que registrou mais de 40 mil mulheres participantes, postulava, sobretudo, que os Estados têm a obrigação de proteger todos os direitos e liberdades fundamentais dos seres humanos, com programas que valorizem sua plena participação na vida política, considerando programas macroeconômicos que tomem o Gênero como referência. As estratégias da “Plataforma de Ação” da Conferência de Beijing são colocadas como uma referência jurídica que pode ser usada pelas mulheres de todo mundo em pequenas e grandes causas (AVELAR, 2001, p. 45). Com essas iniciativas, mudanças no *status* da mulher foram efetivadas, apesar disso, a participação na política ainda se mostra com lentidão.

A cientista política Avelar (2001) descreve dois canais de participação e representação política: os canais numéricos do poder e os canais corporativos do poder. Segundo a autora, os canais numéricos de participação política dizem respeito ao sistema eleitoral e partidário, corresponde aos partidos políticos e às eleições, compreendendo participação em comícios, doação de dinheiro para candidatos e/ou partidos, participação em campanhas, ocupação de cargos públicos, candidatura a

cargos eleitorais, e todas as atividades relacionadas às eleições e ao sistema de representação. Já os canais corporativos compreendem formas de envolvimento dos indivíduos em organizações voluntárias, no associativismo de modo geral. Neste tópico, discutir-se-ão os canais numéricos da representação política por meio do sistema eleitoral.

Das regras do sistema eleitoral brasileiro, resumidamente, conforme Avelar (AVELAR, 2001, p. 49), “a engenharia eleitoral” determina o seguinte:

Para os cargos executivos – presidente da República, senadores, governadores de estados e prefeitos –, serão conduzidos aqueles que obtiverem a maioria de votos na competição eleitoral. Os cargos legislativos – deputados federais e estaduais, e vereadores municipais – são regidos pela regra da proporcionalidade ou lei de representação proporcional (GIUSTI TAVARES, 1994). (...) o partido que obtiver o maior número de votos também será aquele que terá o maior número de representantes, tal legislação foi introduzida na Constituição de 1946, sob a inspiração do autoritarismo dos anos Vargas (1930-1945), e teve alguns de seus aspectos aprofundados por Geisel, em 1976, no período militar (1964-1985).

A autora completa que o texto original garantia a super-representação dos estados menos populosos, sendo os estados mais densamente urbanizados menos representados. Por isso a Constituição de 1988, em seu artigo 45, passou a determinar (*apud* AVELAR, 2001, p. 50):

A Câmara dos Deputados, bem como a representação por Estado e Distrito Federal, será estabelecida por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta deputados.

Sobre as consequências da regra proporcional para a representação feminina, a autora afirma que, por a maioria dos estados ter um contexto oligárquico e economia pouco diferenciada, organizações familiares são mais tradicionais, por isso a participação delas em movimentos sociais é baixo, e quando ocorre, na maioria das vezes, dá-se na perpetuação de interesses familiares, pois é a elite local que se representa, não interesses específicos de mulheres. Em razão disso, Avelar declara que ter mais mulheres na política formal não representa necessariamente especificidades de mulheres em geral.

Quanto a isso, no Brasil, a primeira governadora eleita como titular do cargo foi Roseana Sarney, em 1994, no Maranhão. Filha de José Sarney (1985-1990), 31º Presidente da República Federativa do Brasil, Roseana Sarney é um exemplo que

confirma os estudos de Avelar sobre o vínculo familiar e oligarquia política, pois a família Sarney é uma das famílias de políticos mais ricas do Brasil, cujo nome estampa as campanhas eleitorais há várias gerações.

Além disso, para compreensão da participação das mulheres na política partidária, é importante destacar que foi somente a partir de 1946 que as mulheres adquiriram o direito pleno ao voto, e a década de 1950 continuava sendo guiada por inúmeros preconceitos. A fase iniciada em 31 de março de 1964, período compreendido como Regime de Governo Militar (1964-1985), que ficou conhecido como “anos de chumbo”, em que o poder foi assumido pelos militares e a vida política ficou regulada por Atos Institucionais, impôs novos obstáculos às mulheres, ao reafirmar a continuidade da dominação tradicional. Segundo Schumacher & Ceva (2015), em razão da instabilidade política e de restrições impostas à atuação política no país, vários segmentos da população foram cassados, assim, identidades políticas não tinham tanta evidência. Conforme as autoras, o primeiro Ato – AI nº 01 (1964) – concedia poderes ao Executivo e restringia o campo de ação do Congresso Nacional. Dessa forma, os mandatos podiam ser cassados e os direitos políticos podiam ser suspensos por até dez anos. Em 1965, por meio do AI nº 02, entrou em vigor o bipartidarismo: de um lado o partido de oposição ao regime militar, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), do outro lado, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), favorável aos militares.

Contudo, nas eleições realizadas em 15 de novembro de 1966, seis mulheres elegeram-se deputadas federais: Ivete Vargas (PTB/RJ), Julia Vaena Steinbruch (MDB/RJ), Maria Lucia Melo de Araújo (MDB/AC), Nísia Carone (MDB/MG), Ligia Doutel de Andrade (MDB/SC) e Neci Novais (ARENA/BA). Entretanto, somente Neci Novais concluiu o seu mandato – a legenda ao qual a candidata estava vinculada (ARENA) justifica a possibilidade de permanência no cargo, enquanto todas as outras tiveram seus registros cassados.

Na tabela a seguir, vê-se que foi nos últimos anos de Governo Militar que houve um aumento no ingresso das mulheres em cargos eletivos, e considerável aumento em suas candidaturas nas eleições federais para a câmara dos deputados no período de 1932 a 1998:

Tabela 1 – Número de candidaturas de mulheres e candidatas eleitas nas eleições federais para a câmara dos deputados entre 1932 a 1998, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, dez. 2000*.

Ano	Candidaturas	Eleitas
1932	1	1
1935	–	2
1946	18	0
1950	9	1
1954	13	3
1958	8	2
1962	9	2
1965	13	6
1970	4	1
1974	4	1
1978	–	4
1982	58	8
1986	166	26
1990	–	29
1994	189	32
1998	352	29

*Fonte: AVELAR, 2001.

No ano de 1982, pouco tempo antes da redemocratização, foram registradas 58 candidaturas, correspondendo a um aumento de 1350% em relação às anteriores, segundo Abreu (2010). Em relação às candidatas eleitas, representou um aumento de 100% em relação ao ano anterior (1978). Em 1986, após o encerramento do Regime Militar e início da redemocratização no Brasil, foram registradas 166 candidatas, sendo 26 o total de eleitas. Sobre as eleições de 1990, não foi encontrado o registro do número de candidaturas equivalentes ao ano, mas foram totalizadas 29 eleitas nesse período. Posteriormente, nas eleições de 1994, os índices subiram para 189 candidatas – não estando disponível o número de candidatas eleitas.

Por iniciativa da então deputada federal Marta Suplicy, filiada ao Partido dos Trabalhadores, foi instituído, em 1995, o sistema de cotas para mulheres⁶⁴. Em 1998, já com a implementação das cotas que previam mínimo de 30% de participação para candidaturas de cada sexo, o ritmo de aumento atingiu 352 candidaturas, sendo 29 eleitas.

Quanto à distribuição dos candidatos por sexo em disputas locais, o número de mulheres foi maior do que nas disputas a cargos federais, tal como mostra a tabela abaixo:

Tabela 2 – Distribuição dos candidatos por sexo e cargo nas eleições de 1998, Brasil, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral, Dez 2000.

Cargo	Feminino	Masculino	Feminino (%)	Total
Deputado Distrital	118	502	19,03%	620
Deputado Estadual	1.270	8.778	12,64%	10.048

Fonte: AVELAR, 2001.

É notável a maior presença de mulheres nas disputas locais. Para Avelar isso acontece porque é maior a participação de mulheres onde está a sua família, implicando também ciclos de vida, como períodos de maternidade, criação dos filhos e demais fatores que a impossibilitam de sair do ambiente local.

Ainda no começo do século XXI, nas eleições de âmbito estadual em 2006, segundo Abreu (2010), foram registradas 3.134 candidaturas masculinas, sendo 31 deputados estaduais eleitos. Quanto às candidaturas femininas foram 493 candidatas e apenas 6 eleitas (ABREU, p. 10). No mesmo ano, no âmbito nacional, foram 19 candidatas a cargos de deputadas federais, sendo somente 1 eleita; enquanto as candidaturas masculinas correspondiam a 1.412 inscritos, sendo eleitos quinze 15. Enquanto as eleições de 1982 e 1986 a representação política de mulheres foi nula, nos anos seguintes registra certa presença, ainda que baixa. Para Abreu (2010, p. 11), os anos noventa representaram novos avanços no *métier político* das mulheres brasileiras,

⁶⁴ Abordada com mais atenção no capítulo III – “Agora é lei”: dispositivos jurídicos na representação de *mulheres políticas* no Brasil.

como se observa na tabela abaixo, foi a partir dos anos 1990 que as mulheres passaram a ocupar o senado federal brasileiro.

Tabela 3 – Quadro evolutivo de mulheres eleitas entre 1982 a 2012 para o Senado Federal Brasileiro*, elaboração em 2014.

Ano	Senado Federal*
1982	0 (0%)
1986	0 (0%)
1990	2 (6%)
1994	4 (7%)
1998	2 (7%)
2002	8 (15%)
2006	4 (15%)
2010	7 (13%)
2014	5 (18,5%)**

Fonte: +Mulheres na Política. Acesso em: 02 Fev 2019.

Notas:

*Segundo o +Mulheres na Política, os números dizem respeito às eleitas como titulares. Percentuais são arredondados e se referem ao número de cadeiras em disputa, que se alternam entre um terço (27) e dois terços (54) no Senado Federal.

**Conforme o mesmo, foram cinco (5) eleitas, somadas às outras nove (9) que já estavam em exercício e excluindo a Senadora Kátia Abreu, que se afastou para assumir o Ministério da Agricultura, totalizam treze (13).

Em contrapartida, segundo informações do livreto “+ Mulheres na Política⁶⁵” (produzido pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado, em parceria com a Bancada Feminina da Câmara dos Deputados e a Procuradoria Especial da Mulher da Câmara), os Dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a mulher negra ainda é sub-representada no Poder Legislativo: no Brasil existem cerca de 97 milhões de pessoas negras (que se declararam pretas ou pardas), correspondendo a 50,94% do conjunto da população. No Senado Federal, por exemplo, houve apenas três senadoras negras: Laélia Alcântara (considerada a primeira mulher negra no Senado Federal Brasileiro), Benedita da Silva e Marina Silva.

Para o “+Mulheres na Política”, a sub-representação das mulheres no parlamento está em total desacordo com o papel e responsabilidades que as mulheres assumiram na sociedade, tendo em vista que elas totalizam, de acordo com os números do IBGE, 51,3% da população, e formam, ainda, a maior parte do eleitorado: 52%, conforme

⁶⁵ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 14 Fev 2019.

levantamento feito, em 2014, pelo Tribunal Superior Eleitoral. Em números absolutos, dos 142,8 milhões eleitores no Brasil, 74,4 milhões são mulheres (+Mulheres na Política, 2014). Além disso, dados da Pesquisa Nacional por Domicílio de 2012 apontam que as mulheres são maioria nas universidades brasileiras e ocupam 41,9% dos postos de trabalho. Além disso, são as principais responsáveis pela manutenção financeira de mais de 38% das famílias brasileiras. No entanto, compõem a parcela mais pauperizada da população e obtêm renda inferior à obtida pela parcela masculina. Não obstante, vêm ocupando mais espaços no mercado de trabalho. De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE/RAIS), as mulheres ocupavam, até 2012, 38% dos cargos na medicina, 43% na advocacia e na Justiça, e 60% na área da arquitetura. No entanto, esses dados não se refletem no percentual de mulheres no parlamento brasileiro.

Da participação de mulheres no Poder Executivo, está a economista Dilma Rousseff (2011-2016), a primeira mulher eleita e reeleita presidenta da República Federativa do Brasil, em 31 de outubro de 2010, sendo a 36ª no total de 38 presidentes que já governaram o país. Trata-se de uma novidade no cenário político brasileiro, pois, em um ranking de 190 países, o Brasil ocupava a 161ª posição no Ranking de Presença Feminina no Poder Executivo, dentre os 186 países analisados pelo Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI) – 2018⁶⁶. Além disso, esse ineditismo trouxe uma discussão sobre a forma de tratamento a ser adotada em relação à Dilma Rousseff, que optava por ser chamada de presidenta. Os dicionários Caldas Aulete (2011) e Ernani Terra (2012), em suas edições mais recentes, já admitem como corretas as duas formas – presidente e presidenta. Esse registro pode ser lido como um acontecimento que interferiu nas estruturas gramaticais.

O “+Mulheres na Política” ressalta que houve mudanças crescimento da participação das mulheres no Legislativo brasileiro, apesar disso, o Brasil ocupava, até 2016, a 158ª posição entre os 188 países pesquisados em dezembro de 2014 pela União Interparlamentar (IPU) com. Em 2018, passou a ocupar a 133ª posição ao lado do

⁶⁶ Dados da Agência Brasil (EBC). Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/brasil-ocupa-161deg-lugar-em-ranking-da-presenca-das-mulheres-no-poder>>. Acesso em: 03 Ago 2018.

Paraguai, com 12 mulheres no senado, o equivalente a 14,8% do Parlamento, segundo a IPU⁶⁷.

Na Legislatura, em 2019, são doze as senadoras, uma a menos do que em 2018. No Congresso, elas representam 89 dos 594 parlamentares (somando-se Senado e Câmara dos Deputados), de acordo com o Senado Notícias. Com isso, na política formal, a bancada feminina representa cerca de 10% da Câmara dos Deputados⁶⁸. É importante assinalar que a outra parte não implica necessariamente homens genéricos, mas homens brancos já pertencentes aos estratos com maior remuneração.

Para visualização dos resultados das Campanhas “Mulher na Política” e “Igualdade na Política”, a seção quarta do Capítulo III dará seguimento às análises. É importante pontuar que dados por meio de tabelas ou quadros organizados pelo TSE em torno da participação de mulheres na política brasileira atualmente não se encontram disponíveis na página eletrônica do mesmo, o que dificultou o entendimento do panorama geral e quadro evolutivo da participação feminina. Por esse motivo, foi preciso estender a pesquisa para outros domínios que não o governamental. Assim, encontrou-se um banco de dados das candidaturas elaborado pelo Centro de Estudos Feministas e Assessoria (Cfêmea), com base em informações do TSE, que reuniam números das candidaturas.

No Capítulo seguinte, aborda-se a metodologia, análise do *corpus* e discussões que permeiam os dispositivos jurídicos. Parte-se da associação do feminino à domesticidade, um mecanismo de controle da vida das mulheres que justifica a permanência em certos lugares, como a cozinha, motivo pelo qual a ausência da política formal ainda é imensa. Desse modo, leva-se em conta o cotidiano e as diferenças de vidas na discussão sobre democracia no que diz respeito à participação das mulheres na vida pública.

⁶⁷ *Women in National Parliaments*. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm?month=6&year=2018>>. Acesso em: 15 Fev 2019.

⁶⁸ Câmara dos deputados – notícias. *Bancada feminina na Câmara sobe de 51 para 77 deputadas*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564035-BANCADA-FEMININA-NA-CAMARA-SOBE-DE-51-PARA-77-DEPUTADAS.html>>. Acesso em: 22 Jan 2019.

CAPÍTULO III

3. DA COZINHA AO PALANQUE: produção de lugares, imagens e representações de mulheres políticas no Brasil

3.1. Gênero e divisão do trabalho

Historicamente, foram estabelecidas fronteiras que demarcaram o público e o privado, implicando também lugares distintos para homens e mulheres. Tal divisão refletia-se (e ainda pode ser observada) na atribuição de papéis e responsabilidades, logo a noção de domesticidade passou a ser associada à construção de sentidos do *feminino*. Todavia, segundo a cientista política brasileira Biroli (2018), é preciso problematizar a dualidade entre público e privado, caso contrário desconsidera-se “como os indivíduos se tornam quem são e os limites desiguais para atuarem, individual ou coletivamente”: impõe-se uma ordem em que somente certos sujeitos têm relevância política e capacidade para interferir nos debates, configurando alguns problemas como “particulares” e outros como “gerais”. Por esse prisma, os estudos foucaultianos no que dizem respeito à constituição da subjetividade ajudam a investigar as matrizes pelas quais as mulheres se tornam sujeitos-domésticos (donas de casa ou simplesmente “do lar”). Com base na ampla concepção de política – do cotidiano ao institucional – entende-se que o trabalho produz gênero, mas o faz de modo diferenciado em relação com outras variáveis (BIROLI, 2018), de modo a constituir hierarquias de gênero, classe e raça, que também irão produzir identidades, vantagens e desvantagens, filtros e dificuldades distintas por tratar de nuances e diferenças nos próprios sujeitos, desestabilizando essa suposta coletividade denominada “mulheres”.

Conforme Biroli (2018, p. 21), foi nas últimas décadas do século XX que o perfil de escolaridade e trabalho formal das mulheres brasileiras se alterou significativamente. Segundo a autora, o percentual de mulheres economicamente ativas, entre os anos de 1970 e o início do século XXI, passou de 18,5% para cerca de 55%, tendo alcançado um teto de 59% em 2005. Além disso, as mulheres passaram a ser maioria no ensino

superior⁶⁹, porém, a diferença entre o rendimento médio das mulheres e o dos homens permanece em torno de 25%. Em relação ao trabalho doméstico, 98% que exercem essa atividade são mulheres, sendo que, em 2013, somente 31,8% tinham carteira assinada. No mesmo ano, com a aprovação da PEC das domésticas, a formalização profissional cresceu. Todavia, em 2017, houve um retrocesso, já que novas mudanças na legislação reduziram as garantias para trabalhadoras e trabalhadores, retornando-se ao ciclo de concentração de renda. Destarte, no Brasil, conforme as observações de Biroli (2018), com a redução de direitos trabalhistas, a aprovação da “terceirização irrestrita” e jornadas “flexíveis” tendem a aprofundar ainda mais as desigualdades existentes. Sem recursos, o tempo livre e as condições de vida em geral são também desiguais. Para a autora, a dinâmica de classe e a produção de gênero se dão de modo racializado, por isso é importante focalizar que quando se diz “mulher” não se busca um modelo universal, pois se entende que as implicações de gênero se relacionam à raça e à classe (tomada aqui como renda).

Em, 1980, a problematização da divisão sexual e o trabalho, como constatou Elizabeth Souza-Lobo (*apud* BIROLI, 2018, p. 25), permitira questionar “categorias e métodos que aprendemos a considerar neutros”. Contudo, na década de 80, a questão ainda não tinha sido incorporada como um problema, sendo tão-somente compartimentada, no campo das Ciências Sociais, em espaços específicos, isolados, enquanto nas Ciências Políticas ainda não alcançou sequer esse estatuto, segundo a autora. Somente a partir das décadas de 1990 e 2000, a conexão entre gênero e trabalho passou a ser fixada. Nos anos 2000, especialmente, as principais revistas feministas brasileiras publicaram dossiês sobre o tema, e sua produção desde então tem sido contínua, ainda que seja atribuída pouca relevância a conjugação da democracia e trabalho doméstico⁷⁰. A hipótese de Flávia Biroli é que o raso conteúdo se deva ao debate tardio do tema nas academias. Além disso, percebe-se que, com o intenso processo de normalização e naturalização das construções sociais, para muitos, a

⁶⁹ No plano educacional, segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), foram registradas, no Exame Nacional do Ensino Médio, no ano de 2018, 55 redações nota 1.000, sendo 33 notas máximas registradas no sudeste, 14 na região nordeste e 1 na região sul. Dentre as 55 redações, 42 foram escritas por mulheres. Fonte: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2019-01-22/enem-2018-mulheres-redacao.html>>. Acesso em: 26 Jan 2019.

⁷⁰ Segundo Biroli (2018), em uma busca feita nas edições disponíveis na plataforma Scielo das revistas dos *Estudos Feministas* e *Pagu*, são poucos os trabalhos que focalizam a questão.

cozinha continua sendo tratada como espaço pertencente às preocupações das mulheres (“um assunto de mulheres”), e não como tema para a democracia.

Por vezes, a dominação de gênero foi definida como patriarcado, e como se tem associado dominação masculina e capitalismo, a teórica social Michèle Barret exclui essa necessidade histórica do capitalismo. Diante da questão: “quem tomaria conta das crianças?” (e, também, dos idosos, dos afazeres domésticos, das pessoas com deficiência etc.), decidiu-se pelas mulheres, por razões que antecedem o capitalismo. Com salários maiores, os homens continuam sendo os chefes da casa, responsáveis por “sustentar” a família. Nesses termos, Biroli (2018) classifica o patriarcado como sistema político que consiste em uma estrutura de exploração do trabalho das mulheres sem remuneração, e que deixa os homens livres para se engajar no trabalho remunerado. Assim, “seu núcleo, nessa perspectiva, é a divisão sexual do trabalho, em que se configurariam dois grupos (ou classes): as mulheres, que têm suas forças de trabalho apropriadas, e os homens, que se beneficiam coletivamente desse sistema” (DELPHY & LEONARD *apud* BIROLI, 2018, p. 28). O casamento seria um meio de fornecer trabalho gratuitamente. Fora de casa, quando não atende à necessidade do marido, o trabalho passa a ter valor econômico, como a preparação de alimentos, lavagem de roupas, cuidado com as crianças etc. Por isso, pode-se afirmar que, mesmo fora de casa, as “obrigações familiares” restringem e moldam a participação de mulheres na sociedade. E, mesmo divorciadas ou solteiras com filhos/as, cabe às mulheres a responsabilidade com as crianças; elas continuam a vivenciar os desdobramentos da apropriação de seu trabalho: dedicadas aos afazeres domésticos, exercem dupla ou tripla jornada de trabalho. Os padrões históricos conjugais, ocupacionais e afetivos fixados pela sociedade dispensa a jornada de trabalho “normal” em prol da dedicação das mulheres ao lar. Segundo Rago (2004, p. 31),

ser mulher, até aproximadamente o final dos anos 1960, significava identificar-se com a maternidade e a esfera do lar, sonhar com um “bom partido” para um casamento indissolúvel e afeiçoar-se a atividades leves e delicadas, que exigissem pouco esforço físico e mental.

Em contrapartida, “mulheres públicas” diziam respeito ao setor social marginalizado e estigmatizado, pois designavam “mulheres alegres” ou até mesmo “esgotos seminais”, conforme afirmou Santo Agostinho (RAGO, 2004, p. 31), julgando-as prostitutas. Para Biroli (2018), o rompimento com os padrões de dependência

vigentes tem um custo, e o casamento aparece como um mal menor: “a melhor carreira, economicamente falando”.

Diante do exposto, observa-se que o baixo *status* ocupacional e social reforça estruturas de natureza androcêntrica. Desse modo, a participação no sistema político não varia apenas segundo condições econômicas, mas pela correspondência com as hierarquias de gênero. Para Walby (*apud* Biroli, 2018), ainda que as mulheres não sejam barradas das arenas públicas, novas formas de inclusão conjuram novos modos de controle. Walby cita o exemplo da Grã-Bretanha que, com a intensificação do processo de industrialização, constituiu o “patriarcado privado”, caracterizado pela “exclusão” das mulheres e pelo controle direto de um homem sobre uma mulher, podendo ser ele o pai ou o marido. Com o passar dos anos, ela passou a observar que, com o ingresso das mulheres na vida pública, o Estado e o mercado de trabalho passaram a ser as dimensões em que coerções estavam cada vez mais organizadas e institucionalizadas. Por sua vez, a família sofreu um efeito da reorganização doméstica, nos séculos XIX e XX, e a demanda de trabalho entrou em conflito com a estratégia do patriarcado privado de manter as mulheres em casa e privatizar seu trabalho. Nessa perspectiva, argumenta-se que a privatização (a domesticidade) foi o que tornou a mão de obra feminina mais barata, seus efeitos colaboraram para dificuldades na aquisição de direitos trabalhistas por parte das mulheres, como exemplo o direito à equiparação salarial. Nesse sentido, conforme Avelar (2001, p. 44), a participação de mulheres no mercado de trabalho, apesar de ter consideráveis aumentos em todo o mundo, vem acompanhada de segregação e de várias formas de discriminação, assim como a paridade de salário por execução de trabalho igual.

A permanência da atribuição desigual das responsabilidades, inclusive assentida e perpetrada pelas famílias, naturaliza atividades que “devem” ser desempenhadas por meninas e mulheres, como o provimento de cuidados com a casa “voluntariamente”. Esse modo de controle sobre a vida impõe obstáculos à participação no trabalho remunerado e na política formal, além de nutrir tal ciclo de exploração, o qual as crianças da casa passam a incorporar como normas. Aqui, observa-se como o poder “está em toda a parte; (...) porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 2013a, p.

102), em formas que extravasam o que se toma como “o Poder”⁷¹. Essa “onipresença do poder” é produzida constantemente e se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis, e que, contudo, não advém da escolha ou decisão dos sujeitos, mas de formas de manifestação e da aceitabilidade. As correlações de poder atuam nos “aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, e servem de suporte de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social” (FOUCAULT, 2013a, p. 105). Neste caso, os sujeitos – as próprias mulheres –, em meio a correlações de poder, têm papel como produtoras de poder, ainda que sigam um efeito de obediência ou resistam a essas amarras.

Com base na análise das relações de gênero, observa-se que em torno do sexo os dispositivos da sexualidade concentrarão esforços para constituir o que é um corpo feminino, onde ele deve estar, em quais áreas do conhecimento deve atuar, quais são as suas competências, como deve ser, enfim, o regulamento de seus corpos femininos e o governo de suas vidas. Nesse movimento, as mulheres assumem posições de sujeito que muitas vezes pendem à vulnerabilidade, posição esta que é constantemente reforçada pelos princípios de dependência emocional, física e moral disseminados pelas famílias⁷². Tempo, energia e trabalho não são explorados somente por homens, mas pelas próprias efetivações das relações da família em seu cotidiano.

Pelo o exposto, quando vista pelo viés de uma abordagem restrita, a própria democracia “despolitiza a teoria política” (PATEMAN *apud* BIROLI, 2018, p. 43), visto que:

numa teoria “politizada”, atenta às disputas e às hierarquias que conformam e limitam a democracia, a divisão sexual do trabalho seria um desafio para a problematização das formas aceitas de autoridade e subordinação, assim como para as explicações sobre os limites à participação política – ainda que se trate dos limites à participação das mulheres, estamos falando de desvantagens que incidem sobre um contingente de pessoas que corresponde a mais da metade da população (BIROLI, 2018, p. 43).

⁷¹ Segundo Foucault (2013), poder não diz respeito somente ao conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado, ou um modo de sujeição que tenha a forma de regra, que se exerce à força, mas, como “a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização” (FOUCAULT, 2013, p. 102); as forças, apoios e estratégias que se apoiam umas nas outras formando uma cadeia ou defasagens e contradições.

⁷² Por família, destaca-se, sobretudo, que as mulheres compõem a ordem familiar, e exercem poder, especialmente, sobre outras mulheres, podendo operar nos modos de regulação destes sujeitos, seja reforçando as redes de poder dominantes ou operando como pontos de resistência.

As exigências de gênero não devem ser, portanto, colocadas como decisão individual, mas como efeito de instituições, práticas cotidianas ou políticas públicas, formas simbólicas de afirmação do feminino e do masculino.

O debate sobre inequidade de gênero no trabalho abre caminho para a discussão da dimensão política das relações pessoais. Além disso, ajuda a repensar as relações de poder que estruturam nosso atual sistema democrático. O direito ao voto feminino, sumariamente conquistado no século XX, não eliminou as desigualdade de participação social. Importa observar quais mecanismos o Tribunal Superior Eleitoral e a Justiça Eleitoral têm mobilizado em favor da inserção de mulheres na política do Brasil com base na democracia.

3.2. Metodologia e análise do *corpus*

Para a realização desta pesquisa, analisam-se propagandas encampadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Justiça Eleitoral, veiculadas durante o período eleitoral de 2014 e 2016, anos marcados por eleições presidenciais e municipais, respectivamente. De acordo com o TSE⁷³, tais peças publicitárias partem das campanhas da Justiça Eleitoral em prol da presença feminina na política nacional previstas no art. 93-A da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), introduzido pela Lei nº 12.891/2013 conhecida como minirreforma eleitoral. A instituição afirma ainda que:

o **dispositivo** traz mais um estímulo à participação **feminina** na política ao estabelecer que o TSE, “no período compreendido entre 1º de março e 30 de junho dos anos eleitorais”, (...) “poderá promover propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política” (grifos nossos).

As campanhas surgem, pois, de um artigo estabelecido na Lei das Eleições que visa estimular o engajamento de mulheres na política institucional brasileira por meio do aumento de suas candidaturas a cargos públicos. As propagandas publicitárias não são obrigatórias, constituindo-se ferramentas que o TSE aciona para alcançar a população. Em 2014, como meio de divulgação, um cartaz, um vídeo e um *spot* que

⁷³ TSE. Participação feminina na política brasileira é defendida e incentivada pela Justiça Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Marco/participacao-feminina-na-politica-brasileira-e-defendida-e-incentivada-pela-justica-eleitoral>>. Acesso em: 22 Dez 2018.

contemplassem a campanha “Mulher na Política” permaneceram em circulação até junho daquele ano em todo o país. Para análise, opta-se pelo formato de vídeo que circulou nos canais televisivos ao longo do período de campanha dos/as candidatos/as, e que se encontra disponível no site do TSE⁷⁴, por se revelar a mídia televisiva um dos meios de comunicação de massa preferidos dos brasileiros⁷⁵.

A metodologia é de base qualitativa, pois o intento é entender as condições de possibilidade do objeto da investigação. Procedimentalmente a pesquisa consiste na análise de três propagandas divulgadas em canais abertos da TV brasileira. As propagandas serão analisadas com base na descrição e análise de alguns fotogramas (37 ao todo), quadros imagéticos que compõem os vídeos, eleitos segundo a relevância que os signos oferecem aos questionamentos deste estudo. A pesquisa segue as seguintes etapas: (i) leitura do material bibliográfico; (ii) seleção do *corpus* por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Tribunal Superior Eleitoral, com foco sobre a inserção de mulheres na política do país; e (iii) análise discursiva da questão proposta.

Para análise do *corpus* utilizam-se alguns princípios teóricos da Análise do Discurso (AD) francesa de base foucaultiana, analisando-se enunciados verbais e não verbais constituintes dos vídeos, em confluência com os Estudos Culturais, que ajudam a esclarecer a relação entre enunciados, sua historicidade e rupturas, em especial ao fenômeno de desestabilização das velhas identidades de gênero. Nessa perspectiva, seguem-se algumas contribuições de teorias feministas, anteriormente levantadas, que discutem a normalização do sexo por meio do dispositivo da sexualidade e investigam o objeto de estudo “mulher” enquanto sujeito construído historicamente, uma representação, portanto. Além disso, a Semiologia Histórica é requerida para a análise do material de cunho audiovisual, a partir dos trabalhos atualmente desenvolvidos no Brasil advindos dos estudos de J. J. Courtine (entre os quais se citam PIOVEZANI; CURCINO; SARGENTINI, 2011), as reflexões do semiólogo francês Roland Barthes, alguns conceitos do universo cinematográfico (GERBASE, 2012) e a concepção de Philippe Dubois (2004) sobre a abordagem da imagem como um dispositivo e, ainda, da imagem como enunciado, a partir das ideias de Foucault (2015b). Assim, os vídeos

⁷⁴ TSE – Campanhas publicitárias. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/campanhas-publicitarias>>. Acesso em: 01 Out 2016.

⁷⁵ Governo Brasileiro. <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/12/televisao-ainda-e-o-meio-de-comunicacao-predominante-entre-os-brasileiros>>. Acesso em: 20 Jan 2019.

publicitários encontrados serão analisados quanto aos seus aspectos discursivos e não discursivos, visando a observar a materialização do discurso mediante olhares inscritos na história.

Retomando as bases epistemológicas da Análise do Discurso francesa e suas contribuições para o campo das ciências da linguagem, sobretudo à Linguística, observa-se que a AD relaciona-se com a Linguística de forma polêmica, pois, na síntese de Ferreira (*apud* BARACUHY 2010, p. 168), “há contatos, mas não pertencimento”. Na Linguística, enquanto Saussure opera o “corte” entre língua e fala, estabelecendo a língua como objeto da Linguística, a AD aborda as discursividades, propondo novos problemas. Esse novo objeto – o discurso – passa a incluir a fala e as instituições não semiológicas (práticas sociais, políticas, religiosas, jurídicas etc.), ou seja, aquilo que se manteve fora do domínio da ciência linguística. Portanto, analisar discursos ultrapassa a ordem do linguístico e conjuga duas ordens inerentes ao discurso: língua e história. Na óptica discursiva, a língua é pensada como “lugar material onde se realizam os efeitos de sentido” (PÊCHEUX & FUCHS, 1997, p. 172 *apud* Baracuhy 2010, p. 168).

Além disso, como contribuição ao campo da AD, Michel Foucault propõe a noção de que discurso não é a frase, não é ato de fala. Por essa posição, o autor fora acusado por Michel Pêcheux de promover a “elisão da língua”, pois, ao falar sobre enunciado marca sua proximidade à teoria semiológica de Barthes (BRAIT, 2006, p. 41). Ocorre que, para Foucault, a língua é um sistema de possibilidades de construções enunciativas, todavia, reiterava que “não basta qualquer realização material de elementos linguísticos, ou qualquer emergência de signos no tempo e no espaço, para que um enunciado apareça e passe a existir” (FOUCAULT, 1986, p. 98 *apud* BRAIT, 2006, p. 41). Para o autor, o enunciado é considerado como tal porque advém de uma função enunciativa, produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado. Discurso seria um conjunto de enunciados dispersos que, vistos em sua regularidade constituiriam um dado discurso, como discutido no Capítulo I. A questão que se sobressai ao exercício da função enunciativo, segundo Brait (2006), é que em torno do enunciado não há apenas relação gramatical, lógica ou semântica. Para a autora, “há uma relação que envolve os sujeitos, que passa pela História, que envolve a própria

materialidade do enunciado” (BRAIT, 2006, p. 42). Essa percepção se evidencia na afirmação do autor:

[...] gostaria de mostrar que os “discursos”, tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras; gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos. “As palavras e as coisas” é o título – sério – de um problema; é o título – irônico – do trabalho que lhe modifica a forma, lhe desloca os dados e revela, afinal de contas, uma tarefa inteiramente diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2015b, p. 59-60 – grifo do autor).

Outra orientação foucaultiana, projeto que o distancia das ideias de Michel Pêcheux, é a discordância das teses centrais de Althusser: os aparelhos ideológicos, a centralidade do poder do Estado, o assujeitamento, a luta de classes. Para Foucault, o poder existe em sua heterogeneidade e está propenso a transformações, assim, os poderes locais atuam no cotidiano e regulam a vida. Conforme Brait (2006), o poder não tem um centro, assim, “sua tomada pela *classe dominada* e a modificação dos aparelhos de Estado não são suficientes para fazer aparecer e desaparecer (...) a rede de poderes que impera em uma sociedade”. Nesse sentido, a proposta foucaultiana evita empregar o termo “ideologia” e sublinha, então, as “lutas pelo poder”, e não as lutas de classe, visto que o poder está em todos os lugares. Diante disso, propõe pensar que os saberes são políticos, pois “tem sua gênese nas relações de poder” (BRAIT, 2006, p. 44).

Tais observações irão pensar o sujeito como resultado de práticas discursivas, que entrecruzam sociedade e história, incidindo na constituição de subjetividades. Estes contributos, de início marcados de modo acirrado (“recusas e aproximações”), configuram singularidades no campo da AD e propostas válidas de trabalho. Articulações com as ideias de Pêcheux, Foucault, Bakhtin, historiadores etc., provocam

transformações no próprio modo de enxergar e configurar o discurso, ao integrá-lo ao “real da língua” e ao “real da história”.

De acordo com Baracuhy (2010), ao evocar a língua como materialidade histórica e linguística, a AD convoca a noção de sujeito e a rediscute, não como um indivíduo empírico, mas como um sujeito social produzido no universo discursivo, pois sua cultura, suas verdades, sua memória, são efeitos dos inúmeros sentidos convencionados em dada época, e que atualizam ou reproduzem certos discursos. Na ordem discursiva, o “sujeito não é dono do seu discurso”, seus dizeres são vigiados e controlados a partir de procedimentos de controle social. Desse modo, para Foucault (2014, p. 9), o sujeito não tem o direito de dizer tudo, “não se pode falar de tudo em qualquer circunstância”, “qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”.

Destarte, o pensador francês sustenta a concepção de que o discurso está na ordem das leis – *A ordem do discurso* –, e que existem lugares no/do discurso, em sua materialidade pronunciada ou escrita. Nesse ínterim, afirma que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2014, p. 8-9). Conforme esse autor, o enunciado é a molécula do discurso, sua unidade mais importante. Os enunciados, enquanto discurso, seguem uma ordem, em que é prescrito o que pode ser dito, o que deve ser silenciado, sujeito a emergência e também suas condições de apropriação e de utilização. O conjunto de enunciados capturados e organizados (pois existem em sua dispersão) sobre determinado objeto resulta em discursos. Dentre as várias noções de discurso, Foucault (2015b, p. 143) compreende a seguinte: “chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”.

A noção de enunciado e sua abrangência na investigação da linguagem em uso é um contributo foucaultiano essencial a esta pesquisa. O autor concebe os enunciados como “diferentes em sua forma, dispersos no tempo”, e que “formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (FOUCAULT, 2015b, p. 39). O enunciado pode ser caracterizado como um elemento do discurso:

(...) um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente por que está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre a si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de **qualquer forma de registro**; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas que está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequência por eles ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (FOUCAULT, 2015b, p. 34-35 – grifos nossos).

Segundo Navarro (2012, p. 126), a noção de “acontecimento enunciativo” torna-se um princípio teórico-metodológico com o qual é possível apreender as regularidades discursivas existentes nas relações que os enunciados estabelecem entre si, nas relações existentes entre grupos de enunciados e acontecimentos de ordem social, cultural, política e histórica. Igualmente importante para este estudo, a descrição linguística (bem como realizou Michel Pêcheux em “O discurso: estrutura ou acontecimento”) ampara o enunciado como uma materialidade discursiva na produção de efeitos de sentido e relaciona saberes aos acontecimentos discursivos no interior do arquivo.

Por este viés, delineiam-se os propósitos analíticos desta investida: o dispositivo imagético opera como enunciado, conciliando acontecimentos históricos e políticos ao linguístico e não-linguístico. A aproximação com a análise arqueológica possibilita tal compreensão, pois, conforme Navarro (2012, p. 128), o objetivo da arqueologia é realizar a descrição do enunciado com valor de acontecimento no interior do arquivo, contemplando outras materialidades, além das linguísticas, que a coloca como “disciplina de interpretação” contígua à história, à língua e à imagem, “de tal sorte que o seu objetivo de investigação – o discurso – deva ser concebido como o resultado da inscrição do sujeito nessas três ordens”.

Com base nesses preceitos, a primeira da série de três propagandas a ser analisada é a que circulou até 30 de junho de 2014 (ano marcado por eleição presidencial no Brasil) e que teve como *slogan* “Faça parte da política”. A propaganda lançada no Plenário do Senado Federal foi comandada pelo diretor publicitário Ricardo “Gordo” Carvalho, que tem em seu portfólio mais de mil filmes, entre eles, campanhas famosas e premiadas. A agência de publicidade responsável foi a Borghi Lowe Propaganda e Marketing Ltda, e a produtora a Conspiração Filmes SA. A peça publicitária não tem legendas, e se utiliza do recurso da Língua Brasileira de Sinais

(Libras), por meio de uma intérprete⁷⁶. Para análise, seleciona-se a imagem (Figura 1) a seguir e outras materializadas que a envolve:



Figura 1

A peça publicitária de trinta segundos (30s) começa com uma mulher branca, de cabelo mediano, vestida com uma blusa cor-de-rosa bem suave e que, através de gestos labiais, simula uma fala que na verdade provém de um homem⁷⁷: *As mulheres são maioria da população, estão em maior número entre os eleitores e possuem maior nível de escolaridade. Por outro lado, ainda ocupam poucos cargos políticos no Brasil.* Observa-se, sobretudo, que o enunciado se estende a outras formas de linguagem envolvidas além das imagens, como a gestualidade e a sonoridade, este último conferido pelas vozes presentes no vídeo e o som de um piano durante toda a sua apresentação. Ao lado da personagem há uma intérprete de libras, uma mulher negra, usa os cabelos presos, é magra e veste uma blusa preta.

Para análise, recorre-se a questões introduzidas por Michel Foucault, dentre elas: *segundo que regras um enunciado foi construído? Como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?* (FOUCAULT, 2015b, p. 33). Diante disso, a ocorrência dos enunciados se justifica por algumas possibilidades:

⁷⁶ Tal recurso é uma exigência prevista no projeto de lei do Senado (PLS) 272/2014, aprovado em 8 de março de 2014, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

⁷⁷ Esse é um efeito conhecido como dublagem, gravação de falas posteriores à filmagem, em sincronia com o movimento labial das personagens.

A cor rosa da blusa da protagonista aproximada ao conceito de enunciado, que se caracteriza, conforme a síntese de Sargentini (2011, p. 117), por ser enunciado a partir de uma posição de sujeito, determinado por condições de emergência e por ter uma existência material inscrita no interior de um domínio associado, convoca uma memória discursiva para produzir sentidos sobre “ser” mulher. A cor está associada à imagem do feminino, sendo um símbolo de romantismo, delicadeza, graciosidade, charme e beleza. O minidicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara define “rosa” como: “flor de cores variadas, perfumada, produzida pela roseira”, “a cor de algumas dessas flores”, “cor-de-rosa” (BECHARA, 2009, p. 790). Não se sabe ao certo a origem da simbologia da cor rosa para mulheres, mas, se vista por um comparativo com as flores, reforça-se a visão de delicadeza tipificada como um comportamento feminino, que se torna problemática quando normatiza estereótipos sexistas; uma escolha estratégica em que o feminino é instituído e perpassado por símbolos que demarcam posições de gênero. Além de usar uma blusa rosa de manga longa, denotando formalidade, a personagem traz nos lábios um batom do mesmo tom, sublinhando fortemente (o mito da) a feminilidade, ou seja, os padrões de comportamento adequados para as mulheres. Se tal propaganda opta por uma vestimenta e um batom nesse tom é por destacar as normas do ideal feminino, em que a representação de mulher é delineada a partir desta antiga associação de gênero. Assim, o símbolo feminino é tomado discursivamente na propaganda política para produzir uma imagem de mulher que o governo brasileiro busca destacar. Vale notar ainda que, diferente de anúncios que exploram a sexualidade das mulheres, a propaganda do TSE ressalta modelos “estimados” de comportamentos ditos femininos: discreta, em uma postura corporal que expressa polidez e temperança, funcionando como um atestado do potencial racional (que há séculos foi negado) e da confiança *femininas*. Além disso, a aparência tem um lugar importante na propaganda, pois a dimensão do visível valoriza a aparência da mulher, ressaltando a mulher bela.

A presença de mulheres brancas, jovens, esbeltas e de “boa aparência” na mídia televisiva tem uma regularidade na história brasileira, posto que tais características relacionam-se a padrões de beleza requeridos especialmente a certas mulheres públicas, como apresentadoras de programas de TV, modelos, atrizes, assistentes de palco, jornalistas e afins. A propaganda em questão, apesar de incluir alguma diversidade,

quando da inserção de uma intérprete negra, parece ainda privilegiar um corpo que, inclusive, grande parte dos telespectadores está habituada a ver: uma materialidade repetível que demarcou as expectativas midiáticas ou, conforme Coulomb-Gully (2014), o senso comum midiático.

Na atualidade, uma mulher ocupar o topo de um edifício empresarial relaciona-se a uma função enunciativa que advém de condições de emergência esboçadas historicamente, como a conquista ao voto feminino e aos direitos de cidadania, o acesso a bens de consumo e a altos cargos de poder, que sublinham especialmente as mulheres da elite branca brasileira. Segundo Biroli (2018, p. 13), nas últimas décadas, o acesso à educação e às posições de poder podem ser tomados como signos da mudança, embora situados nos limites de outras formas de exploração. A autora se refere ao acesso de uma minoria de mulheres brancas a cargos de alta remuneração como um dos signos do enfraquecimento da associação histórica entre mulheres e domesticidade⁷⁸. Desse modo, para a autora, ainda que exista certa visão liberal da emancipação do feminino, não se pode falar de “mulheres” no sentido abstrato, e sim no contexto de situações concretas, tais como “mulheres trabalhadoras”, “mulheres negras”, “mulheres imigrantes” etc. A mulher à qual é conferido destaque é branca e aparenta certo poder aquisitivo.

A presença de uma intérprete negra obedece a demandas de inclusão que resultam das lutas dos movimentos de acessibilidade em prol das pessoas portadoras de necessidades especiais, sendo uma dessas demandas o recurso de Libras em propagandas eleitorais, e, ainda, do movimento feminista negro. Sobre o primeiro, pode-se afirmar que durante muito tempo essas pessoas foram consideradas “anormais”, porém, diante de um longo processo de desconstrução, mudanças foram efetuadas nas leis, principalmente com o entendimento de que os seres humanos são iguais diante da lei e não podem ser privados de seus direitos. Já a presença de uma mulher negra deve-se às lutas históricas em torno dos direitos de pessoas negras que têm levantado constantes debates sobre a presença desse grupo em espaços de poder, sendo a mídia televisiva um desses lugares. Vê-se que tal presença na mídia corresponde a um processo de longo prazo que foi delineado especialmente pelo movimento feminista negro. Quando o feminismo surgiu, era composto por uma maioria branca que

⁷⁸ No Brasil, a mineira negra Laudelina de Campos Melo (1904-1991), uma liderança das trabalhadoras domésticas, tornou-se a primeira líder sindical de sua categoria no país e foi responsável por fundar várias associações das domésticas em São Paulo, Santos e Campinas.

reivindicava o direito ao voto, ao trabalho, ao ingresso na vida pública. Em contrapartida, o movimento feminista negro surge como um acontecimento a partir do qual mulheres negras, que viviam a exploração de seu trabalho, passaram a reivindicar direitos e melhores condições trabalhistas. Decerto, a escolha de uma intérprete negra provém dessas duas necessidades inclusivas inerentes à democracia. A cor preta da blusa da intérprete diz respeito às normas que determinam aos intérpretes usarem cores neutras.

Pensando com Foucault (2013), pode-se observar como o discurso político representa mulheres que emanam de historicidades e revela como a representação e o que é tornado visível são condicionados politicamente. Para que novos corpos sejam inscritos (incorporados) em propagandas publicitárias governamentais, é preciso que haja transformação dentro dos jogos de poder, pois “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência”, portanto, “jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (FOUCAULT, 2015a, p. 360).

Com base em mutações históricas, a Constituição Federal Brasileira⁷⁹, lei suprema do contrato social no país, precisou reunir novas normas referentes ao Estado e à sua organização, delineando, a partir da insurgência de movimentos sociais de resistência, garantias dos direitos e deveres individuais e coletivos. Ou seja, para novos fins, reformulou-se o código de governo da população:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...). I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (Constituição Federal, Art. 5º, Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – Dos Direitos E Deveres Individuais e Coletivos).

Na sequência (Figura 2), a personagem adquire voz e questiona: “Até quando vamos deixar que *elas* (ênfase na entonação do pronome pessoal correspondente à terceira pessoa do plural “eles”) falem por nós?”. Segue-se uma breve pausa e, em seguida, materializa-se na tela a seguinte informação: “Em 2010, menos de 9% dos parlamentares eleitos eram mulheres”.

⁷⁹ A atual Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em 5 de outubro de 1988. Em 2019, a Constituição completa 31 anos.

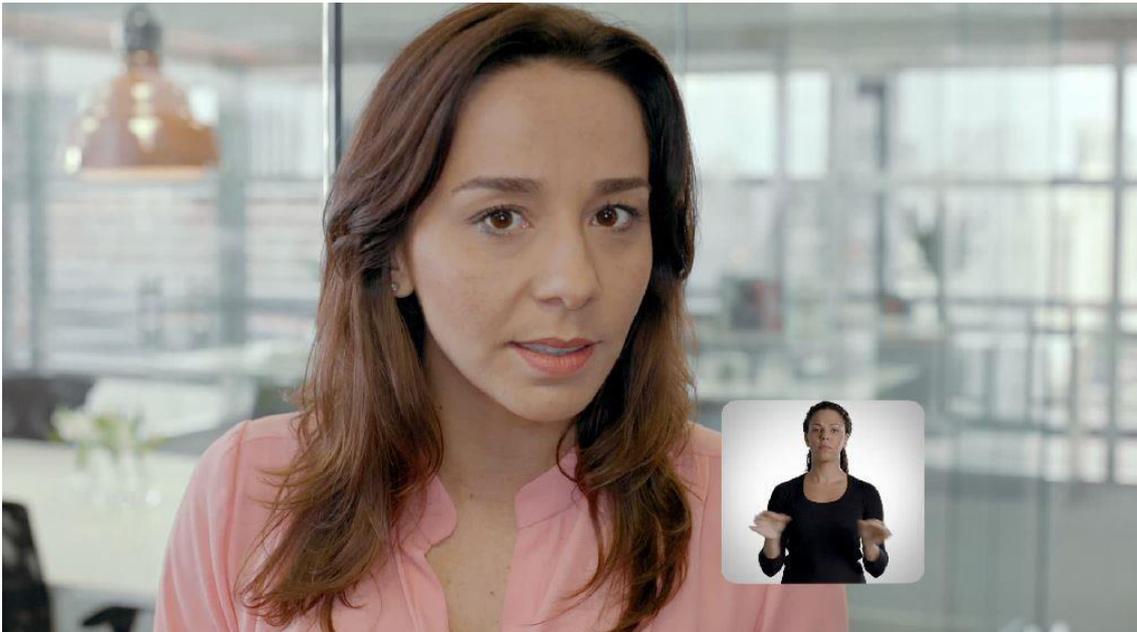


Figura 2

O primeiro elemento constitutivo do enunciado que se contempla é o que diz respeito a novas visadas discursivas: a entonação. A partir da necessidade de pensar respostas para problemas suscitados pela consolidação de novas materialidades, de recentes discursividades, tem-se a perspectiva da Semiologia Histórica, a ruminar esse novo objeto que envolve “novas mídias e novas dinâmicas” (PIOVEZANI, 2009, p. 213 *apud* NARZETTI, 2012, p. 57). Segundo Narzetti (2012), novos objetos empíricos são acrescentados à AD, mas a visada que se estenderia continuaria sendo discursiva, tal como propôs J.-J. Courtine. Tendo isso em consideração, o projeto foucaultiano se encontra com as propostas de Courtine e ratifica o pensamento de Pêcheux, que insistira em dizer que o seu objeto “(...) não é um objeto linguístico, mas um objeto sócio-histórico onde o *linguístico* intervém como pressuposto” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 188, grifo do autor, *apud* NARZETTI, 2012, p. 70). Ademais, não abandona as reflexões bakhtinianas em torno da entonação, entendendo que “por aspecto entonacional da palavra compreendemos a sua capacidade de exprimir toda a multiplicidade das relações axiológicas do indivíduo falante com o conteúdo do enunciado” (BAKHTIN, 1993, p. 64 *apud* NARZETTI, 2012, p. 73). Posto assim, a entonação se dá em uma relação social, e não individual, e sempre busca algo (júbilo, persuasão, reticente, testemunha etc.), pois é estabelecida entre interlocutores. Por isso, segundo Voloshinov (1981, p. 195 *apud* NARZETTI, 2012, p. 74):

Quando uma pessoa supõe que seu interlocutor não está de acordo com ela, ou mesmo quando ela não está certa desse acordo, ela dá às palavras que pronuncia uma entonação diferente e, além disso, constrói diferentemente seu enunciado. (...) Uma entonação criadora segura de si mesma e rica de nuances só é possível a partir da suposição de um “apoio coral”. Ao contrário, quando esse apoio está ausente, a voz vacila, sua riqueza de entonações se reduz, como acontece quando uma pessoa, rindo, percebe que ninguém a imita – seu riso cessa ou degenera, torna-se forçado, perde sua segurança e clareza e não é mais capaz de provocar humor e alegria.

Esse modo de conceber a entonação circunscreve diferentes sentidos aos enunciados, por isso, no recorte “Até quando vamos deixar que *eles* falem por *nós*?”, a entonação do pronome “eles” pode ser interpretada como um indício de descontentamento, pois ao se capturar o olhar da personagem observa-se uma afronta e esse gesto também é manifesto por meio da inclinação de sua cabeça que indica alguém que estava usurpando o seu lugar, no caso, o locutor do começo do vídeo e todos os demais homens, pensando no contexto. Já o pronome “nós” expressa vínculo, união. Nessa dimensão, nota-se que a jovem intérprete de Libras não está posicionada no canto da tela, como habitualmente se vê, mas no centro, compondo um quadro em que pretende participar da enunciação (com menor destaque, visto que a sinalização é feita em uma caixa consideravelmente menor, atendendo às diretrizes para a janela de Libras⁸⁰). Isso produz um efeito de integração a grupos excluídos da história, em uma forte tentativa de demarcar a temática da democracia. Essa observação diz respeito ao silêncio e à sua quebra, que podem lidos como referência a dois períodos distintos: o silêncio faz menção a um passado em que as algumas mulheres ficavam enclausuradas a certos espaços, sem voz nem vez, excluídas, enquanto outras eram expostas a inúmeras práticas de objetivação que as conduziam à exploração; segundo, a aquisição da voz recupera as conquistas que atualiza(ra)m o modo como certas mulheres puderam se constituir na atualidade.

Sobre o dado estatístico materializado na tela, por não ter a fonte especificada, pode ser interpretado como um saber sustentado pela própria instituição em questão. Além disso, vale ressaltar o que é nomeado por estatística. De acordo com O *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, estatística é “ciência e técnica de captação de dados numéricos para sua análise, comparação e interpretação”, “essa

⁸⁰ ABNT NBR 15290, 2005 – Acessibilidade em Comunicação na Televisão, editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_17.pdf>. Acesso em: 20 Jan 2019.

captação e os resultados numéricos desse tipo de estudo: *As estatísticas* sinalizam quem vencerá a eleição” (AULETE, 2011, p. 608). Levando isso em conta, como ciência exata, as estatísticas não podem ser negadas, constituem tecnologias que, no caso em questão, operam na constatação e visibilização da sub-representação *da* mulher na política institucional e atesta a desigualdade (prioritariamente) social, herança de séculos. Diferentemente de épocas anteriores em que não se atribuía importância à desigualdade de oportunidades, dessa vez a estatística será mobilizada para atribuir um valor de verdade, já que tem o direito de dizer o que funciona como verdadeiro, fazendo ver e crer.

Focaliza-se, ainda, o sujeito do enunciado que, conforme Navarro (2012, p. 130), ocupa um lugar legitimado pela instituição responsável por falar do objeto e assume posições de sujeito no interior de práticas discursivas. Na mídia, essa posição ou função pode corresponder a um sujeito-que-narra, sujeito-que-descreve, sujeito-que-interpreta, sujeito-que-agencia outros discursos, sujeito-que-retoma e/ou desloca enunciados pronunciados por outros sujeitos, em outros lugares institucionais e em outras épocas (NAVARRO, 2012, p. 130). Além disso, ainda segundo Navarro, o suporte material (a própria estrutura em que o objeto é representado) dá condições de existência aos enunciados e possibilita que eles sejam repetidos.

Com base nisso, na sequência em análise, tanto a personagem central (uma atriz) quanto à intérprete podem ser analisadas como sujeitos-que-interpretam. Antes posicionada em movimento em relação à câmera, a qual abrangia também o cenário, a atriz é enquadrada em um *close-up* (a câmera fica bem próxima à mulher, de modo a mostrar com precisão sua expressão facial, focalizando o seu sorriso), tendo o fundo/cenário desfocado (Figura 3).



Figura 3

A partir de então, a protagonista enuncia: “A nossa voz precisa ser ouvida. Vamos fazer parte da política (acena afirmativamente com a cabeça), vamos fazer parte da solução”. Focaliza-se o olhar da mulher que o tempo todo se fixa de forma incisiva ante a câmera, funcionando como a assunção de uma postura firme que pretende inspirar simpatia especialmente às mulheres, posto que se direciona a elas (“vamos”), uma maneira de compartilhar com a telespectadora certo ponto de vista e, sobretudo, de persuadi-la. Além disso, evidencia-se o papel que a outra personagem assume como complementar aos fins que se destinam: ideal de democracia e inclusão que a intérprete de Libras é posta a representar.

Aqui, recorrem-se às interrogações de Foucault: *1) Quem fala? ou Qual é o status do indivíduo que tem o direito de proferir determinado discurso?* Não é qualquer mulher que ocupa a posição de destaque na peça publicitária, trata-se de uma jovem mulher branca pertencente à classe mais favorecida da população, e que traja uma roupa formal para os fins que se destinam, com uma maquiagem recatada, tem as sobrancelhas bem feitas, cabelo mediano, um brinco pequeno e discreto, se expressa bem e assume uma postura cortês. Além disso, a composição se dirige a uma mulher supostamente diferenciada, que reivindica voz e assume posição de poder no espaço público. Todavia, a composição imagética demonstra ainda que o discurso político, ao tentar repercutir novos sentidos sobre o feminino, se funda em padrões de beleza que retomam o paradigma da feminilidade e acaba por reforçar antigas representações que privilegiam

as mulheres brancas da elite brasileira, a qual, na realidade, dificilmente se envolve em movimentos comunitários, sindicais, estudantis, movimento por serviços públicos etc. Destaca-se, também, o impacto que a dublagem, logo na abertura da propaganda tem para a narrativa e para a/o telespectador/a, que intenciona saber o porquê a voz original da personagem foi substituída pela voz de um homem, e cuja resposta é obtida no decorrer ou mais precisamente no final da ficção: na totalidade do vídeo, a câmera privilegia as mulheres em primeiro plano e coloca o cenário fora de foco, determinando aquilo que deve ser visto, mas é somente no final que o objetivo é proferido em: “**vamos fazer parte da política**, vamos fazer parte da solução” (grifos nossos).

Como desfecho, aparece do lado esquerdo da tela a *hashtag* vem pra urna (“#VEMPRAURNA”) estampada em verde e amarelo, e, do lado direito, a logomarca do Tribunal Superior Eleitoral (Figura 4). Por último, na parte inferior da tela, segue-se o site do TSE, como se pode observar a seguir:



Figura 4

Quanto a isso, enfatiza-se o uso da *hashtag*⁸¹ vem pra urna (#vempraurna), que requer atenção especial, posto que constitua um movimento de retomada que traz uma memória discursiva sobre o movimento de 2013 denominado “vem pra rua” que, por sua vez, surgira de uma campanha publicitária da Fiat (*Fabbrica Italiana Automobili Torino*), uma das maiores fabricantes de automóveis do mundo. A propaganda da Fiat tinha a música-tema, de mesmo nome, cantada por Marcelo Falcão, do grupo O Rappa, e foi lançada no início de maio de 2013. A composição animada convidava as pessoas a torcerem pelo Brasil durante os jogos de futebol (Copa das Confederações). O refrão do

⁸¹ Expressão comum entre os usuários das redes sociais, na internet, o termo *hashtag* foi incorporado ao Dicionário de Língua Inglesa Oxford, em junho de 2014. Uma *hashtag* é composta de palavras-chave ou de uma única palavra, que é precedida pelo símbolo cerquilha (#), como recurso para identificar temas. *Hashtags* passaram a serem *hyperlinks* dentro da rede digital, como mecanismo de busca.

jingle "Vem pra rua, porque a rua é a maior arquibancada do Brasil" saiu das telas, sendo apropriado em protestos a partir de junho de 2013. Com tal apropriação, nas passeatas, o "clima verde e amarelo" convidava mais pessoas a aderirem ao movimento. Em entrevista concedida ao portal G1⁸² (Globo), o compositor Henrique Ruiz Nicolau afirmou que "não tinha intenção de fazer uma música de protesto": "Foi escrita em três horas. Eu não vi em protesto, não fui. Só vi os vídeos", afirmou. Além dele, o cantor Marcelo Falcão, por meio de sua assessoria, garantiu que foi contratado para "colocar a voz" na música, sem ter participado da criação. Para a Fiat⁸³, a campanha tinha "foco único e exclusivo na alegria e paixão que o futebol desperta nos brasileiros", além disso, "ela se insere em uma ampla plataforma de comunicação para celebrar os muitos momentos esportivos que o Brasil vive no presente e nos próximos anos, até 2016". O "movimento vem pra urna" foi possibilitado, ainda, por outra manifestação conhecida como Manifestações dos 20 centavos ou Jornadas de junho⁸⁴, seus manifestantes alegavam não terem uma liderança central e repudiavam a presença de bandeiras de partidos políticos nas manifestações. Uma das reivindicações do movimento era o passe livre (conduzido pelo Movimento Passe Livre – MPL), estopim dos protestos. Nesse âmbito, nota-se aquilo que Courtine recupera como uma tentativa de tomar a política pela língua de vento, do consumo, ao incorporar e refletir comportamentos de determinado público, fluidos e efêmeros.

Nos anos seguintes, 2015 e 2016, reforçou-se a ideia anti-institucional concebendo-se uma atmosfera antipolítica pela massa "despolitizada" que passou a tomar como alvo a corrupção, o Partido dos Trabalhadores (PT) com faixas de "Fora PT" e o impeachment da então Presidenta da República, Dilma Rousseff. Além disso, o movimento declarara-se favorável a intervenção militar e ao golpe de Estado. Grupos feministas, negros, LGBTQ+, sem-teto e outros eram considerados de viés ideológico, e se quisessem participar deveriam ser incorporados à massa. Nesse cenário de negação

⁸² LORENTZ, Braulio. G1 – Música. *Criador de 'Vem pra rua' comenta uso da música em protestos*. Fonte: <<http://g1.globo.com/musica/noticia/2013/06/criador-de-vem-pra-rua-comenta-uso-da-musica-em-protestos.html>>. Acesso em: 01 Fev 2019.

⁸³ BERTÃO, Naiara Infante. *Veja – economia. Campanha da Fiat 'Vem pra rua' sairá do ar no sábado*. Fonte: <<https://veja.abril.com.br/economia/campanha-da-fiat-vem-pra-rua-saira-do-ar-no-sabado/>>. Acesso em: 01 Fev 2019.

⁸⁴ Toledo, Luiz Fernando (13 de dezembro de 2013). *Passeata dos Cem Mil, Caras Pintadas e Movimento Passe Livre debatem "Jornadas de Junho"*. O Estado de S. Paulo. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,passeata-dos-cem-mil-caras-pintadas-e-movimento-passe-livre-debatem-jornadas-de-junho,1107798>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2019.

da política, o TSE formula a campanha “Vem pra urna” com foco nos jovens a partir de 16 anos, com o propósito de mostrar a importância do voto para as mudanças sociais. É indispensável ressaltar a evidente associação da campanha do TSE com os movimentos supracitados: observa-se que a instituição decide realçar a logo “#VEMPRAURNA” com as cores verdes e amarelas que caracterizam a identidade dos movimentos que transcorreram no ano anterior (2013), por pintarem o rosto com faixas nessas cores. Essa alusão é notada na escolha por manter o “pra” (da preposição “para”) de “vem pra urna”, de modo a se associar à linguagem coloquial, no intuito de contagiar mais pessoas, referência clara ao movimento vem pra rua. Além disso, mantém-se a alusão pela rima entre os substantivos “rua” e “urna”. A hipótese é a de que o TSE, ao apropriar-se de manifestações recentes, que tinha em sua maioria jovens, advindos de determinada camada da sociedade, tentara mostrar estar a par dos anseios da “população”⁸⁵, sobretudo, objetivara reforçar que a mudança social vem através do voto, uma forma de se eximir de críticas governamentais. Todavia, o movimento não só era contrário à política governamental, como posteriormente arquitetou o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, contrário aos propósitos de propagandas do TSE que convidam as mulheres a participarem da política formal. Dessa maneira, pode-se argumentar que a propaganda seguinte passou a ser assinada pela Justiça Eleitoral, mesmo que tenha sido encomendada pelo TSE, na tentativa de se esquivar de associações com os protestos.

A segunda propaganda foi veiculada a partir de 1º de abril de 2016, nas eleições de primeiro turno para os cargos municipais no Brasil. O vídeo de 60 segundos tem como título “Derrubar rótulos” e foi dirigido por Raphael Macedo Coutinho, da agência Mullen Lowe Brasil Publicidade Ltda – uma “boutique criativa global” que reúne agências ao redor do mundo –, e a empresa produtora é a Aldeia Filmes (FJPN) LNR Produções Ltda – especialista em propagandas publicitárias e de conteúdo, que possui estúdios em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.

O vídeo publicitário começa com a focalização de uma mulher branca, alta, esbelta, brincos pequenos nas orelhas, uma pele produzida com maquiagem discreta, cabelos presos, vestida com um uniforme de piloto (Figura 5):

⁸⁵ Aqui, compreende-se que a manifestação não correspondia exatamente a população, mas uma parcela dela, precisamente, parte da elite brasileira.



Figura 5

Tal cargo é identificado pelo uniforme que inclui um blazer com a presença de quatro faixas em sua manga – enquanto o copiloto tem uma faixa a menos –, além da gravata, a calça e um quepe padrão dos pilotos de avião. A mulher da peça caminha em direção a uma aeronave e em determinado momento a câmera focaliza seu quepe (chapéu de piloto). Nesse instante, seus dedos também são enquadrados, suas unhas bem feitas podem ser observadas e um anel localizado no dedo anular da mão direita, símbolo de noivado, aparece em cena⁸⁶. Como se vê abaixo:



Figura 6

Na sequência, ao levar o quepe à cabeça, surge a voz de um homem (como a peça anterior também traz a voz masculina sendo marcada como voz de fundo) que enuncia: “Mulher só sabe pilotar fogão”. Concomitantemente, a pilota coloca seu chapéu e em seguida aparece ocupando a cabine de comando da aeronave. Após isto, posicionada de lado, situada na lateral esquerda da tela, de repente, o dizer “Mulher só sabe pilotar fogão” se materializa na tela (Figura 7). Com a mulher de um lado e o avião do outro lado, subitamente, os sentidos se metamorfoseam: o advérbio “só” e o

⁸⁶ Cena, de acordo com Gerbase (2012) corresponde a um conjunto de planos que acontecem no mesmo lugar. Para o autor, sempre que a ação muda de lugar, troca-se a cena.

substantivo “fogão” saem de cena e lentamente o corpo da personagem se volta para a frente da câmera (Figura 8). Nessa ocasião, a pilota muda completamente a direção do corpo e do olhar, a postura manifesta um ato de segurança (Figura 9). Essas transições imagéticas e linguísticas podem ser observadas a seguir:



Figura 7



Figura 8



Figura 9

A figura 9 corresponde ao desfecho da cena. Nota-se aí que é a primeira vez que a personagem olha para a câmera, dando um efeito de determinação, afinal, o corpo e o olhar comunicam essa potência. Sobre isso, vê-se que a câmera está em um plano de posicionamento a uma distância média do objeto (“plano médio”) de modo a abranger o corpo da personagem, e a posição da lente muito próxima ao *contra-plongée*⁸⁷ reforça tal autoridade da personagem, que passa a olhar o/a telespectador/a sutilmente de cima para baixo.

Observa-se, sobretudo, a confluência entre elementos linguísticos e imagéticos: na mesma posição em que se inscreve a palavra “mulher” está o objeto de que se fala; quanto ao verbo “pilotar” diz-se que pode ser um verbo tanto transitivo quanto intransitivo, no caso em questão, a imagem do avião se funde à frase, ou seja, o avião é o objeto direto do verbo “pilotar”. Uma segunda interpretação que pode ser feita é a de que a mulher sabe pilotar vários instrumentos, por isso não está sendo delimitado o quê exatamente, considerando a dupla jornada de trabalho ou as várias máquinas e ferramentas que sabe pilotar, destaca-se, assim, a intransitividade do verbo e sublinha-se a mulher *multitasking* (multitarefa).

É importante ressaltar o uso do termo “sabe” correspondente ao verbo “saber”. “Saber” retoma uma memória antiga que propõe que as mulheres não poderiam saber de tudo, nem todos os assuntos podiam ser participados às mulheres e não era qualquer cargo que estava à sua disposição. Em razão de transformações históricas, há atualização de sentidos (“mulher sabe pilotar”) em relação ao antigo enunciado “mulher só sabe pilotar fogão”. Têm-se, pois, um discurso de novidade em relação ao que antes fora predestinado às mulheres: o fogão, a cozinha, a casa, o *oïkos*. Nesse sentido, é imprescindível demarcar a escolha por uma profissão antes considerada exclusivamente masculina e que ainda atrai para si preconceito, quando exercida por uma mulher. Importa perguntar qual a estratégia adotada pelo TSE para não incorrer em rótulos, visto que o título do vídeo é “Derrubar rótulos”. Preserva-se a elegância, a postura, a disciplina (manifesta pelos cabelos presos, olhar sereno, maquiagem leve, esbelta – corpo valorizado como saudável e disciplinado), mas também se convoca o *status* de “noiva”, uma posição de comprometimento, enaltecendo a “mulher séria”, respeitável. É

⁸⁷ A palavra *plongée*, segundo Gerbase (2012, p. 102), significa “mergulho” – “quando a câmera está ao nível dos olhos, voltada para baixo”. No caso da figura 9, tem-se o inverso, o *contra-plongée*, com o sentido de “contra-mergulho” – “quando a câmera está abaixo do nível dos olhos, voltada para cima”.

diante dessas condições, por estar de acordo com a ordem, que a mulher pode ocupar essa nova posição de sujeito, isto é, por não se apresentar pelo que se julga como extravagante, descuidada, e cuja feminilidade deve estar presente com moderação e o corpo extremamente disciplinado.

A cena muda e outra personagem, dessa vez, uma árbitra de futebol aparece. Dentro de um vestiário, sentada no banco e amarrando o cadarço de seu tênis, a personagem coloca no pescoço um cordão com o apito da partida. Após isso, sobe ligeiramente as escadas em direção ao campo e verifica se as redes das traves estão resistentes. A árbitra traça uma camisa e *short* pretos, tem cabelo preso, usa um relógio preto e é ainda mais jovem que as outras duas mulheres apresentadas, e tem outro diferencial: um brinco *piercing* na parte superior de uma das orelhas (Figura 10):

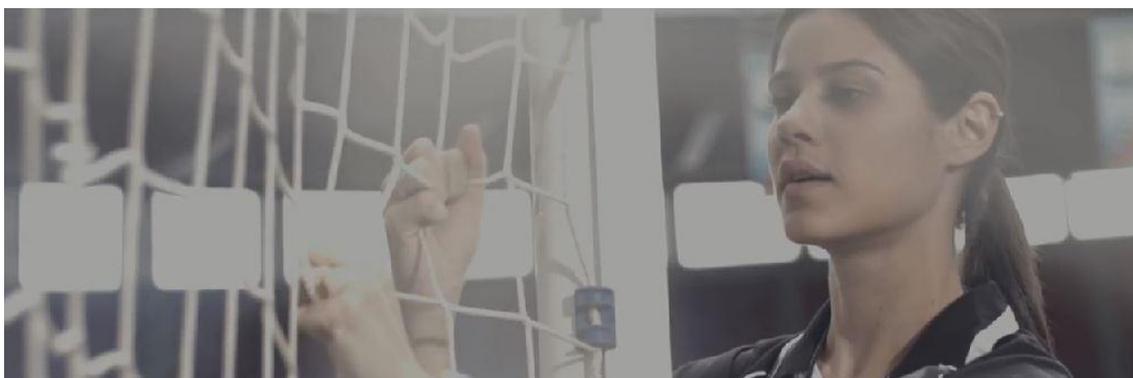


Figura 10

Diferente das outras duas mulheres, a sujeita que encena o papel de árbitra de futebol não usa maquiagem ou tem as unhas tingidas. A identidade dela pode ser traçada a partir de então: a árbitra é representada com aspectos de feminilidade mais amenos, espelhando um distintivo (a imagem) das aficionadas por futebol. Como se observa na Figura 10, ao ser enquadrada em primeiríssimo plano (a figura humana é enquadrada dos ombros para cima), de adereço apenas um *piercing* em sua orelha pode ser observado. Esse acessório é comumente observado em jovens, e o fato de a personagem correr em direção ao campo completa a ideia de energia e vigor dos jovens. No plano seguinte, quando se encontra no centro do campo, cercada pela arquibancada, surge a voz de outra mulher que enuncia: “Desde quando a torcida respeita?” (Figura 11). O enunciado materializa-se no centro da tela, e a árbitra fita a torcida. (Figura 12). As palavras “desde quando” saem de cena e tem-se o novo enunciado: “A torcida respeita” (Figura 13).



Figura 11



Figura 12



Figura 13

Ao se posicionar de frente para a tela, com olhos voltados para a torcida e um sorriso no rosto, o novo conjunto visual intenta sair de uma implicação negativa e adquirir conotação positiva. Tradicionalmente, na sua esmagadora maioria, homens ocupam as arquibancadas dos estádios de futebol, comandam a arbitragem dos jogos, bem como são presidentes de clubes, torcidas e times. Importa perguntar com Foucault: por que esse enunciado e não outro? Para estar entre eles, a árbitra precisa corresponder a certas normas, para tanto, abdica de certos aspectos associados ao feminino e é enquadrada naquilo que se espera de uma mulher amante de futebol. Assim, é dentro

desses limites que “a torcida respeita”, porque se trata de uma “mulher respeitável” (relativo às normas que vigoram em dada sociedade e lhe confere esse *status*). Nesse caso, não é a masculinidade que se sobrepõe, mas, em comparação com as personagens anteriores, a falta de elementos que circundam a feminilidade, como a ausência de maquiagem, deixando à mostra as suas olheiras. Dessa forma, sobressai-se o que Baukje Prins e Irene Costera Meijer sugerem em entrevista com Judith Butler (2002), em consonância com *Gender Trouble*⁸⁸, que feminilidade não é o oposto de masculinidade, o seu oposto seria a falta de feminilidade.

No cenário posterior, como engenheira civil, profissão do campo das ciências exatas, a personagem aponta com o dedo indicador para a planta de um projeto (Figura 14). Mais uma vez, uma mulher branca, magra e de boa aparência, e que traz no dedo anular da mão esquerda uma aliança de casamento, é escolhida como protagonista da cena.



Figura 14

Um homem negro caminha ao seu lado, ele veste uma farda na cor verde claro e um capacete azul. Na construção civil, cada cor de capacete simboliza a função que cada pessoa exerce na obra. Logo, o homem pode ser identificado como um pedreiro, enquanto a mulher, uma engenheira, por seu capacete branco. Observa-se (Figura 15) que, ao levantar o dedo indicador, a personagem demonstra seu poder de mando, e o homem ao seu lado, assume posição de comandado. No recorte posterior (Figura 16), ambos esboçam um sorriso, indício de que o trabalho transcorre de modo profícuo.

⁸⁸ Livro de J. Butler traduzido para o português como “Problemas de Gênero” (2017).



Figura 15



Figura 16

Nesse exato momento, surge a voz de um homem que enuncia: “Mulher na obra nunca dá certo, né?” Ao contextualizar esse enunciado à imagem de produtividade que as personagens assinalam, pode-se sublinhá-lo como um mito, pois parte do senso comum, e não dos fatos mostrados na tela (Figura16); o sorriso de ambos seria a representação da realidade, sinaliza o êxito do trabalho. Por isso, utilizando-se do mesmo efeito empregado nas cenas anteriores, o enunciado “Mulher na obra nunca dá certo” se materializa na tela (Figura 17) e, em seguida, o advérbio de negação “nunca” sai de cena (Figura 18). A transição pode ser vista a seguir:



Figura 17



Figura 18

Finalizada a cena, é interessante analisar a instauração da narrativa na produção dessas imagens, como diria Dubois (2004), a ficção com personagens, ações, organização do tempo, crença do espectador, “pensar a imagem como dispositivo e o dispositivo como imagem”. Vê-se que as cenas dão lugar especial aos telespectadores, que afinal não são somente a fonte do olhar, mas ocupam também a posição de personagens. A tela não é apenas a janela para o que se vê, o telespectador apesar de ausente (“espaço off”), segue as personagens todo o tempo, continua ativo. Assim, “a imagem é um ato e o ato, uma imagem, os artistas deixam de lado tudo o que é supérfluo e procuram, sobretudo, substituir a ideia de representação pelo princípio mesmo da presença” (DUBOIS, 2004, p. 110). Com base nessa orientação, percebe-se que, a todo momento, a personagem mantém a postura de que está sendo seguida, incrustada, observada, ela é a espectadora. Seus movimentos são obstinados, sua aparência sóbria, sua expressão séria, em momento algum olha para a câmera, porque o espectador, na verdade, não se encontra do lado de fora, sentado no sofá, a tela é o dispositivo em que espectadores se encontram e interagem – todo um jogo de contato se forma.

Além do exposto, é importante ressaltar um marcador social implícito na construção da narrativa. Considerando as diferenças nas relações entre gênero, raça e classe, depois dos homens brancos, as mulheres brancas ocupam o topo da pirâmide de renda e acesso a postos de trabalho e, ainda, estão em vantagem em relação aos homens negros. As mulheres negras e seus filhos ocupam a faixa pauperizada da população. Sobre as pessoas que exercem trabalho precarizado, segundo Biroli (2018), cerca de 39% são negras, 31,6% negros, 27% brancas e 20,6% brancos. Essa disparidade está manifesta na memória suscitada na narrativa discursiva, visto que o personagem a

ocupar o lugar de pedreiro é negro, assim, as relações entre classe e raça no Brasil são mantidas e determinam as posições de sujeito nos enunciados analisados.

Por conseguinte, a cena que se principia tenta romper com os marcadores sociais (sexo, raça e classe). Para tanto, uma *mulher negra* na posição de *diretora* de empresa inaugura a cena. A câmera posicionada no plano da nuca (a câmera está em linha reta com a nuca da pessoa filmada) focaliza tanto a retidão da postura da personagem quanto seus cabelos soltos, destacando seus cachos bem definidos (Figura 19):

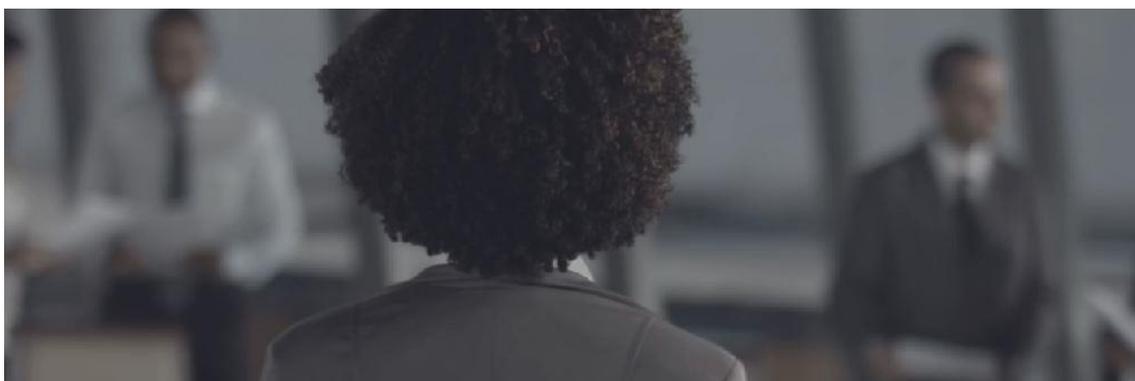


Figura 19

Após isso, a personagem segue em direção a um grupo de empresários composto por três homens, e, do lado oposto ao grupo se encontram ainda outro homem e uma mulher, os quais por não estarem usando blazer que compõe o paletó, como fazem os demais, ocupam posição de auxiliares. Nota-se que, na narrativa, a protagonista ocupa o lugar de diretora da empresa, e isso pode ser captado logo na sua entrada, pois a sua presença é notada e valorizada por todos os demais. Essa posição é curiosamente apresentada ao surgir uma voz feminina que enuncia: “Rá! Nenhuma mulher chegou à diretoria”, tal como apresentado no recorte “Desde quando a torcida respeita?” (Figura 11). Imediatamente, materializa-se na tela a frase “Nenhuma mulher chegou à diretoria” (Figura 20):



Figura 20

A entonação com que é proferida a interjeição “Rá”, usualmente tida como um indício de sarcasmo, geralmente reportando-se à risada (“haha”), recurso muito utilizado em redes sociais, reforça o sentido de incredulidade no que tange à inscrição de mulheres a altos cargos de poder. A imagem de uma mulher em posição de liderança refuta esse julgamento. Sublinha-se, sobretudo, que a descrença não provém de um homem, mas de uma mulher, o que retoma uma memória sobre a constituição de subjetividades de mulheres que julgam a si mesmas e as suas similares como inadequadas em certos espaços. A partir de então, pode-se concluir que o discurso machista, enquanto formação discursiva (FOUCAULT, 2015b), não parte apenas do sexo masculino, pois mulheres também legitimam essa formação, ou como diria Beauvoir (2005, 42) em sua célebre frase: “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”. Deste modo, as mulheres não só participam desse poder como ajudam a legitimá-lo.

Em continuidade à análise, uma outra orientação pode ser colocada a partir da pergunta: Como o corpo aparece no discurso? As propagandas em análise não têm uma autorepresentação de mulheres, isto é, não são mulheres em situações reais da vida concreta, por isso parte de modelos que o TSE faz circular, logo, pensa-se como a mulher é representada na posição de diretora. Uma das características que está sendo posta diz respeito ao cabelo da mulher negra: conforme foram conquistando a inserção em espaços de visibilidade, cada vez mais formas de padronização do corpo negro se mostraram presentes, sendo um desses exemplos a normatização dos cabelos cacheados e crespos, que resultou em inúmeros discursos sobre o disciplinamento dos cachos, e quanto aos cabelos crespos estes foram usualmente silenciados ou incorporados aos

cacheados, a partir da comercialização de determinados produtos pela indústria de cosméticos.

Posteriormente, captura-se a transição, em primeiro plano (também chamado de *close-up* ou *close*), em que a frase “Nenhuma mulher chegou à diretoria” (Figura 20) imediatamente passa pelo mesmo efeito aplicado nas outras propagandas: as palavras “nenhuma mulher” saem e tem-se a seguinte imagem:



Figura 20



Figura 21

Um sorriso se esboça no rosto da personagem, que ocupa não apenas um lugar no prédio empresarial, mas seu andar mais elevado. Se o enquadramento da câmera privilegia de um lado a mulher (à direita) e do outro o céu (à esquerda), é porque evidencia que a personagem chegou ao topo, uma referência a seu lugar de prestígio. No entanto, sua vestimenta, o paletó (tipo de blazer) continua atrelado ao masculino, tem-se uma mulher extremamente normatizada para ocupar determinada posição social, implicando um avanço, mas dentro de certos limites. Outra observação é que ela é a única mulher negra a ocupar posição de destaque não apenas nesta propaganda, mas no conjunto de propagandas do TSE, e a sala em que os outros personagens compõem a

cena tem quatro homens, sendo três empresários e um secretário, e apenas duas mulheres, sendo uma diretora e uma secretária (posição de auxiliar). O enunciado demonstra que ocupar cada lugar parte de uma escolha pessoal, do mérito, do esforço, e certamente nega a ideia de uma construção social.

A propaganda termina com uma personagem que fala atrás de um púlpito em cima de um palco, e surge enquadrada em um *super close* que focaliza a sua boca (Figura 22). Acima da sua cabeça há um refletor que lhe proporciona destaque ao iluminar o seu rosto em um cenário escuro.

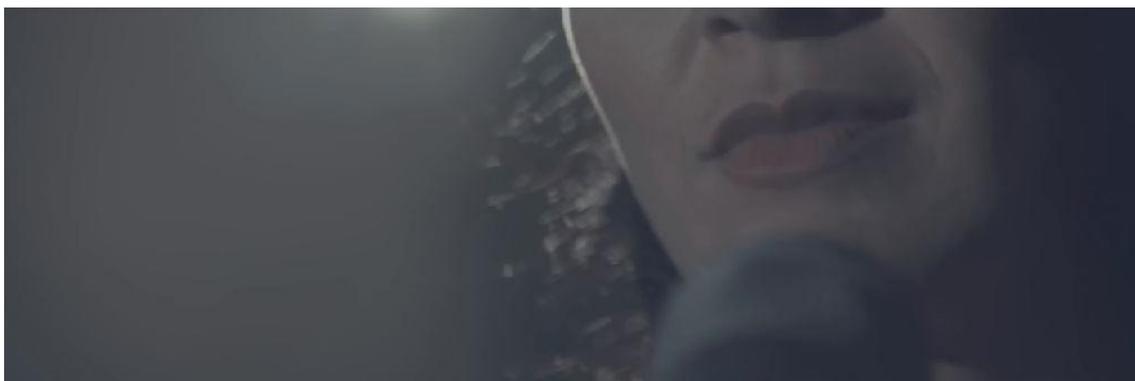


Figura 22

Subsequentemente, a sua fala aparece legendada no vídeo: “Está na hora de derrubarmos mais um rótulo, a desigualdade na política”, dito isto, aparece em caixa alta o enunciado “DESIGUALDADE NA POLÍTICA”. Em seguida, como efeito da enunciação “derrubarmos mais um rótulo”, o prefixo “des” cai, e com isso passa-se a ler “IGUALDADE NA POLÍTICA”, como se pode notar nas figuras 23 e 24.



Figura 23



Figura 24

Nesse instante, o público a ovaciona em sinal de aprovação. No anfiteatro, o destaque à plateia é feito gradualmente. Em sua primeira aparição, quando a câmera situada atrás da protagonista focaliza as suas costas, de cima do palco, desfoca o público. Essa técnica confere uma interpretação dos níveis hierárquicos: apenas parte do corpo da mulher é focalizada, enquanto o público é secundário. Em seguida, apenas o topo de suas cabeças é enquadrado (Figuras 23 e 24), finalmente, as palmas ficam visíveis (Figura 24) e reiteradamente a câmera segue uma posição de enquadramento dos aplausos (Figura 25) – mãos – e dos rostos (Figura 26) dos espectadores, que adquirem destaque, sendo mostrados diversas vezes, como se pode observar:

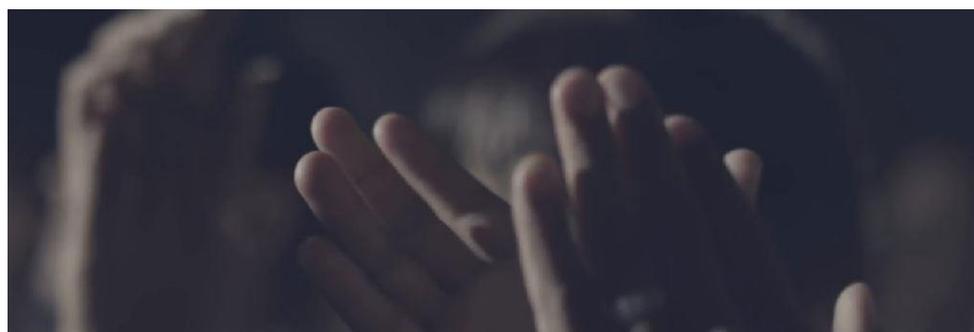


Figura 25



Figura 26

Ressaltando as palmas, a plateia passa a ter visibilidade, percebe-se que é notória em sua composição a inscrição significativa de homens. A cena continua e dessa vez a protagonista profere: “Nós já tivemos várias conquistas”. Contrariamente aos objetivos da Campanha Mulher na Política, ao proferir o pronome pessoal da primeira pessoa do plural “nós”, a câmera focaliza apenas os homens (Figuras 26 e 27) ali presentes.



Figura 27

A escolha por esse arranjo leva a várias direções. Os homens da plateia podem representar os políticos que compõem a esmagadora maioria do cenário político governamental brasileiro, bem como o cenário mundial. A mensagem que a personagem leva diz respeito aos atuais ideais de democracia, principalmente em relação à igualdade de gênero, a comemoração do público representa a acolhida. Durante essa recepção, um *flash* de câmera é disparado – trata-se de uma foto –, o gesto ali encenado sublinha a repercussão midiática. A peça publicitária vista em seu encadeamento, dirige-se às

mulheres, então a descrição que se faz é da metalinguagem: uma linguagem que descreve ela mesma.

Em seguida, a protagonista continua: “mas precisamos ir em frente. Faça você parte das decisões do seu bairro, da sua comunidade, do seu município”. O modo imperativo do verbo fazer (“faça”) exprime uma ordem, a postura corporal (Figura 28) confirma essa posição:



Figura 28

Além disso, enquanto a câmera a enquadra, a personagem cerra o punho, franze o cenho e fita a plateia nos olhos. O corpo da personagem é magro, seus olhos estão maquiados com sombra leve e lápis de olho, sua boca traz um batom rosa muito suave, suas sobrancelhas estão bem feitas, seu cabelo é de um preto ondulado bem definido, modelado, de modo que em movimento seu brilho se intensifica e as ondas permanecem intactas, e recobrem um pouco um lado de seu rosto. A jovem mulher branca veste uma camisa branca e uma calça preta e tem uma aliança na mão direita.

No desfecho da propaganda, a personagem enuncia “Quanto mais participação feminina na política, mais democracia”. Após isso, sorri aos espectadores e também aos telespectadores, posto que seu olhar abranja o público do outro lado da tela. A câmera desfoca o cenário, e traz a logo “Eleições 2016 #SEUVOTOSUAVOZ”, acompanhado da logo da Justiça Eleitoral e a página eletrônica da instituição.



Figura 29

A *hashtag* seu voto sua voz (“#SEUVOTOSUAVOZ”) retoma a série de reportagens que documentaram a Caravana da Justiça Eleitoral pelo Brasil em 2008, focada na “conscientização do eleitor sobre a importância do voto na definição dos rumos do país⁸⁹”. Apesar de a propaganda ter como anunciante o Tribunal Superior Eleitoral, ela é repercutida pela Justiça Eleitoral, essa assinatura é transmitida na figura 30 e por meio da voz de um locutor que enuncia “Justiça Eleitoral, a justiça da democracia”.

A propaganda de segundo turno foi veiculada a partir de 5 de julho de 2016 e teve como título “Coral”. A peça de trinta segundos (30s) foi dirigida por Ricardo Martins, a agência publicitária foi a Mullen Lowe Brasil Publicidade Ltda, e a empresa produtora foi a Fundação José de Paiva Neto, reconhecida como de Utilidade Pública Federal, instituída com o objetivo de contribuir com a divulgação e realização de atividades sociais, educacionais, culturais e filosóficas, visando ao desenvolvimento integral e ao bem-estar da pessoa humana, segundo a entidade⁹⁰.

O vídeo se principia com uma mulher branca, esbelta, de boa aparência, caracterizada com um blazer cinza, ela tem cabelo pouco abaixo da orelha, usa um anel no dedo anular da mão direita e uma aliança na mão esquerda, além disso, está com brincos pequenos e discretos, um colar no pescoço e uma maquiagem pouco aparente, apenas o batom rosa suave pode ser notado. A personagem enquadrada da cintura para cima (meio primeiro plano) está situada no centro de um palco e tem atrás de si uma

⁸⁹ Câmara dos Deputados. TV Câmara. Acervo – seu voto, sua voz. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/programa/77-SEU-VOTO,-SUA-VOZ.html>>. Acesso em: 03 Fev 2019.

⁹⁰ Fundação José de Paiva Neto. Apresentação da FJPN. Disponível em: <<http://www.fjpn.com.br/apresentacao-da-fjpn>>. Acesso em: 22 Fev 2019.

clássica cortina de teatro na cor púrpura. As cortinas se abrem no exato instante em que a personagem enuncia: “Se a população brasileira tivesse uma voz, hoje ela seria assim...” (Figura 30). Então, surge o coral.



Figura 30

Nesse momento, um coro misto de vozes masculinas e femininas harmonizadas é entoado. Nota-se também o contraste: homens de um lado, mulheres do outro, ambos trajados com togas, sendo a vestimenta daqueles na cor azul e destas no tom creme ou um leve rosa. Postos assim, cada grupo representa uma porcentagem assinalada na tela (Figura 31). Os homens aparecem como 49%, enquanto as mulheres encontram-se em 51%, de acordo com a estimativa de homens e mulheres na sociedade brasileira.

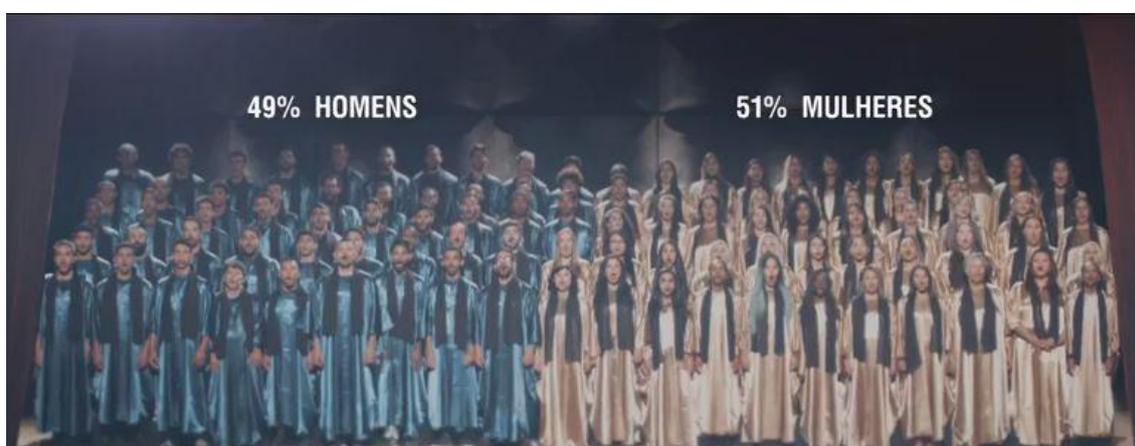


Figura 31

Na sequência, a personagem escolhida para falar acrescenta: “E essa seria a voz dos políticos que representam hoje essa mesma população” (os homens ocupam quase toda a tela – Figura 32). Com isso, mais uma vez o coral entoa as suas vozes, mas dessa

vez a voz que se sobressai é a masculina, isto porque o número de mulheres diminui consideravelmente, e esta nova articulação mostra outra porcentagem, agora 91% para homens e apenas 9% para as mulheres (Figura 32). Essa imagem produz um efeito de clara referência à desigualdade sexual, mostra que no cenário político (o fictício e o real) as mulheres ainda são sub-representadas.



Figura 32

A partir disso, a personagem central manifesta: “Nós mulheres somos mais da metade da população, mas ocupamos menos de 10% dos cargos políticos”. A um só tempo, os elementos verbo-audiovisuais se acentuam em cena: surge o som de um piano, a câmera focaliza o perfil das mulheres em primeiro plano, dá-se ênfase aos enunciados “MAIS DE 50% DA POPULAÇÃO” e “MENOS DE 10% NA POLÍTICA”, os quais são materializados em caixa alta no centro da tela. Na sequência, sobressai ao fundo um palco repleto de mulheres, e a personagem principal enuncia: “Faça a nossa voz ser mais ouvida, participe da política. A democracia agradece” (Figura 33).



Figura 33

Por fim, surgem na tela a logomarca das eleições de 2016 com o slogan #SEUVOTOSUAVOZ e a logo da Justiça Eleitoral com a legenda “A Justiça da Democracia” (Figura 34), bem como apareceu na propaganda de primeiro turno do mesmo ano.



Figura 34

Alguns elementos selecionados para compor o último vídeo podem ser observados nas outras duas propagandas:

– A utilização de um piano ao fundo das três propagandas demarca altos e baixos: efeito de comoção quando se relaciona a algo desfavorável às mulheres, ao passo que, quando se trata de realçar pontos positivos a elas, mudam-se os acordes, produz-se uma sensação de alegria. Tais efeitos recobrem interditos que circundam emoção, sentimentos, um recurso que se junta ao conceito de feminilidade preestabelecido (emotiva) no intuito de aflorar tal sensibilidade nas mulheres.

– Todas as protagonistas – aquelas escolhidas para falar – correspondem à mesma raça (a branca), têm a aparência física similar (magra e de boa aparência,

segundo as exigências do que é considerada bela), aparentam ser da mesma classe social (certo poder aquisitivo), usam maquiagem pouco aparente (aspectos do que é considerado feminino estão presentes com moderação), têm os cabelos medianos/curtos e extremamente disciplinados, usam trajes formais (camisas longas, blazer). Na figura a seguir (Figura 35) contemplam-se, lado a lado, as três personagens principais:



Figura 35

Observam-se significativos estereótipos de Gênero, tais como referência à idade e à aparência física, mas, sobretudo, nota-se uma disciplinarização de mulheres a esses espaços que continuam masculinos. Na propaganda de abertura da campanha “Mulher na Política”, é especialmente pela voz de um locutor que isso fica marcado. No segundo vídeo, no que tange às profissões, estas dizem respeito a eles (piloto, engenheiro, árbitro, diretor e, finalmente, políticos), e agora que elas já conquistaram respeito, sabem se posicionar bem, ocupam até certos cargos considerados masculinos, podem também ocupar a política. Isso é dito no seguinte enunciado: “Nós já tivemos várias conquistas, mas precisamos ir em frente”. Na terceira e última propaganda, a mulher representada cede ainda mais aos apelos de se ingressar no universo masculino: o blazer e o cabelo curto chamam muito a atenção, comparados à vestimenta e à aparência das protagonistas anteriores.

Sobre esse disciplinamento, Foucault afirma que “acreditamos, em todo caso, que o corpo obedece às leis exclusivas da fisiologia e escapa à influência da história”, mas, para o autor, isso é falso, pois “o corpo é moldado por muitos regimes distintos; é derrotado pelos ritmos do trabalho, repouso e feriados; é envenenado por comida ou valores, através de hábitos alimentares ou leis morais; constrói resistências” (FOUCAULT, 1971 *apud* OKSALA, 2011, p. 59). O corpo visto por essa óptica é

historicizado para sublinhar as práticas e as formas de pensamento que o circundam. Desse modo, ele é forjado, fabricado, pois “o próprio sujeito é postulado como um objeto de conhecimento possível” (FOUCAULT, 1984 *apud* OKSALA, 2011, p. 66). Dentro dessa perspectiva, Oksala (2011, p. 68) afirma que as genealogias são “histórias do corpo”, que “questionam tipicamente todas as explicações puramente biológicas para áreas do comportamento humano como a sexualidade” etc., e, ao se estabelecer uma visão científica da sexualidade, está-se produzindo exclusão, em que toda uma série de comportamentos sexuais é marginalizada. Portanto, conclui-se que, implicitamente e até explicitamente, não é qualquer mulher que pode estar ali, nem de qualquer jeito, é preciso seguir as normas, corresponder aos modelos criados em torno de “mulheres políticas”, ainda que isso não seja dito, principalmente porque contrariaria os propósitos de igualdade de gênero. Pensado nisso, cabe assinalar uma reflexão foucaultiana, que considera que o discurso verdadeiro não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa, e a verdade precisa continuar mascarada, pois assim se mantém ou se modifica a apropriação dos discursos (FOUCAULT, 2014, p. 19). Assim, o discurso

nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo poder ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. (...) O discurso se anula, assim, em sua realidade, colocando-se na ordem do significante (FOUCAULT, 2014, p. 46-47).

Assim, Gênero é um dispositivo por meio do qual o poder se manifesta, ainda que dissimulado sob a forma da democracia, e a biopolítica aparece como aquilo que acrescenta o ideal normativo dentro da democracia (BAZZICALUPO, 2017). Nesse sentido, na maioria dos casos, a atenção crítica ao governo biopolítico por parte do feminismo ressalta a indução de subjetivações funcionais a papéis de gênero, a gestão dos corpos das mulheres que solicita sua docilidade (DUDEN, 1994, p. 107 *apud* BAZZICALUPO, 2017, p. 120). Dentro da perspectiva feminista, ressaltam-se as práticas de sujeição dos corpos a partir de um imaginário do feminino que solicita também o masculino. O avivamento desse imaginário pode ser percebido nas propagandas em questão, que convocam modelos de mulher, partindo de uma narrativa discursiva delas por eles, visto que as personagens estão sob o comando de diretores – todos os diretores escolhidos para dirigir tais propagandas são homens –, obedecem ao imaginário masculino do que é ser mulher política.

Aprofundando essa discussão, Fischer (2002, p. 86 *apud* MARCELLO, 2004, p. 203) argumenta que a mídia hoje se apresenta como espaço de “visibilidade de visibilidades”:

(...) ela e suas práticas de produção e circulação de produtos culturais constituiriam uma espécie de reduplicação das visibilidades de nosso tempo. Da mesma forma, poderíamos dizer que a mídia se faz um espaço de reduplicação dos discursos, dos enunciados de uma época. Mais do que inventar ou produzir um discurso, a mídia o reduplicaria, porém, sempre a seu modo, na sua linguagem, na sua forma de tratar aquilo que “deve” ser visto ou ouvido.

Conforme Coloumb-Gully (2014, p. 150), Gênero é (uma) representação, a representação do Gênero é sua construção. Por isso, para a autora, as mídias funcionam um tanto quanto as “tecnologias de gênero”, levando as mulheres, mas também os homens, a se conformarem com o espelho que lhe(s) é dado. Coloumb-Gully acrescenta que trabalhar o Gênero é articular as categorias feminino e masculino e analisar como se constroem essas identidades no tempo e como são continuamente reconstruídas por meio dos processos de socialização em que feminino e masculino se definem um pelo outro. Na análise que a autora faz da cobertura midiática da campanha presidencial de 1974 da primeira candidatura de uma mulher – Arlette Laguiller –, mostra que a presença de uma mulher no mundo político, até então exclusivamente masculino, só poderia ser concebida se fosse masculinizada, embora ela não fosse um homem. Nos exemplos apresentados pelo TSE, concebem-se mulheres com sua feminilidade, no entanto, extremamente disciplinadas. Tais representações impulsionadas pela biopolítica trazem consigo a disciplinarização dispersa nos símbolos, nas representações culturais, normas, nas identidades subjetivas e coletivas (SCOTT, 1995). É o caso do alto padrão de beleza assinalado que repercute imagens e produz representações de mulher.

A esse respeito, uma interessante observação de Coulomb-Gully pode ser conjecturada a partir de uma pesquisa dirigida por Éric Macé sobre a programação diária da televisão francesa que confirmava a sub-representação sistemática das mulheres e sua estereotipação, afetadas pelas tarefas domésticas e na maior parte das vezes pelos nus eróticos, traços que o pesquisador analisa como “a expressão de uma inconsciência estruturalmente sexista implementada ‘espontaneamente’ pelos profissionais da televisão” (COULOMB-GULLY, 2014, p. 151).

Destarte, as mídias produzem representações e identidades de gênero, pois estão constantemente engajadas em influenciar o público, seja no reforço a certos estereótipos relacionados à manutenção dos papéis femininos e masculinos, seja na quebra de paradigmas sociais. Segundo Bakhtin (2011), o gênero discursivo pressupõe uma subjetividade (materializada por escolhas lexicais, morfológicas, sintáticas etc.). No caso das propagandas da campanha encampada pelo TSE, uma das subjetividades que nelas falam é o Sistema de Justiça Eleitoral Brasileiro, órgão máximo da Justiça Eleitoral, instituição responsável oficialmente por julgar questões eleitorais, referentes à organização e realização de eleições, referendos e plebiscitos, e regulamentar normas referentes ao processo eleitoral. Tem suas principais competências fixadas pela Constituição Federal Brasileira e pelo Código Eleitoral Brasileiro (Lei nº 4.737, de 15.7.1965) e exerce papel fundamental na construção e no exercício da democracia brasileira.

Assim, para dar seguimento às análises, na seção seguinte, coloca-se o problema foucaultiano: *a) Quais os lugares institucionais de onde certo “personagem” obtém seu discurso?* Entendendo que, dessa forma, o TSE possui seu papel de difusor de verdades sobre a política, pois parte de um discurso autorizado, portanto, constitui um lugar de enunciabilidade que advém de uma ordem discursiva que admite certos discursos. Além disso, justiça aparece sob a forma do poder judiciário e funciona como uma instância de poder composta de meios restritivos que regulam as regras de comportamento, sanções e normas, a partir de uma vontade coletiva de ordenamento social, em nome de valores compartilhados. Nesse sentido, buscou-se compreender como a narrativa do TSE é produzida, e que mulher está ali representada.

3.3. “Agora é lei”: dispositivos jurídicos na representação de *mulheres políticas* no Brasil

Em torno de “A verdade e as formas jurídicas”, livro resultante de cinco conferências realizadas na PUC-Rio em 1973, Foucault discute a constituição de um sujeito que não é dado *a priori*, mas que “se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história” (FOUCAULT, 2013b, p. 20). Consoante o autor, as metamorfoses sociais permitem localizar a emergência de novas

formas de subjetividade, entre as mais importantes, para o filósofo, figuram as práticas jurídicas, ou mais precisamente, as *práticas judiciárias*. Tais práticas se constituem como a maneira pela qual se concebe e se define como os homens podem ser julgados, dando início a certas formas de subjetividade, tipos de saber ou domínios de objeto, a relação entre “homens e verdade”.

Inspirado pelas ideias do filósofo alemão Friedrich W. Nietzsche, Foucault afirma que o conhecimento não está em absoluto inscrito na natureza humana, portanto, não tem uma origem, é, pois, uma invenção. Se o objeto não é estabelecido *a priori*, a experiência, as condições da experiência e as condições do objeto de experiência são inteiramente heterogêneas. Em determinado momento, o filósofo defende que

se quisermos realmente conhecer o conhecimento, saber o que ele é, apreendê-lo em sua raiz, em sua fabricação, devemos nos aproximar, não dos filósofos mas dos políticos, devemos compreender quais são as relações de luta e de poder (FOUCAULT, 2013b, p. 31).

Por esse raciocínio, conclui que sua pretensão é mostrar

como, de fato, as condições políticas e econômicas de existência não são um véu ou um obstáculo para o sujeito de conhecimento, mas aquilo através do que se formam os sujeitos de conhecimento e, por conseguinte, as relações de verdade. Só pode haver certos tipos de sujeito de conhecimento, certas ordens de verdade, certos domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade (FOUCAULT, 2013b, p. 34).

Essa afirmação parece ser muito reveladora para se compreender em que consistem alguns conhecimentos em torno das mulheres (e consecutivamente do que não pode ser uma mulher) e como estão sendo constituídas certas representações de mulheres na política formal, a partir de relações de verdade, certas relações políticas, como a propagação de imagens por determinadas instâncias do Poder Judiciário.

Conforme Foucault, na produção da verdade⁹¹, o regulamento jurídico assume algumas formas durante a história: primeiro, pelo afrontamento de guerreiros no intuito de descobrir quem havia violado o direito do outro, depois a pastoral, que traz em seu discurso o testemunho daquele que viu, isto é, a testemunha. Diante disso, foram

⁹¹ Para o autor, a verdade tem uma história, por isso, em certo sentido, demonstra como em torno da “verdade” há manipulação, à medida que passa a ser um instrumento de poder. Nesse caso, cita como o mito edipiano, primeiro testemunho das práticas judiciárias da antiguidade que se tem conhecimento, foi usado pela Psicanálise como representativo e instaurador de um certo tipo de conhecimento. Ao final de sua detalhada análise, demonstra que o que está em jogo é uma luta de poder, “o poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber” (FOUCAULT, 2013b, p. 56).

produzidas formas de observar, pelas formas racionais da prova e da demonstração. Com as várias formas do Direito, desde uma “forma ritual da guerra”, uma transação econômica, um acordo, em que toda essa mecânica do saber assume igualmente características específicas, são produzidos personagens e disciplinas. Assim, com a constante atualização e reorganização do sistema judiciário, surgiu, em fins do século XVIII e início do século XIX, a “sociedade disciplinar” por oposição às sociedades propriamente penais. Um dos modelos de vigilância dessa sociedade foi estabelecido por Betham (*apud* FOUCAULT, 2013b, p. 87-89), o *Panopticon*, descrito como uma forma de arquitetura que permite um tipo de poder de uns sobre outros, a vigilância, o exame. Sobre essa sociedade, o filósofo faz uma análise muito interessante (do poder) do olhar:

o procurador não é apenas o agente da lei que age quando esta é violada; o procurador é antes de tudo um olhar perpetuamente aberto sobre a população. O olho do procurador deve transmitir informações ao olho do Procurador Geral que, por sua vez, as transmite ao grande olho da vigilância (...). – esta grande pirâmide de olhares consistia na nova forma da justiça (FOUCAULT, 2013b, p. 106-107).

Essas percepções são relevantes porque a partir delas podem ser extraídos alguns questionamentos que norteiam este trabalho, tal como: como este órgão máximo da Justiça Eleitoral chamado Tribunal Superior Eleitoral representa e faz ver (determinadas) mulheres enquanto objetos de discursos? Inicialmente, cabe investigar os dispositivos (neste caso, instituições) responsáveis por representações de “mulheres políticas” e seus mecanismos: a Justiça Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral e, posteriormente, a lei e a campanha (na seção seguinte) de incentivo às mulheres à participação na política formal.

Com foco nos lugares institucionais, recorre-se à noção de dispositivo apresentada por Foucault, que o descreve como a rede que se estabelece entre os elementos que compõem um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. (...) o dito e o não dito (FOUCAULT, 2015a, p. 364). Piovezani & Curcino (2014, p. 37) afirmam que o termo dispositivo assume um papel conceitual fundamental na obra de Foucault, pois este reconhece que “o dispositivo de poder é uma instância produtora de práticas discursivas (ou não)”.

Se no primeiro momento Foucault ocupara-se com o saber, importa analisar, na fase genealógica, o emprego do dispositivo, acentuando sua relação com o agenciamento de poder e “as condições de possibilidade e controle não apenas do dizer, como também do fazer, do ver, logo, do ser” (PIOVEZANI; CURCINO, 2014, p. 42). Desse modo, explica-se o interesse foucaultiano em responder “em que medida um dispositivo de poder pode ser produtor de um certo número de enunciados, de discursos e, conseqüentemente, de todas as formas de representações que podem formá-los e deles provirem/derivarem” (FOUCAULT, 2003, p. 14 *apud* PIOVEZANI; CURCINO, 2014, p. 37). Por conseguinte, ao tratar de “lugares institucionais”, Foucault (2015a, p. 368) os define como: “Geralmente se chama instituição todo comportamento mais ou menos coercitivo, aprendido. Tudo que em uma sociedade funciona como sistema de coerção, sem ser um enunciado, ou seja, todo o social não discursivo é a instituição”.

O primeiro dispositivo a ser destacado é o Tribunal Superior Eleitoral, a respeito do qual foram obtidas informações relevantes por meio do seu *site* oficial⁹², como a sua origem, composição, bem como da Justiça Eleitoral brasileira, instâncias que, embora tenham proximidades, não podem ser confundidas. Segundo consta no sítio eletrônico, a Justiça Eleitoral nacional é formada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tribunais regionais eleitorais (TREs), juízes e juntas eleitorais. Todos esses órgãos têm sua composição estabelecida pela Constituição Federal e sua competência determinada pelo Código Eleitoral. O TSE, por exemplo, é responsável por concluir as matérias ligadas ao Direito Eleitoral⁹³, sendo o órgão máximo da Justiça Eleitoral, e atua em ação conjunta com os tribunais regionais eleitorais (TREs), responsáveis diretos pela administração do processo eleitoral nos estados e nos municípios. Suas principais competências estão fixadas pela Constituição Federal e pelo Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15.7.1965), conforme consta na página *online* do TSE. Vale ressaltar que embora o TSE tenha a designação “Eleitoral”, a instituição não compõe o Poder Legislativo. Os órgãos supracitados integram o Poder Judiciário (um dos três poderes do Estado moderno), cuja incumbência é fiscalizar o cumprimento das leis (cuida da

⁹² TSE. *História do TSE e da Justiça Eleitoral*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/o-tse>>. Acesso em: 31 Jan 2019.

⁹³ As principais leis que regem o Direito Eleitoral são: a Constituição Federal (arts. 14 a 17 e 118 a 121); o Código Eleitoral de 1965; Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar nº 64 de 1990); a Lei 9.504 (Lei das Eleições), de 1997; a Lei dos Partidos Políticos, de 1995; a Lei 12.034 de 2009; e as periódicas resoluções normativas do TSE, que regulam as eleições.

organização do processo eleitoral – alistamento eleitoral, votação, apuração dos votos, diplomação dos eleitos, etc.) e estabelecer punições a quem as viola.

Na sua origem, o TSE recebera o nome de Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, criado pelo Decreto nº 21.076/1932 e instalado no centro do Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1932, sob o comando do Ministro Hermenegildo Rodrigues de Barros. Posteriormente, em 1937, a Constituição do Estado Novo, outorgada pelo então presidente Getúlio Vargas, extinguiu a Justiça Eleitoral e “atribuiu à União, privativamente, o poder de legislar sobre matéria eleitoral”. Restabelecido pelo Decreto-Lei nº 7.586/1945 em 28 de maio de 1945, em 1º de junho do mesmo ano, o Tribunal foi instalado no Palácio Monroe (RJ) sob a presidência do Ministro José Linhares. Em razão da mudança da capital federal, o TSE foi instalado em Brasília, em um dos edifícios da Esplanada dos Ministérios, em abril de 1960. Já em 1971, a sede do TSE foi transferida para a Praça dos Tribunais Superiores. No dia 15 de dezembro de 2011 foi inaugurada a nova sede do TSE, localizada no Setor de Administração Federal Sul (SAF/Sul), em Brasília, próximo às sedes do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho e da Procuradoria Geral da República⁹⁴.

O Tribunal Superior Eleitoral é composto de, no mínimo, sete membros, sendo eles: três ministros do Supremo Tribunal Federal (STF); dois ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ); e dois ministros dentre advogados indicados pelo STF e nomeados pelo presidente da República (art. 119 da CF/1988). Segundo Dias⁹⁵, com base nos Artigos 22 e 23 do Código Eleitoral, algumas de suas principais competências são:

- (i) processar e julgar originariamente o registro e a cassação de registro de partidos políticos, dos seus diretórios nacionais e de candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República; (ii) julgar recurso especial e recurso ordinário interpostos contra decisões dos tribunais regionais; (iii) aprovar a divisão dos estados em zonas eleitorais ou a criação de novas zonas; (iv) requisitar a força federal necessária ao cumprimento da lei, de suas próprias decisões ou das decisões dos tribunais regionais que a solicitarem, e para garantir a votação e a apuração; e (v) tomar quaisquer outras providências que julgar convenientes à execução da legislação eleitoral.

⁹⁴ TSE – imprensa. *TSE inaugura nova sede no dia 15 de dezembro*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2011/Dezembro/tse-inaugura-nova-sede-no-dia-15-de-dezembro>>. Acesso em: 31 Jan 2019.

⁹⁵ DIAS, Renata Livia Arruda de Bessa. *TSE. Justiça Eleitoral: composição, competências e funções*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitora/lpublicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-1-ano-4/justica-eleitoral-composicao-competencias-e-funcoes>>. Acesso em: 08 Fev 2019.

Dentre as propagandas analisadas, duas são assinadas com o nome da Justiça Eleitoral que, consciente de seu papel no exercício do poder político, faz circular⁹⁶ que:

A Justiça Eleitoral é a instituição brasileira viabilizadora, mediante eleições, do exercício, pelo povo, de seu poder. Cuida, portanto, do processo eleitoral. Isso significa que se ocupa do conjunto das ações humanas necessárias para a concretização do exercício do poder político. Trata-se, por isso, da mais importante instituição do país, pois, se não pode um corpo viver sem cabeça, não pode uma nação viver sem poder político e, no Brasil, não seria possível, aos brasileiros, o exercício desse poder sem a Justiça Eleitoral. Uma missão tão sagrada e singular torna essa justiça diferente das demais.

Em seguida, explica o seu objetivo:

Enquanto as demais justiças (Federal, Estaduais, Militar e do Trabalho) devem, em regra, resolver conflitos oriundos do viver em sociedade, a Justiça Eleitoral preocupa-se com a concretização do processo eleitoral. (...) enquanto as outras justiças se preocupam com os problemas da sociedade no caso de inobservância do direito, a Justiça Eleitoral cuida da concretização do poder político. Para uma função tão complexa, faz as vezes não apenas de julgadora (decide sobre os problemas que porventura ocorram), mas também de administradora (cuida da logística completa de uma eleição) e de legisladora (cria normas para o bom andamento dos pleitos). Trata-se da única instituição do Estado que desempenha, na realização de sua atividade-fim, atividade administrativa, legislativa e jurisdicional.

Sendo atribuídas funções administrativas e normativas que excedem seu âmbito jurisdicional, o TSE opera na normatização do processo eleitoral e segue características do Poder Executivo e Legislativo. Quanto ao Poder Judiciário propriamente, Avelar (2001) afirma que existe uma rígida hierarquia no provimento dos cargos, sendo constituído do seguinte modo: um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos estados, Distrito Federal e territórios é composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes (artigo 94 da Constituição). Conforme a autora, os atos de decisão do Poder Judiciário, por serem praticados cotidianamente em suas várias áreas e instâncias, em toda a extensão territorial do país, são um dos âmbitos incontestáveis de poder e da elite política (AVELAR, 2001, p. 108).

Observando a sua composição, Avelar afirma que as mulheres são uma pequena proporção, e que o aumento proporcional no começo do século XXI ainda era baixo, pois “o recrutamento é de natureza essencialmente política”, e isso era manifesto nas

⁹⁶ MINAMI, M. Y. TSE. *Afinal, o que faz a justiça eleitoral?* Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-ano-ii-no-5/afinal-o-que-faz-a-justica-eleitoral>>. Acesso em: 31 Jan 2019.

escolhas dos nomes incluídos nas listas para o preenchimento dos cargos (AVELAR, 2001, p. 108). Desse modo, manifesta que:

As nomeações passam, portanto, por canais de preferência, de ordem valorativa, e também conforme o princípio de interesses. Se os critérios de entrada na carreira são formais e claros, já a ascensão depende dos critérios de nomeação, que nem sempre têm favorecido as mulheres. Há alguns grupos corporativos no Judiciário que apresentam as mesmas características dos grupos oligárquicos fechados. Os procedimentos de nomeação e promoção acabam sendo aqueles que reproduzem o corpo diretivo à sua própria imagem, com enormes resistências a reformas que abririam oportunidades para representantes de outros grupos ou do outro sexo (AVELAR, 2001, p. 108-109).

A autora menciona que o próprio Poder Judiciário tem uma natureza oligárquica composta de juízes classistas, cuja origem remonta à época em que os litígios trabalhistas eram solucionados pelo Poder Judiciário e a Justiça do Trabalho estava vinculada ao Poder Executivo (LIMA PEREIRA, 1996 *apud* AVELAR, 2001, p. 109). Conforme a cientista política, os concursos públicos aumentaram a presença de mulheres nos cargos de primeira instância, todavia, nos cargos superiores as mulheres são raríssimas. Como exemplo, desde a restauração da corte superior eleitoral pelo Código Eleitoral de 1945 até o ano de 2019 (74 anos ao todo), cinquenta (50) ministros diferentes ocuparam a presidência do Tribunal Superior Eleitoral, dentre eles somente 2 (duas) mulheres: a ministra Cármen Lúcia (2012-2013) e a Ministra Rosa Maria Pires Weber (2018), que atualmente preside a Corte.

Considerando a orientação foucaultiana de que os dispositivos regulam os dizeres e as ações dos indivíduos e funcionam em rede, abordam-se, além das instituições TSE e Justiça Eleitoral, os demais dispositivos jurídicos: a lei de preenchimento mínimo de 30% para cada sexo e a campanha de incentivo à participação das mulheres na política. Destarte, para esta pesquisa, a principal medida reguladora da Justiça Eleitoral diz respeito à Lei das Eleições que surgiu sob impacto de diversos movimentos em torno dos direitos das mulheres, tais como a participação de organizações feministas, setores acadêmicos, órgãos internacionais e nacionais de direitos humanos, além de lutas empreendidas historicamente que possibilitaram mudanças no campo jurídico, como a implementação de novas leis (Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio), serviços e instituições (Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, Casa da Mulher Brasileira, Órgãos da Defensoria Pública e Coordenadorias

de Violência contra a Mulher). Para entendimento da Lei sob análise (Lei nº 9.504/1997), é preciso voltar um pouco mais na história.

No ano de 1994, encontrava-se o nome da então deputada federal Marta Suplicy⁹⁷ (SP), uma das principais articuladoras da campanha “Mulheres sem Medo do Poder”, autora do projeto de lei (Lei nº 9.100 – 1995) que estabelecia uma cota mínima de 20% nos partidos para a candidatura de mulheres às eleições municipais de 3 de outubro de 1996. No ano seguinte, 1997, o texto do artigo foi ampliado pela Lei nº 9.504 (Lei das Eleições), que elevou a cota para 30% e estendeu a medida para os demais cargos eleitorais por voto proporcional – na Câmara dos deputados, nas Assembleias Legislativas Estaduais e na Câmara Distrital –, a partir da alteração do parágrafo terceiro, prevendo que: “§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá *reservar* o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada *sexo*” (grifos nossos).

Em 2009, com a sanção da Lei nº 12.034⁹⁸, em seu parágrafo terceiro do artigo 10 (“Do Registro de Candidatos”), passou a ordenar que: “§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação *preencherá* o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada *sexo*” (grifos nossos). Em primeiro lugar, frisa-se que a lei em questão define as candidaturas a partir da divisão sexual, na tentativa de propagar em termos formais uma igualdade de gênero, pois reconhece a predominância de homens no cenário político brasileiro. Desse modo, a Lei das Eleições posiciona-se a fim de incidir sobre a emancipação das mulheres, sendo aparentemente uma lei benéfica para a visibilização de uma suposta coletividade.

Conforme dados⁹⁹ do IBGE¹⁰⁰, homens têm maior participação na política, representam maior número nos cargos gerenciais, dedicam-se menos aos afazeres

⁹⁷ Deputada federal em 1994, prefeita de São Paulo em 2000, ministra do turismo em 2007, senadora em 2010, ministra da cultura entre 2012 e 2014.

⁹⁸ LEI Nº 12.034, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009, que altera as Leis 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral. Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm>. Acesso em: 4 Jun 2018.

⁹⁹ Os indicadores do IBGE se baseiam em estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos, educação, saúde e serviços relacionados, vida pública e tomada de decisão e, ainda, direitos humanos das mulheres e meninas. Segundo o Instituto, “questões concernentes à orientação sexual e novas identidades de gênero para além de ‘mulher/feminino’ e ‘homem/masculino’ não estão no

domésticos e possuem rendimento maior do que as mulheres. De acordo com a pesquisa, em 2016, as mulheres dedicaram cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas) aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos. Além disso, ao observar as estatísticas de cada região, o IBGE verificou que a maior desigualdade na distribuição de horas dedicadas a estas atividades está na Região Nordeste, onde as mulheres dedicam cerca de 80% a mais de horas do que os homens, alcançando 19 horas semanais, segundo a pesquisa. O recorte por cor ou raça indicou que as mulheres negras ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos, com o registro de 18,6 horas semanais em 2016. Observa-se que o indicador varia pouco para os homens quando se considera a cor, raça ou região de residência, portanto, é especialmente notória as diferenças presentes nas mulheres.

Sobre essas diferenças, chega-se à baixa participação na política brasileira como parte de problemas mais amplos, os quais não se resumem apenas à divisão sexual. Como resultado dos conflitos histórico-sociais, o Brasil é marcado por inúmeros problemas, os debates em torno das questões de gênero no país ainda são pouco viabilizados nos planos educacionais, posto que a diversidade seja alvo de tabu por parte de uma maioria conservadora. Por isso a reivindicação de certos grupos, especialmente o feminismo, constitui um movimento de luta contra a sujeição do que historicamente foi convencionado em torno de um padrão ou imagem de mulher. Faz-se a observação de que não é possível falar de igualdade sem convocar identidades plurais, do contrário volta-se à exclusão.

Para Foucault, colocar o sexo em discurso implica a imposição de regras meticulosas, em busca de sua gestão em “sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão” (FOUCAULT, 2013a, p. 31). Em busca disso, segundo o filósofo,

é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é

escopo do trabalho (da pesquisa atual)”, apesar de reconhecer a “crescente relevância do tema e a necessidade de participação nas discussões técnicas e conceituais em torno do desenvolvimento de instrumentos de coleta e análise de dados”.

¹⁰⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 02 Ago 2018.

autorizado ou que forma de descrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 2013a, p. 34).

Nesse sentido, o poder jurídico atua na persistência da reiteração, pois o sujeito legitimará as autoridades, ao ocupar uma posição dentro das estruturas esperadas. Em outras palavras, o sistema jurídico, ao produzir um ideal representacional, também produzirá sujeitos marginalizados, excluídos, abjetos, ao abarcar determinado modelo de mulher e excluir outros. Portanto, as propagandas anunciadas pelo TSE instituem a normalidade em que um modelo universal de mulher política é difundido, visto que embora as personagens não representem mulheres do lar, continuam belas e recatadas, para ocupar esse cenário chamado política, enquanto outras mulheres, como aquelas da periferia, das comunidades quilombolas, as trabalhadoras rurais e outras não estão ali representadas. Desse modo, as propagandas do TSE são analisadas como mecanismos encontrados no interior do dispositivo da sexualidade para regular a participação das mulheres na política. Centra-se nos efeitos simbólicos e normas jurídicas, pois estes se configuram enquanto um processo de normalização, um modo de sujeição mediante relações de poder que produzem subjetividades que, ao pretender o acesso à igualdade, fortalecem uma norma que produz hierarquias e segmentações.

Dentro dessa perspectiva, a premissa da universalização das mulheres continua a ocultar as desigualdades de gênero, que incide nas posições dos sujeitos nas relações de poder. No campo pós-estruturalista, alguns estudos partem do argumento de que “a sexualidade não é uma característica ou fato da vida humana, mas uma categoria construída da experiência que não tem origens biológicas e sim históricas, sociais e culturais” (SPARGO, 2006, p. 12). Dessa forma, o ponto chave em questão é o exame da produção desse regime de verdade que faz funcionar a “sexualidade” na sociedade.

Sobretudo, trata-se de uma construção biopolítica, produzida por determinados dispositivos de poder, que participam, dentre outras coisas mais, da normatização e naturalização do gênero, pois em torno do sexo a sociedade organizará a diferença. Nesse sentido, uma lei que considere o sujeito a partir de seu sexo termina por constituir um ideal e silenciar certos sujeito. Na óptica de Judith Butler, a categoria “sexo” é

um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e produzem essa

materialização através de uma reiteração forçada dessas normas (BUTLER, 2001, p. 111).

Nesse sentido, o sexo biológico e a ocupação a cargos de alto poder fazem de certas mulheres sujeitos políticos. A arquitetura moderna (um edifício) repleto de objetos contemporâneos possibilita a constatação de um indício de “novas instâncias simbólicas”. A saber, o Senado Brasileiro como um dispositivo que, por sua arquitetura, durante muito tempo favoreceu a liderança masculina. De 1979 até 2015, o Senado não possuía um banheiro feminino, cabendo à bancada feminina o banheiro do restaurante anexo ao Plenário. Em 2016, em uma entrevista¹⁰¹, a então procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), declarou que a construção do banheiro “é de um simbolismo muito grande, porque isso muda a estrutura física da Casa para que receba melhor as mulheres”. E completou: “não é um banheiro que vai mudar toda a situação, mas o fato de não ter um banheiro no plenário é um indicativo de que a Casa não foi preparada para as mulheres”.

Quando vistos em conjunto, os dispositivos jurídicos revelam que, historicamente, é evidente seu caráter androcêntrico, o modo como as instituições refletem a dominação masculina, a arquitetura que privilegia os homens, como exemplo a existência de um único banheiro para as mulheres, até poucos anos atrás, legitimam um certo poder. Na seção seguinte, são depreendidos alguns resultados e sentidos que permeiam as campanhas do TSE e Justiça Eleitoral.

3.4. Repercussão das campanhas e efeitos de sentidos em propagandas do Poder Judiciário

A Lei das Eleições ficou conhecida como “cotas partidárias para as mulheres”, apesar de determinar o preenchimento de vagas de no mínimo 30% e no máximo 70% para cada sexo – tanto para o sexo feminino quanto para o masculino – no que se refere às candidaturas. Tais cotas foram alvo de muitas polêmicas, amparadas pela idealização de que as mulheres, “naturalmente”, devem se interessar pela política, do contrário, não deveriam participar. Por esse motivo, em 2019, o senador Angelo Coronel (PSD-BA)

¹⁰¹ Senado – Procuradoria especial da mulher. Bancada Feminina do Senado conquista direito a banheiro feminino no Plenário. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/bancada-feminina-do-senado-conquista-direito-a-banheiro-feminino-no-plenario>>. Acesso em: 09 Fev de 2019.

formulou um projeto (PL 1.256/2019) que acaba com essa obrigatoriedade de os partidos destinarem pelo menos 30% das candidaturas para cada sexo. Outra razão que reforçou as críticas foi a descoberta de “candidaturas laranjas” apenas para cumprir o percentual requerido por lei.

Segundo o sítio eletrônico do TSE¹⁰², a campanha “Mulher na Política” trouxe números positivos às Eleições Gerais de 2014, que teve aumento de 71% de mulheres consideradas aptas pela Justiça Eleitoral a concorrer aos cargos eletivos em disputa, em relação às eleições de 2010. No pleito municipal de 2016, conforme o TSE¹⁰³, elas corresponderam a 31,89% do montante de 496.896 concorrentes aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador, totalizando 158.453 candidatas. No entanto, em 2016, o TSE¹⁰⁴ detectou um alto número de “candidaturas laranjas” ou fantasmas apenas para cumprir a cota de mulheres exigida por lei: 14.413 mulheres candidatas ao cargo de vereador e 4 ao de prefeito receberam “votação zero”, isto é, não obtiveram sequer o próprio voto. Enquanto os homens somavam 1.714 nessa situação.

Através de um cruzamento dos dados estatísticos, o TSE mostra que o partido que mais registrou candidatas que não receberam votos foi o PMDB, com 1.109 candidatas ao cargo de vereador. Em seguida, o PSDB aparece na lista com 871 candidatas, e o PSD surge, em terceiro lugar, com 861 candidatas na mesma situação para o mesmo cargo. Ao apresentar a lista por unidade da Federação, o levantamento registra que a Bahia teve o maior número de candidatas às câmaras municipais com votação zerada. Logo depois, Minas Gerais registrou 1.733 e, São Paulo, 1.643 candidatas ao mesmo cargo na mesma situação, de acordo com o TSE.

Já nas eleições seguintes, em 2018, ano de votações para Presidente da República, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais, propagandas de incentivo à participação das mulheres na política não foram produzidas. Segundo o TSE, naquele ano, com a mudança gerada pela Reforma Política, houve um

¹⁰² TSE. *Participação feminina na política brasileira é defendida e incentivada pela Justiça Eleitoral*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Marco/participacao-feminina-na-politica-brasileira-e-defendida-e-incentivada-pela-justica-eleitoral>>. Acesso em: 19 Jun 2018.

¹⁰³ TSE. *Mulheres ainda são minoria de candidatas nas eleições brasileiras*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-ainda-sao-minoria-de-candidatas-nas-eleicoes-brasileiras>>. Acesso em: 22 Jan 2019.

¹⁰⁴ TSE. *Mais de 16 mil candidatos tiveram votação zerada nas Eleições 2016*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/mais-de-16-mil-candidatos-tiveram-votacao-zerada-nas-eleicoes-2016>>. Acesso em: 22 Jan 2019.

aumento do escopo que deveria ser tratado em campanha publicitária para grupos específicos. Desse modo, ao invés de uma campanha voltada apenas para mulheres, foi realizada uma que abrangeu os três grupos especificados em lei: participação feminina, comunidade negra e jovens. A Lei 13.488/2017 – Reforma Política¹⁰⁵ é descrita a seguir:

Art. 93-A. O Tribunal Superior Eleitoral, no período compreendido entre 1º de abril e 30 de julho dos anos eleitorais, promoverá, em até cinco minutos diários, contínuos ou não, requisitados às emissoras de rádio e televisão, propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a participação feminina, dos jovens e da comunidade negra na política, bem como a esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro.

É importante salientar que o período em que as propagandas específicas ao convite à participação feminina na política foi configurado por um acontecimento que marcou a história das mulheres no Brasil: a primeira mulher¹⁰⁶ ocupando o cargo máximo do Poder Executivo. Esse acontecimento marca a história das mulheres no campo político, em que uma presidenta, no Brasil, funciona como uma nova posição de sujeito no quadro político e repercute mundialmente.

Por essa singularidade, sobressaíram-se várias discussões em torno das questões que envolvem o Gênero, como a possibilidade da recorrente discussão da participação das mulheres e de grupos marginalizados nos espaços de poder, da afirmação de políticas em torno desses grupos, no enfrentamento de mitos e discriminação. Por outro lado, a expectativa se manteve alta com relação aos resultados que tal participação poderia gerar, se tal acontecimento evocaria verdadeiramente um diferencial. Com isso, disputas narrativas continuavam a ser esboçadas: era Dilma Rousseff feminina? Respeitável? Bonita? Como se vestia? Como se portava? Como articulava as suas ideias? Quem era o seu companheiro ou companheira? Enfim, todos os seus gestos eram observados, repercutidos, elogiados e/ou atacados. Para além dos movimentos econômicos, questões pessoais e sociais foram exploradas em seus mínimos detalhes. Tal mudança pode ser percebida na forma como os jornais, impressos ou televisivos, redes de informação digitais, como *blogs* etc., repercutiram imagens da então

¹⁰⁵ Câmara dos Deputados – Legislação. Legislação Informatizada – LEI Nº 13.488, de 6 de outubro de 2017 - Publicação Original. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13488-6-outubro-2017-785551-publicacaooriginal-153918-pl.html>>. Acesso em: 29 Fev 2019.

¹⁰⁶ Dilma Vana Rousseff, economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores e 36ª Presidente do Brasil, tendo exercido o cargo de 2011 até seu afastamento por um processo de impeachment em 2016, sob a acusação de pedalgas fiscais e edição de decretos de crédito suplementar.

presidenta, como mulher, mãe, política. Nesse cenário, valores ligados aos papéis sociais a partir do sexo, como a “socialização diferencial entre homens e mulheres” (AVELAR, 2001, p. 152), suscitaram muitas opiniões desde o campo pessoal até o da política formal.

Inclusive, Avelar (2001) discute razões que levam à pequena presença feminina das mulheres na elite política, sendo elas: 1. Socialização diferencial de valores que ensinam que o mundo da política é um mundo dos homens e delegam a estes as decisões que deveriam ser de interesse de todos, enquanto às mulheres cabe o gerenciamento da família, das crianças etc. Nessa perspectiva, coloca-se a existência de uma divisão moral de trabalho entre razão e emoção, em que são ensinadas às mulheres que elas não sabem administrar questões públicas porque sua natureza é carregada de emoções. Avelar afirma que essa divisão é totalmente artificial, que exclui as mulheres das práticas de cidadania, porque a política também é carregada de emoções de toda natureza, mesmo que sob uma aparência de formalidades intrínsecas. 2. Os ciclos da vida das mulheres: o casamento, a maternidade, as tarefas extra-família, a assunção de responsabilidades que demandam tempo e energia. Já a paternidade não significa necessariamente alteração no estilo de vida, logo terão mais tempo para dedicarem-se à política. 3. Tipos de família e estrutura: dimensão em que se entrecruzam gênero e classe, que vão constituir “tipos familiares”. Nesse caso, as dificuldades de conscientização política na população pouco escolarizada, pela condição de marginalidade socioeconômica e cultural, são maiores em mulheres sem escolarização e chefes de família. 4. O acesso diferencial aos recursos econômicos e sociais: os grupos ou indivíduos advindos de posição mais central são aqueles que provavelmente concorrem às exigências das agências de recrutamento político. 5. Capital social *versus* capital emocional: o primeiro, forjado por Pierre Bourdieu, compreende conhecimento e contato social, acesso privilegiado a tarefas socialmente valorizadas e habilidades sociais que capacitam os indivíduos a competir nos vários campos da sociedade. Já o “capital emocional”, discutido por Helga Nowotny, relega às mulheres à esfera privada, por constitui-la por conhecimentos, habilidades, contatos e relações eficazes nos campos das relações afetivas. Por esta razão, difícil para os homens, o capital social é ainda mais dificultoso para as mulheres, segundo Avelar. 6. As estruturas do Estado: regras institucionais moldam as práticas políticas. Avelar afirma que os Estados recrutam

pessoas conforme a sua própria imagem, fazendo-se representar nas várias esferas do poder. Aqui, estão associadas a participação nas decisões políticas e a discriminação na vida pública. 7. Regimes políticos: se o regime for autoritário, haverá segmentos vulneráveis para os quais a aplicação das leis será seletiva. 8. Tradicionalismo e religiosidade: onde impera o fundamentalismo religioso nos níveis de poder do Estado, o acesso das mulheres políticas é muito menor, pois frequentemente as tradições culturais relegam às mulheres a função de reprodução, enquanto que se diminui o peso dos papéis tradicionais ligados ao sexo, percorre-se um amadurecimento e equilíbrio das relações entre homens e mulheres.

Apesar disso, Avelar aponta que, nas várias esferas políticas, traça-se um modo específico da presença da mulher, como: por advir de participação em movimentos urbanos e sindicais e movimentos de mulheres, geralmente trazem à tona novas demandas que contemplam suas raízes e privilegiam políticas voltadas às questões sociais, conforme suas bases de poder. Em segundo lugar, levam adiante preocupações com a saúde da mulher e da criança, defendem verbas para escolas e creches, abordam questões como violência doméstica, agressão sexual, ausência de controle reprodutivo, abortos clandestinos, discriminação econômica etc. Em terceiro lugar, redefinem a sua própria identidade, vivenciando novas relações sociais e se solidarizam às transformações do ponto de vista coletivo. Por último, contribuem para que o campo dos direitos humanos, civis e políticos, dentro e fora da arena eleitoral e partidária, sejam ampliados. Diante dessas características, Avelar (2001) afirma que todas essas temáticas e transformações se devem ao ingresso das mulheres na vida pública. Segundo a autora, é a consciência feminista que determina a singularidade da atuação política das mulheres, uma vez que por meio dessa consciência são definidos os temas a serem discutidos na arena política formal. Isso ocorre na compreensão de necessidades de inúmeros grupos alijados da representação política, a partir da percepção de desigualdades sociais. Nesse sentido, afirma que “politizar é então reconhecer necessidades não consideradas, não representadas, invisíveis do mundo político, mesmo que correspondam a vivências de grupos majoritários de uma sociedade” (AVELAR, 2001, p. 133).

Contudo, o período em que as propagandas do TSE estiveram em circulação trouxe muitas agitações, como ataques a certos movimentos e grupos sociais, dentre

eles, movimentos feministas, grupos lgbtq+ e outros, embates de classes, confrontos ideológicos, movimento conservadorismo de antidireitos, disputas entre esquerda e direita foram se intensificando e dando início a inúmeras narrativas. Foi diante desse cenário que se deu o afastamento da então presidenta da República, Dilma Rousseff, por um processo de *impeachment*, em 2016.

A repercussão disso pode ser percebida na ausência de propagandas do TSE em torno das mulheres na política no ano de 2018 e queda no número de mulheres no legislativo brasileiro, conforme fichas anexas. Seguindo dados do Cfêmea¹⁰⁷, uma organização não-governamental que atua na produção de dados e estudos sobre a situação das mulheres políticas no Brasil, apenas uma governadora foi eleita: Fátima Bezerra (PT-RN). Tendo se candidatado um total de 166 homens e 28 mulheres. Um dado que se sobressai é que a deputada estadual que teve mais votos na história do país correspondia a um partido de direita, conservador e antifeminista, sendo uma das autoras do pedido que levou ao *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, Janaína Paschoal (PSL).

Voltando-se às análises das propagandas do Poder Judiciário, observa-se que o TSE também transfere a responsabilidade da não participação às mulheres, como se elas tivessem, voluntariamente, decidido não participar de certas profissões, isso pode ser observado no seguinte enunciado: “Até quando vamos deixar que eles falem por nós?”. Por essa óptica, o não-dito também é relevante, nesse caso os movimentos que lutaram por igualdade, tais como os movimentos feministas e organizações internacionais que forçam o sistema eleitoral a se adequar, não são convocados para compor as peças publicitárias. Ademais, não trata da participação diferencial das mulheres na política formal e dos empecilhos que se impõem às mulheres.

Quando não recuperada, a história das mulheres dá início a distorções, mitos e inúmeros jogos de verdade. Por isso, o que está em jogo é a própria noção de democracia e diversidade, cuja composição é constantemente administrada por redes de poder em seus mínimos detalhes, podendo influenciar na constituição dos sujeitos e seu modo de ver o governo da vida. Por fim, nota-se que as campanhas, embora asseguradas por lei, podem desaparecer, visto que o regime político no Brasil ocorre sob o respaldo

¹⁰⁷ Centro Feminista de Estudos e Assessoria. *Eleições 2018*. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/index.php/eleicoes/eleicoes-2018>>. Acesso em: 30 Mar 2019.

jurídico e vice-versa. Por isso, embora ainda suscite muitas discussões, as campanhas podem ser tidas como um avanço mediante à história de silêncios e invisibilidade das mulheres, por pelo menos quatro séculos, no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscou-se analisar a produção de discursos e imagens de *mulheres políticas* em propagandas do Poder Judiciário, veiculadas com base na Lei das Eleições (nº 9.504/1997 – com alterações em 2009), e que circularam no meio televisivo em 2014 e 2016. Nesta breve análise, podem ser percebidas figuras que recuperam a imagem tradicional da mulher bela e disciplinada, que sabe se portar em público, desvencilhou-se da domesticização, alcançou certas posições de destaque e, ainda, inscreveu-se em profissões concebidas como parte do universo masculino. Tal composição é notada especialmente nas profissões selecionadas na propaganda de segundo turno das eleições de 2016, como piloto, árbitro de futebol, engenheiro, diretor e os próprios políticos. Além disso, a postura das atrizes convocadas para tecer o quadro, na tentativa de mostrar que a tessitura social atual rompe com os paradigmas delineados às mulheres, sublinha não só um disciplinamento, mas também um retorno à imagem da mulher respeitável, bem vestida, de boa aparência, segundo o senso comum.

Ademais, as peças não tratam das mulheres em sua diversidade, pois todas as personagens partem de estereótipos de Gênero, os quais se resumem à idade, formas do corpo, estilo etc. Desse modo, para compor o cenário da política formal, as mulheres precisam ter certo nível educacional, corresponder a certa classe social, ter um corpo padrão, assumir uma postura específica. Sobretudo, não é qualquer mulher que pode estar ali, mas a mulher branca da elite brasileira, pois as mulheres que têm o poder de pronunciar, a partir de um lugar institucional, são todas brancas.

Quanto à Lei das Eleições, em relação às propagandas, ela não é sequer mencionada, ou seja, não tem visibilidade. O/a telespectador/a não é informado/a da existência de uma lei que obriga os partidos a reservarem determinada porcentagem não somente para as mulheres, mas para os homens, para cargos proporcionais. Além disso, não são apresentadas referências de mulheres com atuação na política formal. Desse modo, nenhum registro de participação das mulheres na política brasileira é dado. Também não são mencionados os diferenciais da participação das mulheres na política brasileira.

Outro detalhe muito importante é que as três peças publicitárias são dirigidas por homens, logo, as mulheres continuam sendo representadas pela lente masculina. Segundo a ANCINE¹⁰⁸ (Agência Nacional do Cinema, um órgão oficial do governo federal do Brasil), na Direção da televisão, os dados gerais da composição de mulheres são: Direção – 19%; Roteiro – 23%; Produção – 41%.

Observa-se, também, que as propagandas produzem, projetam e propagam determinada imagem de mulher política, logo o TSE se destaca por aquilo que vê e faz ver, por aquilo que diz. E, em análise, vê-se que esses modelos são reducionistas, pois contemplam apenas as mulheres que ascenderam a certos cargos de poder, não tendo abrangência sobre as donas de casa, a mulher da periferia e as empregadas domésticas, por exemplo, que quase sempre ocupam essas várias posições de sujeito ao mesmo tempo. Desse modo, visibilidade (da mulher) não pode ser considerada o mesmo que representatividade, posto que os sujeitos encontram-se cada vez mais heterogêneos e multifacetados. Além do mais, frente a novas problematizações de Gênero, grupos alijados continuam a ser excluídos, como os transgêneros, visto que a lei em questão parte do sujeito a partir de seu sexo.

Destarte, tal lei não privilegia o Gênero em intersecção com outras modalidades, sejam elas raciais ou classistas, limitando seu incentivo à divisão sexual. Portanto, é uma lei que, embora pretenda promover mudanças no cenário político, (re)produz exclusão e perpetua a continuidade do poder pelos mesmos grupos dominantes, ao reforçar um ideal normativo. Como resultado disso, os partidos recorrem a “candidaturas laranjas” apenas para cumprir a cota de mulheres exigida por lei.

Ademais, como é feito o convite para participarem da política? Dá-se atenção à escolha lexical, como o uso do verbo “faça”, pois o efeito do imperativo é indício de que as mulheres devem reivindicar poder de mando, todavia elas seguem cada vez mais ocupadas com as tarefas da casa, com os filhos, o trabalho, o marido, os idosos da casa etc. Assim, intensifica-se a ideia de que o convite se dá mediante certas existências, certas “realidades”, pois a mulher pobre e multitarefas não tem possibilidade de

¹⁰⁸ Apresentação da diretora Debora Ivanov no RioContentMarket – Rio de Janeiro, março de 2016. *Presença Feminina no Audiovisual Brasileiro*. Disponível em: <https://www.ancine.gov.br/sites/default/files/apresentacoes/Presen%C3%A7a%20Feminina%20-%20RCM%202_0.pdf>. Acesso em: 29 Mar 2019.

ingressar na política sem perda dos cuidados com o lar e tudo que o circunda, isso subtrai o interesse por mais participação na política.

Nota-se, ainda, que os enunciados analisados revelam uma historicidade que a mídia retoma e que permeiam uma memória coletiva sobre as mulheres, como a relação fogão-avião, desrespeito-respeito, desigualdade-igualdade, no sentido de promover o discurso da “nova mulher”. Contudo, as propagandas, ao mesmo tempo em que buscam persuadir, problematizam, visto que as identidades do público (alvo) são heterogêneas e fragmentadas, pois se sabe que a “identidade” e, portanto, o “pertencimento” não tem solidez, o senso de deslocamento (LACLAU, 1990) surge, pois raramente o sujeito é exposto a uma “comunidade de ideias e princípios” de cada vez.

Portanto, embora constitua um avanço em termos legislativos, a Lei das Eleições precisa avançar em torno das diferenças, repensando as relações profundamente desiguais de poder e contribuir para a problematização da desigualdade e seu enfrentamento. Em suma, o discurso político-midiático participa de uma construção imagético-discursiva que ainda está alicerçado em paradigmas antigos e que continuam a forjar representações de mulheres estereotipadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jaciléia Cadete. **Relações sociais de Gênero e política partidária: inserção partidária das mulheres na política maranhense.** 2010. 130 f.. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ALAIN, Touraine. Uma sociedade de mulheres. *In: _____*. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje.** Tradução de Gentil Avelino Titton. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011, p. 212-242.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo.** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira.** São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Editora da UNESP, 2001.

ARANHA, Maria de Lúcia Arruda. Educação da mulher. *In: _____*. **Filosofia da educação.** 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006, p. 137-143.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Tradução: Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. Os Gêneros do discurso. *In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal.* Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011, p. 261-306.

BARKER, Ernest. **Teoria Política Grega.** Platão e seus Predecessores. Tradução de Sergio Fernando Guarischi Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978, p. 39-66.

BARACUHY, Maria Regina. Análise do Discurso e Mídia: nas trilhas da identidade nordestina. *In: Veredas ON LINE*, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 167-177, 2010.

BARTHES, Roland. **Mitologias.** Tradução de Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. 5. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BAZZICALUPO, Laura. **Biopolítica**: um mapa conceitual. Tradução de Luisa Rabolini. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2017.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

_____. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

_____. **Por uma moral da ambiguidade**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BERGER, John. **Modos de ver**. Tradução de Ana Maria Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL, Marcus Ramúsy de Almeida; NORONHA, Raquel Gomes. [et al.]. **A imagem na idade média**: mediações na imagem e o popular contemporâneo. São Luís: EDUFMA, 2010.

BRAIT, Beth. Pêcheux, Foucault: vozes entremeadas. *In*: _____. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 41-52.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 7-56.

_____. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. Tradução de Susana Bornéo Funck. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan. 2002. Entrevista concedida a Baukje Prins e Irene Costera Meijer.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Reflexões acerca do poder, do patriarcado e da cidadania das mulheres. *In*: FERREIRA, Maria Mary (Org.). **Gênero, política e poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste brasileiro**. – São Luís: EDUFMA, 2012.

COULOMB-GULLY, Marlène. Gênero, política e análise do discurso das mídias. *In*: PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice. (Orgs.). **Presenças de Foucault na Análise do Discurso**. São Paulo: EduFSCar, 2014, p. 147-162.

_____. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. *In*: PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice. (Orgs.). **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 145-162.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? *In*: ACHARD, Pierre. [et al.]. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

DERRIDA, Jacques. A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas. *In*: **A Escritura e a Diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 229-249.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. 3. ed. – São Paulo, Contexto, 1992.

DUBOIS, Philippe. **Cinema, vídeo, Godard**. Tradução de Mateus Araújo Silva. São Paulo: Cosaic Naif, 2004, p. 9-116.

DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. Sobre a genealogia da ética: uma visão do trabalho em andamento. *In*: ESCOBAR, Carlos Henrique (Org). **Michel Foucault (1926-1984) O Dossier. Últimas Entrevistas**. Rio de Janeiro, Livraria Taurus Editora, 1984.

EWALD, François. O cuidado com a verdade. *In*: ESCOBAR, Carlos Henrique (Org). **Michel Foucault (1926-1984) O Dossier. Últimas Entrevistas**. Rio de Janeiro, Livraria Taurus Editora, 1984.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. Apresentação de Norval Baitello Junior. – São Paulo: Annablume, 2011.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Memória, mulher e política: do governo das capitâneas à presidência da república, rompendo barreiras. *In*: TASSO, Ismara; NAVARRO, Pedro. (Orgs.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá: Eduem, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015a.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015b.

_____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013a.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 4. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017a.

_____. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 15. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017b.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau, 2013b.

_____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010a. Aula de 22 de janeiro de 1975 (p. 47-68).

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. Foucault. In: _____. **Ética, Sexualidade e Política**. Organização e seleção de textos: Manoel de Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 234-239.

_____. O Verdadeiro Sexo (Apresentação). In: _____. **Herculine Barbin: O Diário de um hermafrodita**. Tradução de Irley Franco. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

FREITAS, Leila Karla Morais Rodrigues. **Discurso, mídia e memória na (re)construção da história da sexualidade feminina**. 2012. 200 f.. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande Do Norte – UERN, Pau dos Ferros, 2012.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Tradução de Áurea B. Weissenberg. Editora Vozes Limitada, 1971. PDF.

GERBASE, Carlos. **Cinema: primeiro filme: descobrindo, fazendo, pensando**. Porto Alegre, RS: Artes e Ofícios, 2012. pp. 11-142.

GREGOLIN, Maria do Rosário. No diagrama da AD Brasileira: heterotopias de Michel Foucault. In: NAVARRO, Pedro (org). **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Claraluz, 2008. 23-36.

_____. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org.). 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do Gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LIMA, Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida. Figurações do feminino na mídia: um objeto da AD. *In*: Gregolin, Maria do Rosário F. V.; KOGAWA, João Marcos Mateus. (Orgs.). **Análise do discurso e semiologia**: problematizações contemporâneas. Araraquara: FLC-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. **O conceito de dispositivo de Foucault**: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. *Educação & Realidade*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 29, n. 1 (2004). Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25426/14752>>. Acesso em: 11 Fev 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

NARZETTI, Claudiana N. P. Contribuições de M. Pêcheux e M. Bakhtin para o estudo das novas discursividades. *In*: GREGOLIN, M.R.V. e KOGAWA, J. M.M. **Análise do discurso e Semiologia**: problematizações contemporâneas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. [p.57-79].

NAVARRO, Pedro. Pode a imagem falar na análise do discurso político? *In*: GREGOLIN, Maria do Rosário; KOGAWA, João Marcos Mateus. (Orgs.). **Análise do discurso e semiologia**: problematizações contemporâneas. Araraquara: FLC-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

NAVARRO, Pedro. Mídia e identidade: o novo homem e a nova mulher entre imagens fragmentadas e discursos “líquidos”. *In*: _____. **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008, p. 89-100.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Pontes Editores, Campinas, SP, 2015.

OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Revisão técnica de Alfredo Veiga-Neto, Karla Saraiva. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PECHÊUX, Michel. Papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre. [et al.]. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. A Análise do Discurso: Três Épocas. (Trad. De J. de A. Romualdo). In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, pp. 311-318, 1997.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017a.

_____. Mulheres. In: _____. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Seleção de textos e introdução de Maria Stella Martins Bresciani. Tradução de Denise Bottmann. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017b, p. 175-249.

PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara. Fazer, pensar, dizer e olhar: dispositivos de fala pública e de leitura da mídia. In: FERNANDES JÚNIOR, Antônio; SOUSA, Kátia Menezes de (Orgs.). **Dispositivos de poder em Foucault**: práticas e discursos da atualidade. Goiânia: Gráfica da UFG, 2014.

RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria. In: VENTURI, Gustavo; MARISOL, Recamán; OLIVEIRA, Suely de (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005. PDF.

SARGENTINI, Vanice M. O. Contribuições da Semiologia Histórica à Análise do Discurso. In: PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice M. O. (Orgs.). **Discurso, Semiologia e História**. São Carlos: Claraluz, 2011, p. 107-126.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Organização: Charles Bally e Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger; prefácio à edição brasileira de Isaac Nicolau Salum. Tradução de: Antonio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SPARGO, Tamsim. **Foucault e a Teoria Queer**. Tradução de Vladimir Freire – Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed. UFRJ, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & realidade**. V. 20, n. 2, p. 02-35, jul./dez. 1995.

SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonia. **Mulheres no poder**: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Tomaz Tadeu da Silva (Org.). 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SÓFOCLES. **Antígona**. Coleção a obra-prima de cada autor. 5. ed. Editora: Martin Claret, 2011.

SOIHET, Rachel. Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. In: MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andrea Brandão (Org.). **Mulher, Gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VAITSMAN, JENI. Gênero, identidade, casamento e família na sociedade contemporânea. In: MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andrea Brandão (Org.). **Mulher, Gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

WITZEL, Denise Gabriel. História de mulheres no discurso publicitário. In: Gregolin, Maria do Rosário F. V.; KOGAWA, João Marcos Mateus. (Orgs.). **Análise do discurso e semiologia**: problematizações contemporâneas. Araraquara: FLC-UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SITES CONSULTADOS

Biblioteca digital de periódicos v. 14, n. 2 (2015). SARGENTINI, Vanice. **Discurso político e redes sociais**. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/42563>>. Acesso em: 17 Jun 2018.

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu** [online], 2014, n. 42, p. 249-274. ISSN 0104-8333. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>>. Acesso em: 03 Abr 2018.

Centro Feminista de Estudos e Assessoria. **Eleições**. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/>>. Acesso em: 30 Mar 2019.

GELEDES. **Consciência Negra**: um longo caminho para a liberdade. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/consciencia-negra-um-longocaminho-para-liberdade/>>. Acesso em: 27 Jan de 2019.

Tribunal Superior Eleitoral – **Campanhas publicitárias**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/campanhas-publicitarias>>. Acesso em: 01 Fev 2017.

VALENTE, Virgínia Vargas. Los feminismos peruanos: breve balance de três décadas. In: **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feminismtas_cyntia.pdf>. Acesso em: 16 Out 2016.

ANEXOS

Anexo A – Eleições 2018, Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa do DF -
Eleitos(as)

 ELEIÇÕES 2018 ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS E CÂMARA LEGISLATIVA DO DF ELEITOS POR SEXO, REGIÃO E UF						
UF	Homens		Mulheres		Total	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
AC	20	83,33%	4	16,67%	24	2,27%
AM	20	83,33%	4	16,67%	24	2,27%
AP	16	66,67%	8	33,33%	24	2,27%
PA	31	75,61%	10	24,39%	41	3,87%
RO	22	91,67%	2	8,33%	24	2,27%
RR	18	75,00%	6	25,00%	24	2,27%
TO	19	79,17%	5	20,83%	24	2,27%
Região Norte	146	78,92%	39	21,08%	185	17,47%
AL	22	81,48%	5	18,52%	27	2,55%
BA	53	84,13%	10	15,87%	63	5,95%
CE	40	86,96%	6	13,04%	46	4,34%
MA	34	80,95%	8	19,05%	42	3,97%
PB	31	86,11%	5	13,89%	36	3,40%
PE	39	79,59%	10	20,41%	49	4,63%
PI	26	86,67%	4	13,33%	30	2,83%
RN	21	87,50%	3	12,50%	24	2,27%
SE	18	75,00%	6	25,00%	24	2,27%
Região Nordeste	284	83,28%	57	16,72%	341	32,20%
DF	21	87,50%	3	12,50%	24	2,27%
GO	39	95,12%	2	4,88%	41	3,87%
MS	24	100,00%	0	0,00%	24	2,27%
MT	23	95,83%	1	4,17%	24	2,27%
Região Centro-Oeste	107	94,69%	6	5,31%	113	10,67%
ES	27	90,00%	3	10,00%	30	2,83%
MG	67	87,01%	10	12,99%	77	7,27%
RJ	58	82,86%	12	17,14%	70	6,61%
SP	76	80,85%	18	19,15%	94	8,88%
Região Sudeste	228	84,13%	43	15,87%	271	25,59%
PR	50	92,59%	4	7,41%	54	5,10%
RS	46	83,64%	9	16,36%	55	5,19%
SC	35	87,50%	5	12,50%	40	3,78%
Região Sul	131	87,92%	18	12,08%	149	14,07%
Brasil	896	84,61%	163	15,39%	1.059	100,00%

CFEMEA/Eleições 2018.

Fonte: TSE Dados Preliminares - 22/10/2018.

Anexo B – Eleições 2018, Câmara dos Deputados - Eleitos(as)

 ELEIÇÕES 2018 CÂMARA DOS DEPUTADOS ELEITOS POR SEXO, REGIÃO E UF						
UF	Homens		Mulheres		Total	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
AC	4	50,00%	4	50,00%	8	1,56%
AM	8	100,00%	0	0,00%	8	1,56%
AP	5	62,50%	3	37,50%	8	1,56%
PA	16	94,12%	1	5,88%	17	3,31%
RO	5	62,50%	3	37,50%	8	1,56%
RR	6	75,00%	2	25,00%	8	1,56%
TO	6	75,00%	2	25,00%	8	1,56%
Região Norte	50	76,92%	15	23,08%	65	12,67%
AL	8	88,89%	1	11,11%	9	1,75%
BA	36	92,31%	3	7,69%	39	7,60%
CE	21	95,45%	1	4,55%	22	4,29%
MA	18	100,00%	0	0,00%	18	3,51%
PB	11	91,67%	1	8,33%	12	2,34%
PE	24	96,00%	1	4,00%	25	4,87%
PI	6	60,00%	4	40,00%	10	1,95%
RN	7	87,50%	1	12,50%	8	1,56%
SE	8	100,00%	0	0,00%	8	1,56%
Região Nordeste	139	92,05%	12	7,95%	151	29,43%
DF	3	37,50%	5	62,50%	8	1,56%
GO	15	88,24%	2	11,76%	17	3,31%
MS	6	75,00%	2	25,00%	8	1,56%
MT	7	87,50%	1	12,50%	8	1,56%
Região Centro-Oeste	31	75,61%	10	24,39%	41	7,99%
ES	7	70,00%	3	30,00%	10	1,95%
MG	49	92,45%	4	7,55%	53	10,33%
RJ	36	78,26%	10	21,74%	46	8,97%
SP	59	84,29%	11	15,71%	70	13,65%
Região Sudeste	151	84,36%	28	15,64%	179	34,89%
PR	25	83,33%	5	16,67%	30	5,85%
RS	28	90,32%	3	9,68%	31	6,04%
SC	12	75,00%	4	25,00%	16	3,12%
Região Sul	65	84,42%	12	15,58%	77	15,01%
Brasil	436	84,99%	77	15,01%	513	100,00%

CFEEMA/Eleições 2018.

Fonte: TSE Dados Preliminares - 22/10/2018.

Anexo C – Eleições 2018, Senado Federal – Eleitos(as)

 ELEIÇÕES 2018 SENADO FEDERAL ELEITOS POR SEXO, REGIÃO E UF						
UF	Homens		Mulheres		Total	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
AC	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
AM	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
AP	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
PA	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
RO	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
RR	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
TO	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
Região Norte	14	100,00%	0	0,00%	14	25,93%
AL	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
BA	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
CE	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
MA	1	50,00%	1	50,00%	2	3,70%
PB	1	50,00%	1	50,00%	2	3,70%
PE	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
PI	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
RN	1	50,00%	1	50,00%	2	3,70%
SE	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
Região Nordeste	15	83,33%	3	16,67%	18	33,33%
DF	1	50,00%	1	50,00%	2	3,70%
GO	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
MS	1	50,00%	1	50,00%	2	3,70%
MT	1	50,00%	1	50,00%	2	3,70%
Região Centro-Oeste	5	62,50%	3	37,50%	8	14,81%
ES	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
MG	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
RJ	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
SP	1	50,00%	1	50,00%	2	3,70%
Região Sudeste	7	87,50%	1	12,50%	8	14,81%
PR	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
RS	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
SC	2	100,00%	0	0,00%	2	3,70%
Região Sul	6	100,00%	0	0,00%	6	11,11%
Brasil	47	87,04%	7	12,96%	54	100,00%

CFEMEA/Eleições 2018.

Fonte: TSE Dados Preliminares - 22/10/2018.

Anexo D – Eleições 2018, Governos Estaduais – Candidaturas

 ELEIÇÕES 2018 GOVERNO ESTADUAL CANDIDATURAS POR SEXO, REGIÃO E UF						
UF	Homens		Mulheres		Total	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
AC	4	80,00%	1	20,00%	5	2,58%
AM	6	85,71%	1	14,29%	7	3,61%
AP	5	100,00%	0	0,00%	5	2,58%
PA	5	100,00%	0	0,00%	5	2,58%
RO	8	100,00%	0	0,00%	8	4,12%
RR	4	80,00%	1	20,00%	5	2,58%
TO	4	80,00%	1	20,00%	5	2,58%
Região Norte	36	90,00%	4	10,00%	40	20,62%
AL	5	100,00%	0	0,00%	5	2,58%
BA	6	85,71%	1	14,29%	7	3,61%
CE	6	100,00%	0	0,00%	6	3,09%
MA	4	66,67%	2	33,33%	6	3,09%
PB	4	80,00%	1	20,00%	5	2,58%
PE	4	66,67%	2	33,33%	6	3,09%
PI	7	70,00%	3	30,00%	10	5,15%
RN	7	87,50%	1	12,50%	8	4,12%
SE	8	88,89%	1	11,11%	9	4,64%
Região Nordeste	51	82,26%	11	17,74%	62	31,96%
DF	9	81,82%	2	18,18%	11	5,67%
GO	5	83,33%	1	16,67%	6	3,09%
MS	6	100,00%	0	0,00%	6	3,09%
MT	5	100,00%	0	0,00%	5	2,58%
Região Centro-Oeste	25	89,29%	3	10,71%	28	14,43%
ES	4	66,67%	2	33,33%	6	3,09%
MG	8	88,89%	1	11,11%	9	4,64%
RJ	10	83,33%	2	16,67%	12	6,19%
SP	9	81,82%	2	18,18%	11	5,67%
Região Sudeste	31	81,58%	7	18,42%	38	19,59%
PR	8	80,00%	2	20,00%	10	5,15%
RS	8	100,00%	0	0,00%	8	4,12%
SC	7	87,50%	1	12,50%	8	4,12%
Região Sul	23	88,46%	3	11,54%	26	13,40%
Brasil	166	85,57%	28	14,43%	194	100,00%

CFE M E A/Eleições 2018.

Fonte: TSE Dados Preliminares - 19/09/2018.

Anexo E – Eleições 2018, Governos Estaduais – Eleitos

 ELEIÇÕES 2018 GOVERNO ESTADUAL ELEITOS POR SEXO, REGIÃO E UF						
UF	Homens		Mulheres		Total	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
AC	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
AM	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
AP	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
PA	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
RO	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
RR	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
TO	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
Região Norte	7	100,00%	0	0,00%	7	25,93%
AL	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
BA	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
CE	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
MA	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
PB	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
PE	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
PI	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
RN	0	0,00%	1	100,00%	1	3,70%
SE	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
Região Nordeste	8	88,89%	1	11,11%	9	33,33%
DF	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
GO	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
MS	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
MT	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
Região Centro-Oeste	4	100,00%	0	0,00%	4	14,81%
ES	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
MG	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
RJ	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
SP	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
Região Sudeste	4	100,00%	0	0,00%	4	14,81%
PR	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
RS	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
SC	1	100,00%	0	0,00%	1	3,70%
Região Sul	3	100,00%	0	0,00%	3	11,11%
Brasil	26	96,30%	1	3,70%	27	100,00%

CFEMEA/Eleições 2018.

Fonte: TSE Dados Preliminares - 28/10/2018.